O MUNDO PORTUGUÊS

publicará a partir do próximo mês de
JANEIRO DE 1936

4 NUMEROS ESPECIAIS

dedicados respectivamente às colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola, possessões estas visitadas pelo 1.º Cruzeiro de Férias, patriótica iniciativa de «O Mundo Português».

4 NUMEROS ESPECIAIS

Esplêndida colaboração literária referente a cada uma das colónias : : : : : acima indicadas : : : : :

A literatura colonial, a história, o folcklore, a crónica de costumes, a paisagem, a reportagem animada do cruzeiro, a visão de conjuncto, a arte indígena, etc., são assuntos que colaboradores competentes, nomes alguns consagrados nas letras portuguesas, tratarão, com indiscutível mestria, nas páginas escolhidas : : : dos números especiais de «O Mundo Português» : : :

4 NUMEROS ESPECIAIS

Admirável iconografia colonial de costumes, tipos, paisagens, fauna e flora, progresso industrial e urbano, arte, vida social e acção colonizadora.

4 NUMEROS ESPECIAIS

«O Mundo Português» publicará um sensacional conjuncto de : : : : : : obras de arte : : : : : :

Alguns destes trabalhos serão publicados em esplendidas tricromias.

Edição gráfica de grande categoria editorial

Ao público, aos estudiosos, aos colecionadores bibliográficos, e, em especial, ao público das colónias, recomenda «O Mundo Português», a acquisição destes : : interessantes e valiosos **números especiais** da nossa revista : :

Informa-se o público de que é bom marcar com antecedência os : : pedidos de acquisição dos 4 números especiais : :

406

REVISTA DE CULTURA E PROPAGANDA
ARTE E LITERATURA COLONIAIS

O MUNDO PORTUGUÊS

DIRECTOR: AUGUSTO CUNHA

EDIÇÃO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS E DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

SUMÁRIO

Mar Oceano	Mário Beirão
Do 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias de Cabo Verde / Guiné / S. Tomé e Príncipe / Angola	Augusto Cunha
O romance de Lyautey e de Mousinho	Amadeu Cunha
Samba Lagarto. O fascinador de crocodilos	Óscar Ruas
Kebala	Augusto Silva
O homem e o leopardo. Lenda africana	Manuel de Seixas
A mocidade académica e o 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias. O que eu vi em África	Jorge Brotas Cardoso
2 desastres. Mafunda e Inhachirondo	João de Azevedo Coutinho
O destino histórico de Portugal	Luiz Terry
Um episódio no Cabo	Jaime do Inso
O colono Rodrigues de Macequece	António Lopes
Língua Concani. Sua cultura e sistematização	Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes
Os Portugueses e a Arte Negra	Alves de Azevedo

RESERVADO O DIREITO DE REPRODUÇÃO DAS GRAVURAS

Núm. 21 e 22—Setembro-Outubro de 1935—Volume II

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
RUA DA PRATA, 34 // LISBOA // TELEFONES 20651 - 20652

//

C(A
(In o)

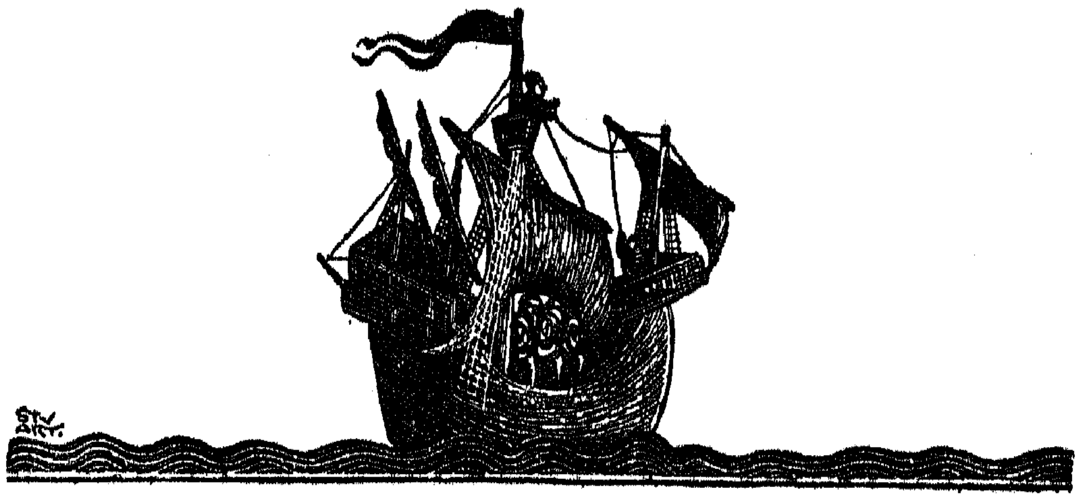
	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas adj	17$00	32$00
Colónias Portuguesas	23$00	45$00
Índia, Macau e Timor	25$00	50$00
Estrangeiro . . .	50$00	100$00

C

NÚMEROS ESPECIAIS

Desta tiragem, em papel Manchester Ledger e couché Chelsea, executaram-se 25 exemplares, numerados e rubricados pelo Director.

Comp. e Impr. - Sociedade Industrial de Tipografia Limitada - Rua Almirante Pessanha, 5 - ao Carmo
L I S B O A



MAR OCEANO

Mas êste Mar Oceano, todo em flôres,
Sôltas do espumeo canto das sereias,
Com desmaios de amor de luas-cheias,
E épicas vozes de hinos redentores;

É o mar da Glória, o mar dos meus Senhores:
Sangue sempre a correr das minhas veias!
(— Onde me levas, sonho que me enleias,
Sonho de Além, aurora de esplendores?)

Oiço o vento, nas gávias, assobiando,
E as ondas, num concêrto de procelas,
Nos Paços de Netuno retumbando . . .

— Liberta-te, alma enferma! vai, direita,
Num rasgo, a Deus, por êste mar de estrêlas,
Por esta Lusitânia liquefeita!

A bordo do MOÇAMBIQUE, Oceano Atlântico, 13 de Agosto de 1935

M Á R I O B E I R Ã O

DO 1.º CRUZEIRO DE FÉRIAS ÀS COLÓNIAS DE CABO VERDE / GUINÉ S. TOMÉ E PRÍNCIPE / ANGOLA

NÃO tem que arrepender-se «O Mundo Português» de todos os esforços que empregou, de todos os longos e pesados trabalhos que, durante meses, houve de suportar, para realizar êste Cruzeiro. Porque podem considerar-se atingidos os seus principais objectivos, aqueles que inspiraram a idea da sua realização:

Levar um abraço fraterno de saüdade e de estímulo aos portugueses que para lá do Atlântico, mantêm bem alto o nome de Portugal;

Dar aos novos, — à mocidade das escolas, — a visão exacta da grandeza e das possibilidades da sua Pátria, numa lição bem viva de patriotismo e de fé nos nossos destinos.

Êsses dois fins, pode dizer-se bem alto que foram alcançados.

Garantem o primeiro, o entusiasmo vibrante de patriotismo que em tôda a parte acolheu esta Cruzada patriótica, a que chamaram a Embaixada da Saüdade e a sincera alegria, os requintes de hospitalidade com que, desde o mais humilde colono às mais altas autoridades, as colónias mostraram compreender o significado e o alcance dêste empreendimento.

Testemunham o segundo, o reconhecimento de todos os estudantes pela grande lição que lhes foi proporcionada e os resultados que mostra-

ram ter colhido dessa longa peregrinação, em que mantiveram sempre, a par do maior interêsse por tudo o que viam e por todos os conhecimentos e lições que lhes eram ministradas, a maior correcção e aprumo, com que souberam dar o mais nobre exemplo, nessa verdadeira escola flutuante de patriotismo.

E porque não ha-de Portugal ser grande com êsses tão grandes valores de que dispõe, — colonos capazes de todos os sacrifícios e esta gente môça ansiosa de elevar-se e engrandecer-se e portanto capaz de todos os empreendimentos, de todas as audácias, de todos os triunfos.

*

*   *

Assim com a realização dêste Cruzeiro, «O Mundo Português», não fêz mais do que cumprir, como tem tentado por todas as formas, o programa que lhe foi traçado, os fins que inspiraram a sua criação — elevar a gente nova à plena consciência da sua missão colonial e nacional portanto, — mostrando-lhe que um glorioso passado lhe deixou os elementos para construir o mais próspero e prestigioso futuro.

Para isso, além de tôda a propaganda através das páginas desta revista, havia que ir mais longe; era preciso pôr a mocidade portuguesa em contacto com as realidades, dar-lhe uma lição prática e decisiva da nossa missão civilizadora, criar-lhe — na visão directa da nossa grandeza no mundo — o amor e orgulho do verdadeiro Portugal e a confiança, o estímulo e o fervor patriótico, necessários para o seu engrandecimento.

E cumpre também «O Mundo Português» o seu programa de cultura e propaganda: de cultura pelos ensinamentos ministrados através de lições, de palestras, de conferências e pelos que mais directamente foram colhidos no contacto com as religiões, os costumes, as raças, o clima, a situação, o desenvolvimento das colónias percorridas; de propaganda, pela apreciação directa de tudo o que prova e afirma a nossa grande acção colonizadora; o esfôrço heróico de muitas gerações que

lembrado ou aprendido nos próprios lugares que o testemunham e recordam, maior repercussão vai dar à propaganda de todos aqueles que assim, mais sentidamente, o poderam conhecer e avaliar.

*

*   *

Levando às colónias portuguesas cêrca de uma centena de estudantes de todas as escolas e faculdades, algumas dezenas de professores, de vários graus de ensino, desde o primário ao superior, e médicos, engenheiros, advogados, artistas e escritores, industriais e comerciantes, enfim os elementos representativos de todas as actividades e valores nacionais, o Cruzeiro, pode e deve trazer também o maior estreitamento dos laços de amizade entre Portugal e as suas províncias ultramarinas, a melhor compreensão recíproca de todos os seus valores, pelo maior intercâmbio intelectual entre as Colónias e a Metrópole, tornando mais freqüentes, mais vivas e mais intensas as suas relações.

*

*   *

Já um Cruzeiro aéreo vai também partir com o mesmo fim, procurando unir no mesmo abraço de azas portuguesas, as Colónias e a Metrópole.

Quere dizer que a idea frutifica e que é preciso que não deminua, que não se perca o patriótico propósito de aproximar, de unir, de estreitar entre si, cada vez mais, por esta e por todas as formas, as diversas partes do Mundo Português.

*

*   *

Ainda que do 1.º Cruzeiro, outros resultados se não colhessem, ou outras vantagens ou benefícios se lhe pudessem atribuïr, uma grande

compensação moral deu a viagem aos duzentos portugueses que a puderam realizar, uma coisa lhes falou ao coração e os poude fazer vibrar de orgulho patriótico:

Poderem reconhecer que a-pesar-de terem percorrido durante dois meses o Atlântico, tendo sulcado muitos milhares de milhas, de caminhos marítimos, de terem visitado várias ilhas e andado muitas centenas de quilómetros do continente negro, não deixaram de pisar terra portuguesa, poderem dizer que, ainda assim, não saíram de Portugal.

A U G U S T O C U N H A

O ROMANCE

DE LYAUTEY E DE MOUSINHO

Entre os muros de Rabat dorme Lyautey, há algumas semanas, o derradeiro sono começado sob as naves da catedral de Nancy.

É êle o velho marechal, talvez o primeiro dos Lyauteys que deixa de jazer entre as pedras tumbais de família, tantas das quais repetem a piedosa aventura do filho pródigo, — a volta, na morte, à acolhedora terra da Lorena, aos seus ares, às vozes dos seus espaços, depois de trocado um dia o lar, a província natal pelas incertezas, fascinações e quantas vezes as ciladas, os perigos de longe...

Ao passo porém que no desenvolvimento da estirpe cada caso individual raro excede o valor dum episódio, a estatura moral dêste Lyautey não faz dêle ùnicamente o maior dos do seu sangue, mas desde que há França, um dos maiores franceses, — porque foi um inaudito criador de países. «No Tonkin, — referia uma ocasião nalguns traços em que irresistìvelmente se autobiograva, — fui o primeiro a penetrar em território onde nenhum europeu jàmais se aventurara; em Madagascar fiz surgir cidades... e em Marrocos, entre velhas terras letárgicas, que voluptuosidade insuflar-lhes o desejo e comunicar-lhes o fôgo ao sangue!» Como é que no espírito dum tal homem, a idea de família poderia deter-se na linha que em geral a demarca? É semelhantemente o caso da vida religiosa, é o da vida militar quando convictamente escolhida e praticada, quando, como observou Mousinho, se é pelo coração soldado.

Descansa, pois, Lyautey num sono feliz, entre as obras que o seu génio criou.

*

* *

Havendo-me acudido ao pensamento a imagem varonil e pungente de Mousinho, insensivelmente resvalo no confronto dos dois homens, do carácter de cada um, dos seus respectivos destinos e da desigual fortuna que os moveu, — vejo desenrolarem-se paralelamente dois ténues fios de romance...

«Um aristocrata no sentido antigo e generoso do termo, pelo nascimento e pela educação alimentada por uma nobre mas orgulhosa ideologia».

Isto que Maurois disse de Lyautey, poderia servir para explicar as raizes mais profundas da alma de Mousinho.

Da casa paterna, do exemplar ambiente de família,—viveiro de tradição e de piedade, — trouxe qualquer dêles para a vida uma convicção religiosa que logrou resistir aos vendavais da negação dum século racionalista até ao desvairo. É certo que Lyautey não desconheceu as amarguras da inquietação. Mas apressando-se a renovar a fé aos pés de Leão XIII, entremeava depois, num posto sumido no deserto com a meditação dos Sinópticos a velada dos horisontes que lhe estavam confiados. Quanto a Mousinho só na última resolução deveria contradizer-se, tombando num total abandono ao desespêro... Na disciplina do lar assimilaram ambos a primeira lição de ordem, de hierarquia, de disciplina que admiràvelmente frutificou e teve os seus decisivos desenvolvimentos no vasto campo de acção a que o destino os chamou. Autênticos chefes, ambos amaram uma ilimitada autoridade para a usarem nas suas sêdes de glória, na guerra como na paz, como soldados e como administradores, e ao serviço da colectividade nacional, das suas glórias igualmente. Lyautey não concebia o comando «senão sob a forma directa da presença efectiva, da sedução pessoal pela transmissão visual e oral da fé, do entusiasmo». Que foi senão isto o comando de Mousinho, para quem,—

conforme os meus olhos lêem num copiador que lhe pertenceu — «chefe em terra africana só pode ser aquele a quem não faça diferença ter o seu cadáver enterrado nos Prazeres ou comido pelas quizumbas»? Isso explica dalguma sorte que a alma de qualquer dêles haja guardado a nostalgia do passado prestigiado pela própria ilusão da distância, uma sincera antipatia pelas instituïções parlamentares, pela instabilidade dos governos, pelas lutas partidárias, por todo o jôgo do taboleiro político das democracias. Era com os sentidos no velho Portugal que Mousinho escrevia: «Não há oficiais que se ofereçam para vir à África por muitas razões. A primeira, infelizmente, é aquela ausência de espírito aventureiro que caracteriza os descendentes dos conquistadores e navegadores do século XVI». Para o outro, era a velha França, — desconhecida lá longe, em Paris,—que adivinhada no clangor claro e forte das cornetas a soarem nos postos isolados que comandou.

Um halo de beleza — e porque não de poesia? — envolve a vida e os feitos de qualquer dêstes homens e os aproxima no plano da nossa admiração. Que é a vida africana do herói português senão em grande parte a trama dum empolgante cantar de gesta? Mousinho parecia com efeito destacar-se das brumas áureas da Idade Média cavalheiresca e por isso o Conselheiro conspícuo, o Plutocrata, — que êle desdenhou do alto dum admirável orgulho de gentilhomem pobre,—o Onzeneiro, não podiam senão detestá-lo. A sua tragédia é afinal o conluio de todas estas fôrças. Vítima do seu trabalho de sapa, o grande capitão de África mais infortunado que Roldão no desfiladeiro de Roncesvales, não pôde ao menos morrer ao sol, combatendo. Em Lyautey há romantismo, mas o romantismo sereno dum poema quási académico. Lyautey alimentou quimeras de fundador e com imprevisto êxito fundou. Pela calma e pela regularidade que reveste, a sua obra chega a dar-nos a impressão de ter sido isenta de dificuldades e aparenta a espontaneidade com que nos enganam sempre as maiores realizações em Arte. A miúdo um lírico irrompe nos seus escritos de tôda a sorte, como nestas linhas: «Está esplêndido o tempo, da minha tenda sôbre o parapeito de defesa, vejo o Kiss, o macisso Beni-Snasson, e tudo isto cintila, vive, palpita, canta,—é sublime!».

Começou Lyautey a emprêsa do Protectorado, que devia prolongar-se durante treze anos, em 1903, no posto de Ain-Safra nos confins do deserto.

Mousinho governou dois anos Moçambique e apenas pôde lançar os alicerces duma obra.

Ao passo que em França os governos da República não hesitavam em deixar que Lyautey — um *rallié* mal suportado, que mais duma vez os ameaçou de demitir-se—continuasse a sua emprêsa, quem em Lisboa, — quando Mousinho atirou ao Terreiro do Paço a demissão, se apressou a devolver-lha?

Foi êsse um período de «apagada e vil tristeza» em que as vitórias de África tiveram ùnicamente o breve efeito duma esperança fugaz. Horas de confiança contavam-se apenas de longe em longe,—e sendo raras logo se escoavam... Dir-se-ia que aos nossos ouvidos portugueses ainda soavam as guitarras da derrota, da descrença: de Alcácer Quibir. Quem acreditava então no valor moral da Grei? Nem Mousinho, por fim, naquele triste caír de tarde de Janeiro em que, ao passar entre velhos muros de quintas, nas Laranjeiras, pôs com uma bala termo à vida. Por essa altura empregava-se Lyautey a alargar em Marrocos a fronteira da soberania francesa. Gentilhomem faustoso, coleccionador, com nervos de artista, de *bibelot* precioso, à maneira dos seus contemporâneos Goncourts, amador de cavalos de formosa estampa luxuosamente arreados, improvisava em Ain-Safra, nessas paragens do deserto,uma pequenina côrte com que deslumbrava o altivo cavaleiro nómada do Atlas e colhia já os primeiros resultados da sua política de *tâche d'huile*...

Como Lyautey em Rabat, como Cecil Rhodes nos altaneiros e perdidos picos de Matope, prosseguirá um dia Mousinho o seu sono em terra de Moçambique?...

A M A D E U C U N H A

SAMBA LAGARTO[1]

O FASCINADOR DE CROCODILOS

JÁ em Bissau me tinham falado nêle. Mas como em histórias de África só acredito sem condições, no sol e no quinino, reservei o meu juízo para depois de eu próprio ir ver... e crêr.

Ora, aconteceu, que uma vez, um enfermeiro, lembrou-se de esfaquear o compadre lá para os lados de Farim e coube-me a mim ser mandado de longada, para levantar o auto de corpo de delito.

Saí de Bissau pela manhã, já com o sol alto, um sol muito doirado que àquela hora é ainda uma carícia, mas horas depois pode ser a morte, e devorando quilómetros, a 90 e 100 à hora — Mansôa e Mansabá já para trás — cheguei ao rio Farim, teatro das façanhas de Samba Lagarto.

À espera que ultimassem as manobras de subir o carro para a jangada, olhando o rio e o tarrafo verde-escuro das suas margens baixas, sabendo que os crocodilos não andariam longe dali, firmei a resolução de acompanhar na caçada dessa noite, o nosso amigo Samba.

Devo confessar que tenho na consciência o pêso da morte de algumas dezenas de *simpáticos* crocodilos, mas confesso também que nem por isso deminuiu o horror que êles me causam e a antipatia invencível que por êles sinto, talvez por serem os animais mais traiçoeiros que conheço.

Não posso esquecer de que em Timor, por mais de uma vez, fui a mata-cavalos a esta ou àquela lagoa de contra-costa, chamado aflitiva-

(1) Lagarto é o nome que os indígenas dão ao crocodilo em crioulo.

mente pelos indígenas, porque o «lafaic» comera uma ou duas pessoas. (1)

Que do bucho de um, apanhado numa armadilha, saíu o braço com pulseiras de prata de uma pobre mulher, na véspera, apanhada traiçoeiramente, quando ia buscar água ao rio.

E não esquecerei também nunca a emoção que me causou o ataque dum dêsses bichos — felizmente só esfacelou o peito do cavalo que eu montava — quando atravessava em terras de Oekussi, uma linha de água quási sêca e apenas com uns charcos deixados pela enxurrada.

Todas estas recordações me iam passando pelo espírito, enquanto a jangada deslisava rio em fora e o olhar se me prendia fascinado, nas águas que um sol radioso fazia cintilar em palhetas de luz.

De repente, um dos remadores bate-me no braço e aponta para qualquer coisa que perto de nós se desloca na água, parecendo um tronco de árvore a flutuar ao sabor da corrente. Que enorme e lindo animal... e que descaramento... pois era uma hora da tarde.

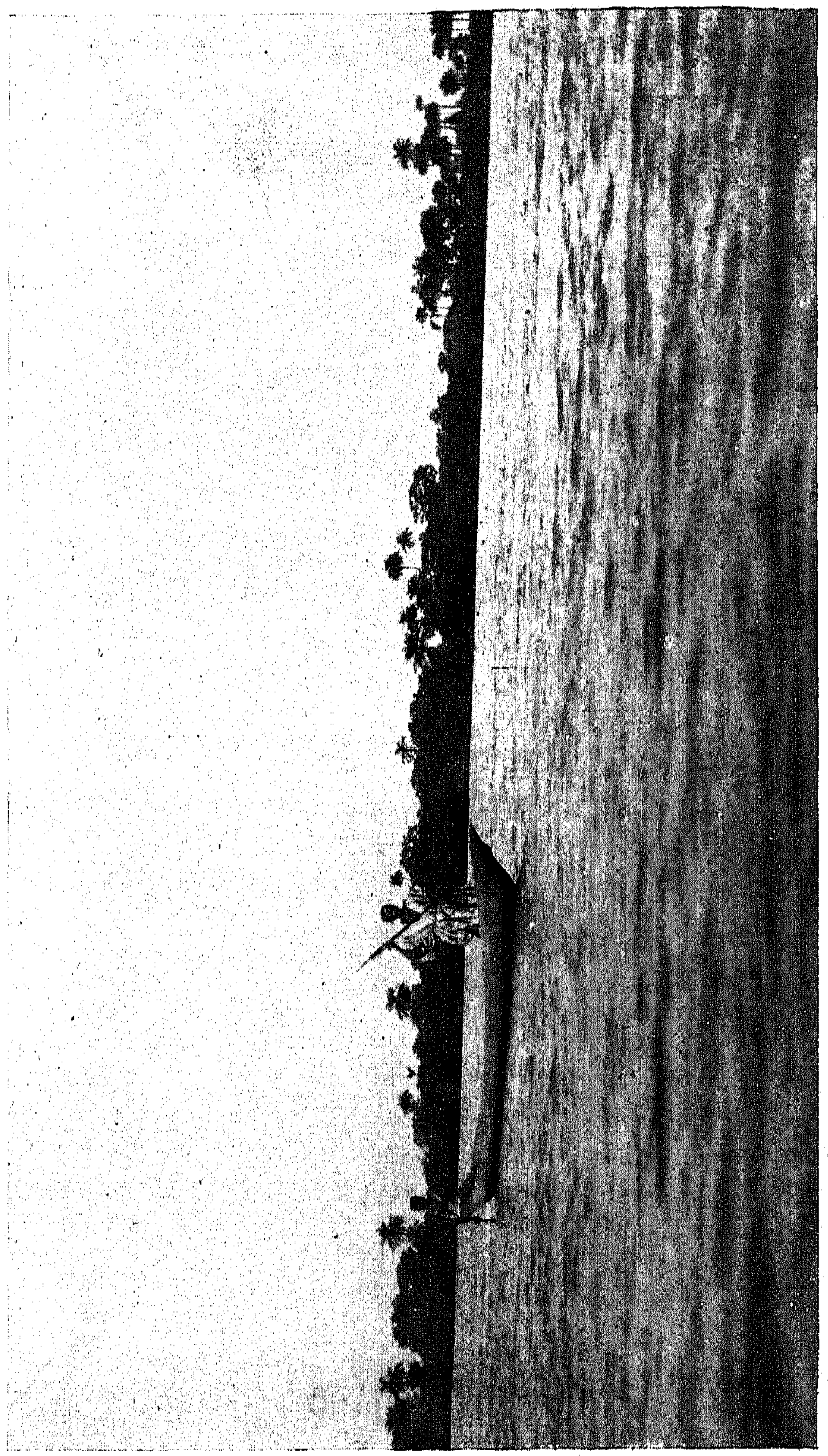
Agarrei ràpidamente na carabina, mas o bicho mergulhou mais rápido ainda, e ficaram a brilhar ao sol apenas aqueles poucos centímetros de nariz que êles trazem fora de água quando navegam — passe o têrmo, pois alguns são como «dongos» pequenos — de dia.

Um tiro, dois tiros partiram, mas em pura perda.

À medida que me aproximava da outra margem ia notando que uma

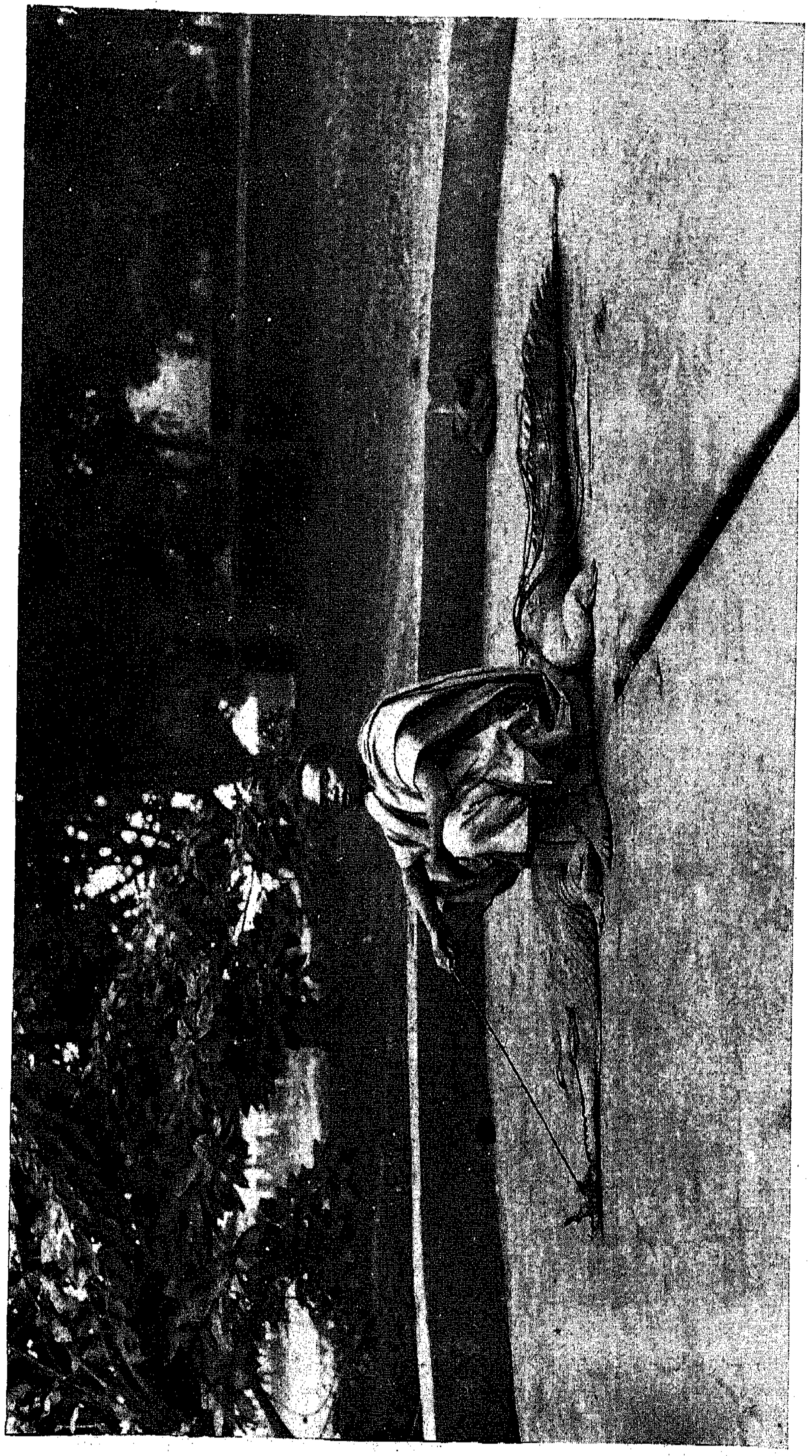
---

(1) É freqüente, em Timor, serem apanhados pelos «lafaics» (nome do crocodilo em «tetum» e vários outros dialectos) as mulheres que vão buscar água às ribeiras e os indígenas que vão pescar para as lagôas. Como consideram o crocodilo, a quem chamam o avô, protector da raça, metem-se descuidadamente na água. O crocodilo, emboscado, espera pacientemente que se aproximem duma sombra e então, com uma violentíssima pancada da cauda derruba a vítima e arrasta-a para o lôdo onde a enterra, banqueteando-se depois aos poucos. Apanhado nestas condições ninguém tem possibilidades de lutar com um crocodilo, Porém, no mar — os mares de Timor são infestados por crocodilos, pelo que é um perigo adormecer nas praias — já o caso muda de figura. Conheci em Timor um landim que para ali fôra numa das companhias expedicionárias de Moçambique, quando da revolta de 1912, que uma vez foi arrastado para o mar por um crocodilo e conseguiu lutar com êle e vencê-lo. Tinha nas costas uma cicatriz pegada e explicou-me que, havendo possibilidade de tocar em determinado ponto do nariz do bicho êste abandona a prêsa e foge espavorido. Suponho eu que se trate de qualquer centro nervoso correspondente ao nosso nó vital.



«Samba Lagarto» na sua canoa «Dongo» munido do respectivo arpão

(Foto Oscar Ruas)



«Samba Lagarto» montado num crocodilo vivo que foi enviado para o Jardim Zoológico de Lisboa

(Foto Oscar Ruas)

multidão compacta se aglomerava ali. Ao chegar — não podia ter dúvidas, o dia era-me propício — encontro o nosso amigo Samba Lagarto, no seu «dongo» de caça, com as bordas quási submersas, còmodamente sentado em cima dum monte de crocodilos bem acamados, uns mortos, outros ainda com vida e o nosso homem lutando com um, a quem tentava atar a bôca com uma corda, o que acabou por conseguir.

Os pretos, na margem, olhavam-no como um semi-deus, e eu próprio — porque negá-lo? — senti crescer uma admiração sem limites por êsse valente que jogava a vida, ou, pelo menos, um braço ou uma perna, com um sorriso frio nos lábios, e uma coragem que, duvido, algum de nós brancos tivesse.

Horas depois, na administração, é-me apresentado Samba Lagarto que tinha ido ali levar o corcodilo em que está a cavalo na gravura. (1)

Conversei com êle longamente. Soube que era Sonrai, que vivia da venda de carne de crocodilo aos mandingas (2) e segundo os seus cálculos já tinha apanhado cêrca de «dois contos» de bichos. (3)

Combinei uma caçada para essa noite, mesmo depois de êle me ter explicado o seu sistema de caça, que, como adiante verão, é do mais cómodo, seguro e menos perigoso que se pode conceber....

O lagarto branco não, êsse não mo mostraria porque é sagrado, (4) mas não esconderia de mim todos os seus «estilos» e orações.

A noite tardava a chegar pela impaciência em que eu estava.

Até mesmo o aspecto físico do diabo do homem me tinha impressionado. Alto, sêco, olhar duro, bôca vincada e desdenhosa, por cima duma

---

(1) Êste crocodilo veio para o Jardim Zoológico de Lisboa onde morreu. Parece que o arpão lhe feriu um dos pulmões.

(2) É sabido que os mandingas se regalam com a carne de crocodilo, preferindo-a a outra qualquer. Uma vez eu e uns amigos trouxemos duma caçada uns quatro ou cinco crocodilos. Um marinheiro da capitania de Bissau, de nome Bacar, tomou conta de uma cabeça que cosinhou com arroz, e por tal forma se meteu no manjar que ia morrendo com uma indigestão.

(3) Queria dizer 2.000 e o administrador confirmou-me o número, dizendo, até, que se notava uma diferença sensível na quantidade de crocodilos que costumavam aparecer em frente da vila.

(4) Afirmam os indígenas de Farim, e o Samba confirmou-me, que vive num dos braços do rio um crocodilo branco. O administrador explicou-me que parece tratar-se dum caso de albinismo.

barba rala, mal semeada no queixo, vestes alvadias, um misto de feiticeiro e santão.

Talvez dos crocodilos tivesse herdado a frialdade que de si emanava e gelava a gente.

Já noite fechada, a caminho de Bintam, onde Samba me aguardava, o administrador ia-me contando que a lenda não exagerava as suas aventuras, pois era autêntico que êle chamava os crocodilos e êstes vinham dòcilmente ter com êle.

Às 11 horas navegava eu rio acima, sentado no fundo do «dongo», uma casca de noz onde mal me cabiam as pernas. A embarcação pouco maior seria que um crocodilo grande. Mal vedada, como acontece com todas as embarcações indígenas, fazia um pouco de água.

À prôa o Samba, à pôpa o remador, no meio eu condenado a horas de imobilidade.

A humidade, o negrume da noite e o silêncio pesavam sôbre mim como uma mortalha de chumbo. O «dongo» deslisava sem um estremecimento. Um crocodilo a nadar não faria menos ruído.

Samba chama-me com um sinal. Com dificuldade me aproximo dêle, mas procuro furar as trevas com um olhar agudo para não perder um único dos seus gestos.

Ia começar o exorcismo.

Num gesto brusco que faz guinar o «dongo», Samba levanta-se a tôda a sua altura, braços no ar, arpão erguido ao céu como uma lança votiva. E fica assim estático uns minutos. Quem sabe se está pedindo as graças de Allah.

Depois, do saquitel, tira os amuletos. Um bocado de pele de crocodilo — o primeiro que êle matou e é um dos seus deuses protectores —, um crocodilo pequeno em madeira, umas varinhas mágicas e duas conchas. Mergulha tudo na água do rio, bem fechado na mão, em movimentos que devem ter um grande significado, pois fá-los com uma unção religiosa.

Apanha depois um pouco de água com as mãos em concha, leva-a à bôca, mantem-na aí uns instantes e cospe-a para longe.

Isto três vezes consecutivas.

Guarda os amuletos, agarra novamente no arpão, leva mais uma vez os braços ao céu e solta um grito enorme, gutural, lúgubre e selvagem.

Estavamos todos imunes para o perigo... e a caçada ia começar.

Voltei para o meu lugar, tiritando de frio, pois a humidade já me trespassava os ossos, mas Samba desnuda o tronco e ata a roupa à cintura.

Põe na cabeça uma velha lanterna de caça, experimenta-a e faz sinal ao remador para inclinar à esquerda, subindo por um dos braços do rio em que o tarrafo fechava em túnel, quási por cima das nossas cabeças. (1)

De repente, rasga a noite um grito de crocodilo que ecôa e tem resposta, quer vinda das águas, quer vinda de terra.

Era o Samba que começava a chamá-los e eram os autêntinos crocodilos que lhe respondiam. (2)

Novo grito do Samba, mais insistente, novos gritos em resposta vindos de todos os lados, e aqui e além o «chlap» de corpos deitando-se à água.

Os bichos aproximavam-se de nós irresistìvelmente. Samba faz brilhar a lanterna com a rapidez dum relâmpago e vem ao pé de mim dizendo-me num murmúrio: — Nhô, dez com três.

Tinha tido tempo, a-pesar-da rapidez com que acendeu e apagou a lanterna, de ver que tinhamos treze crocodilos em volta de nós.

Novo grito e a resposta é dada mesmo junto ao «dongo».

Samba acende então a lanterna, passeia a luz lentamente, em volta a água povôa-se de luzes vermelho-pálido, os olhos dum autêntico cardume de bichos.

---

(1) O Samba preferia sempre os braços do rio mais estreitos e os locais mais escuros, porque os crocodilos ouviam assim com mais facilidade o seu grito, e a fascinação pela luz no momento de arpoar era mais completa.

(2) O grito do Samba era o das fêmeas em cio e assim se explica, sem recorrer à feitiçaria que os crocodilos acorressem tão ràpidamente ao local onde êle se encontrasse. Samba morreu há poucos meses, parece que vitimado pela doença do sôno, o que, aliás, é natural por haver muita tzé-tzé nas margens do rio Farim.

Mas morreu convencidíssimo, e isso disse êle ao administrador, que foram os crocodilos que por vingança lhe tinham transmitido aquela doença.

Durante uns segundos que a mim iam parecendo longos, Samba fixa o bicho que vai arpoar. É um que está próximo da prôa.

Com uma precisão e certeza impressionantes arpôa o animal, mergulhando sem a mínima cautela o braço na água e ao mesmo tempo apaga a lanterna.

O «dongo» é agora arrastado com a velocidade dum rápido.

Guina à direita, à esquerda, atravessa-se no rio, anda para trás, anda para diante, embaraça-se no tarrafo das margens — isto durante alguns minutos — até que os movimentos vão sendo mais lentos, menos sacudidos, mais harmónicos, e, por fim, pára.

O bicho deve estar morto ou, pelo menos, muito cansado. Pensei sem querer nas descrições que em pequeno lêra da caça à baleia. As emoções não devem ser muito diferentes. Samba acende a lanterna, puxa pela corda e daí a pouco a água junto ao «dongo» está ensangüentada.

Arma-se dum pequeno machado, retesa a corda, e quando a cabeça monstruosa de fauces escancaradas está ao alcance, descarrega-lhe um golpe que quási a decepa.

Sorri-me com uma pontinha de sadismo e puxa para dentro do «dongo» que só milagrosamente se não volta — talvez por obra de Allah — a primeira vítima daquela noite.

Outra e outra se lhe seguiram.

Mas a humidade gelava-me.

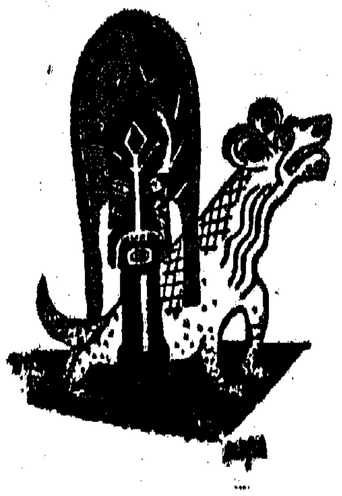
Mandei navegar para o sítio onde deixara o automóvel.

Soube depois que Samba não ficara contente comigo, porque, por minha causa, dizia, perdera uma noite de caça.

No fundo tinha talvez razão. Êle só se contentava com seis ou sete crocodilos de cada vez.

África misteriosa onde ainda se podem viver momentos de emoção tão profunda, eu te saúdo!

ÓSCAR RUAS



KEBALA

Uma pertinaz doença começou ceifando uma à uma, as vacas de Kebala, o velho balanta, rico em bolanhas de arroz, senhor de oito mulheres, muitos filhos e muito gado.

Como bom balanta, êle pensou, e pensou bem, que os dias da sua existência já não seriam muitos. A-pesar disso as vacas iam morrendo, e, talvez, por êsse andar, quando a morte lhe batesse à porta, já não restasse sequer um animal para o «chôro».

Assim, resolveu abreviar a morte, para que as festas do seu funeral fôssem dignas dêle, pois então seriam abatidas todas as vacas que a moléstia ainda não contaminara.

Kebala a todos declarou solenemente: — «Um balanta que se preze, quando morre, não vai para a terra como um cachorro vil!»

«Se o gado me desaparece todo, quando eu deixar de existir, acontecer-me há, como a tantos que deixam a família, a «morança», (1) e a tabanca, todos na vergonha de fazer o «chôro» sem abater um pôrco sequer.»

---

(1) Aglomerado de palhotas pertencentes a uma família.

«Kebala não é um miserável! A perder-se de vista estendem-se as suas «bolanhas» (1), cuja posse lhe está assegurada por «cartas» do Govêrno. Para apascentar seus gados, são precisos dez pastores. Nunca em suas casas faltou arroz nas tulhas. E Kebala não quere ir para a terra como um cachorro vil!»

Assim dizendo, o velho tirou da bainha, com gesto significativo, a sua faca afiada, que o irmão, o melhor ferreiro do chão de balanta, forjara com perícia.

Os «homens grandes» da tabanca aprovaram, com um acêno de cabeça, o gesto do ancião. A um canto, os «blufos» (2) admiravam as nobres falas que escutavam, e sentiam inveja de não poder imitar a atitude do seu autor.

Entretanto, Kebala, passava o gume da faca pela epiderme calosa das mãos, a tomar-lhe o fio. Uma vez certificado que ela estava bem amolada, passou-a, serêno, pelas guelas que cortou de um só golpe.

Caíu.

O sangue golfava, sôfrego, tentando irromper todo, duma vez, pelas carótidas, donde corriam dois finos repuxos vermelhos. O velho contraía os dedos cujas unhas arranhavam a terra. A cabeça pendeu, ao acaso, ora para um lado, ora para outro e os olhos vagos perderam-se num olhar sem fim. Entretanto o sangue muito vermelho e fumegante, não parava de jorrar.

O tórax arqueava e tornava a abater oprêsso com um ruído de gorgolejos. Conforme o ritmo da respiração, assim o sangue esguichava aos sacões.

Kebala, o ancião, deixou de existir.

Êle fôra o maior, o mais destro, o mais ousado de quantos ladrões infestam plainos da Guiné. Arteiro e sorrateiro, pés de lã macios como a relva, êle era o terror de quantos criam gado ou têm loja. Contudo, aqui vos digo: Kebala jàmais praticou homicídio! Verdadeiro amador, o roubo e só o roubo o seduzia.

(1) Terrenos alagadiços, próprios para a cultura do arroz.
(2) Rapazes, ainda não circuncisados.

A palissada que cerca a «morança» foi imediatamente arrasada por braços vigorosos, o que só tem lugar quando deixa de existir alguém de alta gerarquia na classe nobilíssima dos larápios. Em seguida começa a cerimónia da matança que é uma carnificina bárbara: o sangue jorra por todos os cantos. Quatro «blufos» acutilam canibalescos e ferem à punhalada, um toiro ruço que muge desesperado. Além, à sombra dum pau sangue, «blufos» e «homens grandes», esfolam, azougados, três bois. Por todos os cantos da morança e fora dela, a carnificina é fantástica. Um porco corre perseguido por dois rapazes que, mal o alcançam, vá de o dividir em bocados, uma perna para aqui, outra perna para ali, depois um naco de lombo e o animal a esvair-se em sangue, granhindo até desfalecer.

Ao agoniante cheiro do sangue e da carne, mistura-se o fedor bilioso das vísceras dilaceradas.

Um garoto magro e anguloso, todo branco de se esfregar na terra e que andava a caçar lagartos para comer, toma um bocado de tripa, abre-a ao meio com a sua faca de arco de barril, raspa-lhe os escrementos e mesmo sem a lavar, passa-a no brazeiro, e em seguida trinca-a, gozoso, de olhos rebrilhantes.

O «bombolom» tocara anunciando o «chôro», e de tôda a parte acode gente em traje de cerimónia: barrete vermelho de lã, sôbre os ombros um pano azul-anil. Os parentes do finado, homens e mulheres, cobrem-se de lama numa «bolanha» e correm cantando, berrando, uivando em volta da «morança», onde se encontra a palhota, em que, sôbre uma esteira, jaz estendido o morto, com as viúvas em redor carpindo, e enxutando as môscas que teimam em poisar-lhe nos lábios entreabertos. De quando em quando, a turba que canta e dança vai por uma golada de vinho de palma ou aguardente de cana e um grande naco de carne mal assada, suja de terra e a escorrer sangue.

Noite alta está tudo bebado, excitado, e o «chôro» redunda em infernal orgia.

Ao outro dia o morto é transportado em charola até junto de um charco onde é lavado convenientemente, após o que está pronto a enterrar.

Os «mandjôas» (1) do finado levam-no à última morada, uma cova perpendicular que termina por uma galeria em que o corpo repousará eternamente. Tapada a cova, o chôro continua, enquanto há gado para abater e vinho de palma nos «bulis». (2)

Kebala morreu! Morreu como um verdadeiro balanta digno de seus maiores: — Não foi para a terra como um cachôrro vil!

---

(1) Homens da mesma geração.
(2) Tabaças onde se recolhe o vinho de palma.

A U G U S T O

o homem e o leopardo

LENDA AFRICANA ● por Manuel de Seixas

A história que vou narrar é simples e ingénua como a alma do vátua vèlhinho que ma contou, naquela noite enluarada em que acampei, pela primeira vez, nas terras do soba Tapalo, lá para as bandas do Zambeze.

Nesse tempo — dizia-me êle — os animais falavam. Nas florestas rumorosas, cheias de perfume e de mistério, havia uma infinidade de covís; e ali se acoitavam as feras.

No maior vivia o leopardo — animal soberbo, musculoso e brigão que, envaidecido com a fôrça que Deus lhe dera e com a pele linda que lhe cobria o corpo ágil, teimava em ser o senhor absoluto de tôda a redondeza.

E como o soba do lugar fôsse um elefante caduco, que a muita idade cegara, um dia, o patife, resolveu lutar com êle, desejoso de lhe usurpar o mando.

Vendo-o descuidado, agarrou-se-lhe ao trombil e mordeu-lhe até sangrar.

Colhido de surprêsa, o paquiderme nem se defendeu e o leopardo, aproveitando o ensejo, cravou-lhe na carne as afiadas garras e preguntou, com voz de trovão:

— Diz lá, soba. Quem é mais forte ¿tu ou eu?

O pobre animal teve que se dar por vencido.

Fez-se a costumada festa; soaram tambores e marimbas num batuque de estarrecer, e durante duas luas, a bicharada comeu e bailou à farta.

Porém, a certa altura do folguêdo, um dos do Conselho — o finório lince — estendendo a focinheira e piscando o ôlho esquerdo, disse ao novo régulo:

— Sim Leopardo, oiça cá: — para que todos se curvem perante a sua poderosa vontade torna-se necessário que vá por êsse mundo fóra até encontrar mestre lião, pois o feiticeiro-chacal afirma, a quem o quere ouvir, que êle é mais forte do que vossa mercê.

Desta feita, o déspota vaidoso embezerrou, mas, no dia imediato, depois de ter pensado maduramente no assunto, resolveu pôr-se a caminho.

Durante uma semana inteirinha percorreu extensas anharas e sombrios bosques até que, numa radiosa manhã, ao formar o salto para transpôr um arroio de água cristalina, deparou, na outra margem, com um animal desconhecido.

Interpelou-o imediàtamente:

— Olá, amigo. És tu o tal rei da selva?... se és, levanta-te depressa, que quero combater contigo... sou o soba leopardo...

O lião sacudiu a poeira da juba, arreganhou a dentuça amarelada e com a cauda enxotou um moscardo que lhe picava o flanco direito. Serenamente, sem precipitações, respondeu:

— De facto puzeram-me essa alcunha, mas não veio nada a propósito, porque na terra há um outro animal muito mais terrível do que eu: chama-se o Homem. Portanto, antes de lutares comigo, deves ir procurá-lo; se o venceres, mediremos então as nossas fôrças. Aceitas?

— Está dito — retorquiu o leopordo.

E lá se foi, caminhando sempre.

Quási à boquinha da noite topou com um fazendeiro indígena que regava as leiras do seu arimo. Sem sequer o saüdar, indagou quem era.

— Sou um mísero velho roído de febres e morto de saüdades pelos meus, que a negra morte levou — disse o ancião, tremendo de mêdo.

— Bem. Não és o homem?

— Não sou nada, meu senhor... coisa alguma valho já... não passo de um farrapo...

A fera pediu agasalho para aquela noite e de madrugada seguiu viagem novamente.

Foi andando, andando sempre, até que encontrou um petizito que brincava à sombra de um cajueiro.

O felino inquiriu logo:

— És tu o homem?

O garoto sorriu, ao dar a resposta:

— Não vês que ainda sou menino? Homem é o meu pai, que anda à caça naquele *moxito*.

E a criança, sem se intimidar, porque desconhecia o perigo, apontava na direcção do sul.

O leopardo, olhando, de esguêlha, para o petiz, foi ao encontro do caçador. Ao vê-lo, do outro lado do rio, indagou:

— Quem és?

Enquanto engatilhava a arma, o *branco,* sem desfitar o inimigo, volveu, algo carrancudo:

— Sou um homem. Porquê?

E desdenhoso:

— Ora segue lá o teu caminho e não me aborreças, hein!

O endiabrado soba é que não esteve pelos ajustes, nem mostrou receio algum. Sem preâmbulos, declarou ao que ia.

— Está bem, disse o *branco.* Já que assim o queres, fica combinado o seguinte: enquanto eu passo o rio a nado, recuas tu trinta metros e, logo que chegue à margem onde agora estás, saltas sôbre mim e iniciaremos a peleja; veremos então qual de nós é o mais animoso...

O leodardo acedeu; rápido como uma flecha, foi colocar-se no lugar indicado.

Momentos depois o caçador atirava-se à água, nadando vigorosamente. Mas, mal se apanhou em terra firme, fêz pontaria e zás... descarregou-lhe uma chumbada.

A fera, ao ouvir o insólito estampido, deu às-de-vila-diogo e só parou quando o lião, barrando-lhe o caminho, inquiriu do que se passava.

Com o peito arquejante, sufocado pela corrida, o leopardo — que já perdera as loucas fumaças de valentia — explicou:

— Tens razão, camarada. Nem tu, nem eu, somos Reis. Rei é aquele monstro de duas patas, a quem me mandaste. Calcula tu que o grande bruto, tendo-se constipado ao atravessar o rio, para vir ter comigo, deu tamanho espirro que bastou isso para me atirar para aqui...

Parou, a tomar fôlego.

Envergonhado, meteu a cauda entre as pernas e ao querer continuar a narrativa, não o pôde fazer porque, com o susto, emudecera. E, de dia, nunca mais voltou aos povos...

. . . .

E é êsse o motivo — dizia-me o vátua vèlhinho, naquela enluarada noite em que acampei, pela primeira vez, nas terras do soba Tapalo — porque hoje o leopardo não fala e, se o encontramos, é sempre só, a esconder-se pelos juncais...

a mocidade académica e

O 1.º CRUZEIRO DE FÉRIAS ÀS COLÓNIAS

O QUE EU VI EM ÁFRICA

Oferece como prova de consideração e amizade, ao Ex.mo Sr. Director Cultural do Cruzeiro, Dr. Marcelo Caetano.

«O Mundo Português» iniciando a publicação de algumas das conferências realizadas a bordo durante o 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias, pelos estudantes, põe em relêvo os benefícios que dessa viagem resultaram para a mocidade escolar, e para a qual teve, em particular, o significado de uma humana e viva lição de nacionalismo colonial.

INTRODUÇÃO

É da praxe de todas as pessoas que falam em público começarem por dizer:

Não tenho dotes oratórios, peço a benevolência do público, ou qualquer outra frase que sirva de desculpa antecipada a algum fracasso que possa ocorrer num discurso ou conferência. Eu fugindo à praxe começo por dizer: Podem dormir V. Ex.as à vontade contanto que não ressonem para não acordarem os outros.

Preparai-vos pois, as cadeiras são cómodas.

Ao ler o meu diário, para dêle fazer um extracto, reparo que no dia 12 de Agosto, às 10 horas, o «Moçambique» passava pelas ilhas Selvagens e que no dia 15, à mesma hora, fundeava em S. Vicente. Tanto as Selvagens como S. Vicente não têm vegetação, isto é, não têm planta nenhuma. Êste facto encorajou-me a fazer esta modesta conferência. As primeiras ilhas portuguesas que vi não têm, como eu, planta nenhuma; somos irmãos.

S. Vicente

Já de longe a ilha de S. Vicente mostra a sua nudez, os seus picos e recortes caprichosos, enfim, a sua pobreza representada pelos naturais que à nossa chegada se dirigiram para o barco suplicando-nos moedas para apanharem debaixo de água.

Não falo das recepções e discursos que tanto aqui como nas restantes colónias houve, por falta de tempo e por serem coisas que não predominam habitualmente em África.

Visitei a fábrica de cigarros e a de bolachas, as principais indústrias de S. Vicente.

No passeio que fiz a Viana tive ocasião de comprovar a aridez da ilha de S. Vicente, o aspecto belamente feio dos seus picos rapados à navalha. Em Viana admirei, pela primeira vez na minha vida, um vulcão extinto.

Resumindo: Em S. Vicente vi pobreza, aridez, solidão e mornas.

S. Tiago

16 de Agosto — S. Tiago: Ilha protegida dos ventos pela ilha de S. Vicente, onde chove e onde já há bastante vegetação. O local onde almoçámos, S. Martinho, lembra Monserrate embora a vegetação, é claro, seja diferente.

O Posto Zootécnico de Trindade, que ainda mais lembra Sintra, é um testemunho da possibilidade de desenvolvimento do trabalho agrícola desta ilha. Tanto em S. Tiago como em S. Vicente, onde quási só tocam barcos portugueses e mesmo êsses raras vezes, os seus habitantes vivem fora do contacto com os seus irmãos o que contribuiu para nos receberem com sincera simpatia e entusiasmo.

Avistando o ilheu de Santa Maria, largámos para Bissau, onde chegámos a 18.

Bissau

Antes de Bissau passámos a ponta de Caió, onde metemos piloto, e depois o ilheu dos Pássaros.

Pela primeira vez vi e ouvi aquilo de que o cinema me dera uma pálida impressão: os batuques.

No interior da ilha admirei a variedade imensa de aves e insectos, destacando-se nestes as formigas salalés que fabricam uns montículos de terra onde habitam. As aves são de côres variadas e bonitas, sendo as mais úteis os jagodins, que são por assim dizer os «almeidas» da cidade, pois alimentando-se de dejectos limpam assim as ruas. Há uma multa de 500$00 para quem matar estas aves. À tarde, empoleiradas nas árvores, deram-me a impressão de que estava no largo de Camões. A vegetação é dum verde quási escuro e não muito densa, espalhando-se em planícies características da Guiné, onde a cota máxima é de 200 m., sendo esta a principal razão da existência dos seus arrozais. Os animais mamíferos são de pequeno porte; vi a cabra e o boi. As tabancas, aldeias organizadas dos indígenas, espalham-se por tôda a região. Alguns dos seus habitantes ainda se aproximam a medo dos brancos.

Numa dessas tabancas tive o prazer de comer mandioca. A chuva abundante contribui para a fertilização dos terrenos. Havia bastantes mosquitos que nos assaltavam à noite atraídos pelas luzes de bordo.

Bolama

Em Bolama não tive ocasião de apreciar o interior da região, que julgo ser análogo ao de Bissau. Os batuques que se exibiram foram dos mais variados e bizarros. Os pretos imitam vários animais com uma certa psicologia e critério.

À noite, no baile oferecido pelo Governador, presenceei lutas de pretos, em que apreciei a agilidade, resistência e lealdade, qualidades que poucas vezes se vêem nos brancos. Os pretos são extraordinàriamente bem constituidos.

Príncipe (ida)

25 de Agosto — Às 11 horas avistámos a ilha do Príncipe, já se distinguindo a sua vegetação exuberante. Passámos a pedra da Galé ou Bom-Bom pequeno, Bom-Bom grande, a pedra dos Diamantes, tudo

ilheus que rodeiam a ilha do Príncipe. Vi baleias e peixes martelos. O ilheu Bom-Bom Grande que, a-pesar-de se chamar grande pouco mais é que um rochedo, é também cheio de vegetação. O «Moçambique» entra na baía. Dum lado e doutro, árvores que parecem abafar o navio, debruçam-se por cima do mar. Falarei mais adiante sôbre esta ilha.

S. Tomé

26 de Agosto — S. Tomé — O ilheu das Cabras vê-se de bordo. De manhã vêm ao nosso encontro imensas pirogas governadas por indígenas e embandeiradas em arco. Numa delas ouve-se o som do batuque acompanhado de ocarina.

O batuque que em terra se exibia era bastante civilizado, fazendo lembrar uma cègada carnavalesca, não sendo, por essa razão, tão apreciado como os anteriores. Visitei a Roça do Rio do Ouro. A estrada que lá conduz atravessa uma vegetação variadíssima; um verdadeiro cock-tail de árvores: sebes de bogaios, cafezeiros, cacaueiros, árvores de frutos saborosos, tais como bananeiras, carambolas, mamões, ananazes, papaias, jacas, etc. A sede da roça é admirável, dando a impressão duma cidade encantada no meio duma floresta. A limpesa, ordem e civilização imperavam. Instalações modernas e jardins bem tratados. Neles tive o primeiro contacto com a onça e macacos, em jaula, é claro. Um batuque, que eu reputo do melhor que vi, feito por pretos de Moçambique, funcionava no páteo. Êste batuque tinha o cunho guerreiro que me impressionou bastante. Na cinta, os pretos penduravam umas latas que faziam um barulho exquisito. O almôço foi-nos servido no meio de uma exposição de frutos. O Hospital desta roça, em que predominam a higiene e as coisas práticas, é um hospital colonial modêlo. Como quási todos os edifícios africanos, não assenta directamente no solo, mas sim em arcadas. Nele não faltam a maternidade, quartos isolados para doenças contagiosas, alambiques e mais dependências e acessórios de utilidade.

A roça emprega 3.000 pretos e tem 25 qm. de raio. Na cidade vi uma piscina como não temos em Portugal (100 × 50), e o Pôsto Meteorológico.

Angola (cidades)

Dividi a descrição do que vi em Angola em duas partes: Cidades e interior. Quanto às cidades, começo por Luanda, pois além de ser a capital de Angola foi a primeira onde desembarcámos. De bordo avista-se a *ilha*, que foi para mim a parte mais interessante de Luanda. Os seus habitantes vivem mais independentemente do que na cidade pròpriamente dita, fugindo aos preconceitos que imperam em Luanda. Foi na ilha que esteve instalado, a quando da guerra, o campo de concentração dos prisioneiros alemães. Perto está fundeado o «Salvador Correia», barco que foi em tempos comandado pelo sr. Almirante Cerqueira. Do lado oposto, a costa desabitada fêz-me lembrar a outra banda. Luanda tem, realmente, razões de ser a capital de Angola, contudo faltam-lhe algumas coisas, entre elas um cais acostável. Belos edifícios e estabelecimentos. O trajo das mulheres pretas é bastante pitoresco; andam embrulhadas em mantos geralmente brancos.

O desfile de associações desportivas que teve lugar no dia 1 de Setembro, bem como a reconstituição histórica duma embaixada indígena, batuques, tocadores de marimbas e ainda, à volta, a inauguração do monumento aos mortos da Grande Guerra, foram espectáculos que muito me interessaram e demonstraram que Luanda é uma cidade com um certo desenvolvimento.

A visita à ermida da Nazaré e à exposição histórica, deu-me uma clara impressão do que eram as armas, utensílios e vestuário dos indígenas desde a nossa posse de Angola. As fábricas que visitámos mostraram-nos a indústria de Angola que pode ser ainda maior se se resolverem certos problemas de urgência. Por último a fortaleza de S. Miguel, um presídio modêlo. Na ilha assisti a um espectáculo inédito: O baptismo de dois mulatos, por um padre preto, em que as madrinhas eram padrinhos e madrinhas. Passemos a Lobito: É uma cidade original, construida em cima de uma língua de areia, que se estende pelo mar dentro em 6 qm. de comprimento por 400 m. de largo, em média, com um belo pôrto natural. As suas casas são mais apropriadas ao clima do que em Luanda.

Relativamente perto, o Cassequel que envolve Catumbela, a cidade que foi o mercado da cera, borracha e escravos. O Cassequel é uma grande propriedade com a área de 20.000 hectares, cujas máquinas, dependências e organização achei superiores às da Tentativa.

Em Benguela, a Câmara, Tribunal e Palácio do Comércio são boas construções. Vi uma interessante exposição de arte indígena. À noite tive ocasião de admirar o belo hotel e club de que Lobito está provido. Saltando a Nova-Lisboa, direi que esta cidade é grande e ao mesmo tempo pequena, pois as suas casas, estilo quási antiga-portuguesa, estão muito separadas umas das outras. Tem condições para se desenvolver. Seguidamente, Lubango fêz-me lembrar uma cidade pequena da Metrópole.

Por último, Mossâmedes lembra um pouco Espinho. Os seus habitantes fazem uma vida um pouco à inglesa.

Angola (interior)

O primeiro contacto que tive com o interior de Angola, foi no caminho para Dalatando, onde está instalada uma estação experimental de café. Ao almôço tive o ensejo de sentir o patriotismo dos pretos, quando do discurso do governador da Província, patriotismo de que já nos falara o Sr. Governador Geral. O caminho para Canhoca é extraordinàriamente belo, descendo, em sucessivas curvas, a montanha cheia de vegetação. Depois, a fazenda Tentativa, propriedade importante donde se extrai um dos principais produtos de Angola: o assúcar.

Em seguida, a fazenda Capir, situada a grande altitude; é uma fazenda modelar, de café. A subida para lá assemelha-se um pouco ao trajecto de Dalatando para Canhoca. Do belo comboio que nos conduziu a Ganda, disfrutei óptimos panoramas. Na subida da montanha, as encostas fizeram-me lembrar as margens do rio Tua. Nestas montanhas predominam os calcáreos estratificados e rochas eruptivas. O ibondeiro reina por tôda a parte. Em Catengue, admirei a pintura dos indígenas, representada por vários quadros pendurados nas paredes da casa onde

almoçámos. Depois de Cubal, são o pleno mato e as plantações de cizal. Visitámos um novo pôsto zootécnico, o de Ganda; ocupa-se especialmente de gado bovino. No caminho para Nova-Lisboa, visitámos uma plantação de cizal e as fábricas. Esta indústria dá um rendimento enorme. É pena ser de uma Companhia estrangeira. A sua geradora pertenceu a um velho submarino. Produz 5 toneladas de fibra por dia, necessitando para isso de 7.000.000 de plantas. De Nova-Lisboa a Lubango, mais uma estação experimental, a de Coíma, que trata de reprodução de sementes. Em Caconda tive ocasião de ver a ingenuidade e criancice dos pretos, que apreciam ainda as bujigangas berrantes e que as obtêm por troca das suas armas, utensílios e mesmo objectos de arte. O preto da região que atravessámos, desde Lobito a Lubango, é brando e trabalhador. Eis que, depois da missão de Quando, se me depara a de Caconda, uma bela obra dos missionários. O missionário director é um verdadeiro «Salazar». Tem conseguido verdadeiras obras monetárias; por exemplo: A igreja, que custou 150 contos, foi tôda feita com os recursos do pequeno comércio da missão, com vendas de sapatos, telhas, etc.. Aqui, o preto aprende variadíssimos ofícios, a amar a Deus e a comer.

O Soba pediu-me 5$00 e disse-me que os pagava quando nos encontrássemos no céu. Foi dum optimismo a tôda a prova, pelo menos da minha parte. Até Lubango, a estrada corre constantemente pelo mato fora. Passamos várias aldeias e vimos lebres e uma onça. Nos arredores de Lubango visitamos a Chibia, Jau, Humpata e as maravilhosas cascatas da Hunguéria, bem como as quedas da estação zootécnica do Sul, onde almoçámos. A temperatura agradável da região que atravessámos, fêz-me esquecer que estavamos a 2.000 e tal metros de altitude. E, para fechar com a chave de ouro o passeio dos «25», a descida da Chela, espectáculo surpreendente em que realmente parece que se cai das nuvens, pois elas ficam por baixo de nós envolvendo os picos caprichosos desta cordilheira. Por último, o deserto, que me impressionou bastante, por todas as razões, tais como fauna, reduzida flora, etc., mas sobretudo pelo contraste com a montanha. E, como última recordação de Angola, presenciei os jacarés num rio perto de Cuio.

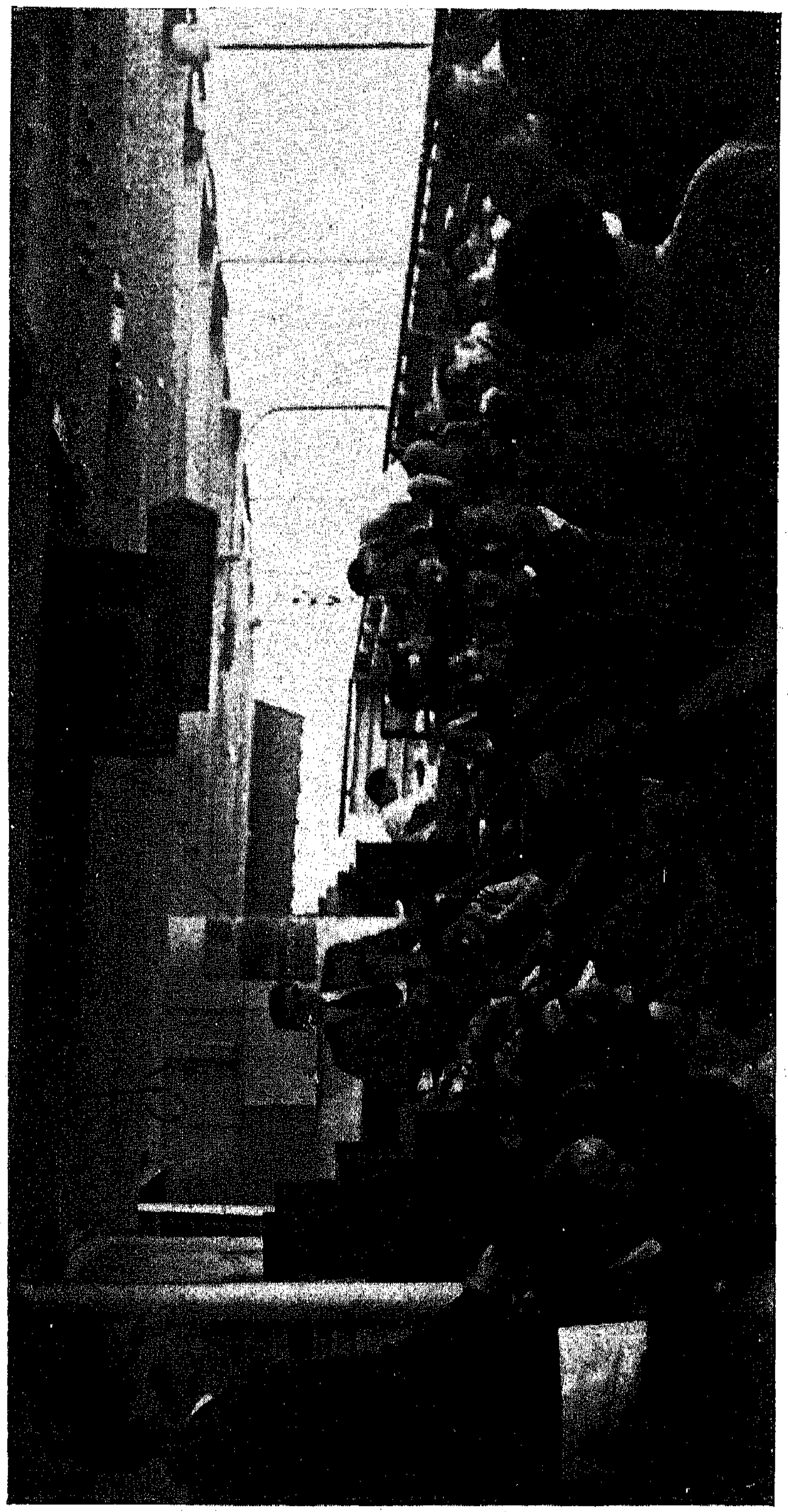
Príncipe (volta)

Voltemos ao Príncipe. A penetração no interior desta ilha fêz-me antever o que seria a minha prevista entrada no Céu, acompanhado do Soba de Caconda. A compaxidade e as côres da vegetação, os poéticos ribeiros e os picos elegantes desta ilha, a que alguém chamou vulcões, são coisas que jamais esquecem. O comboio de crianças que nos conduziu à roça Esperança, deve ser assim pequeno, para não ultrajar a magestade da Ilha.

E por último, vi em África, por duas vezes, a linha do equador e o Deus Netuno.

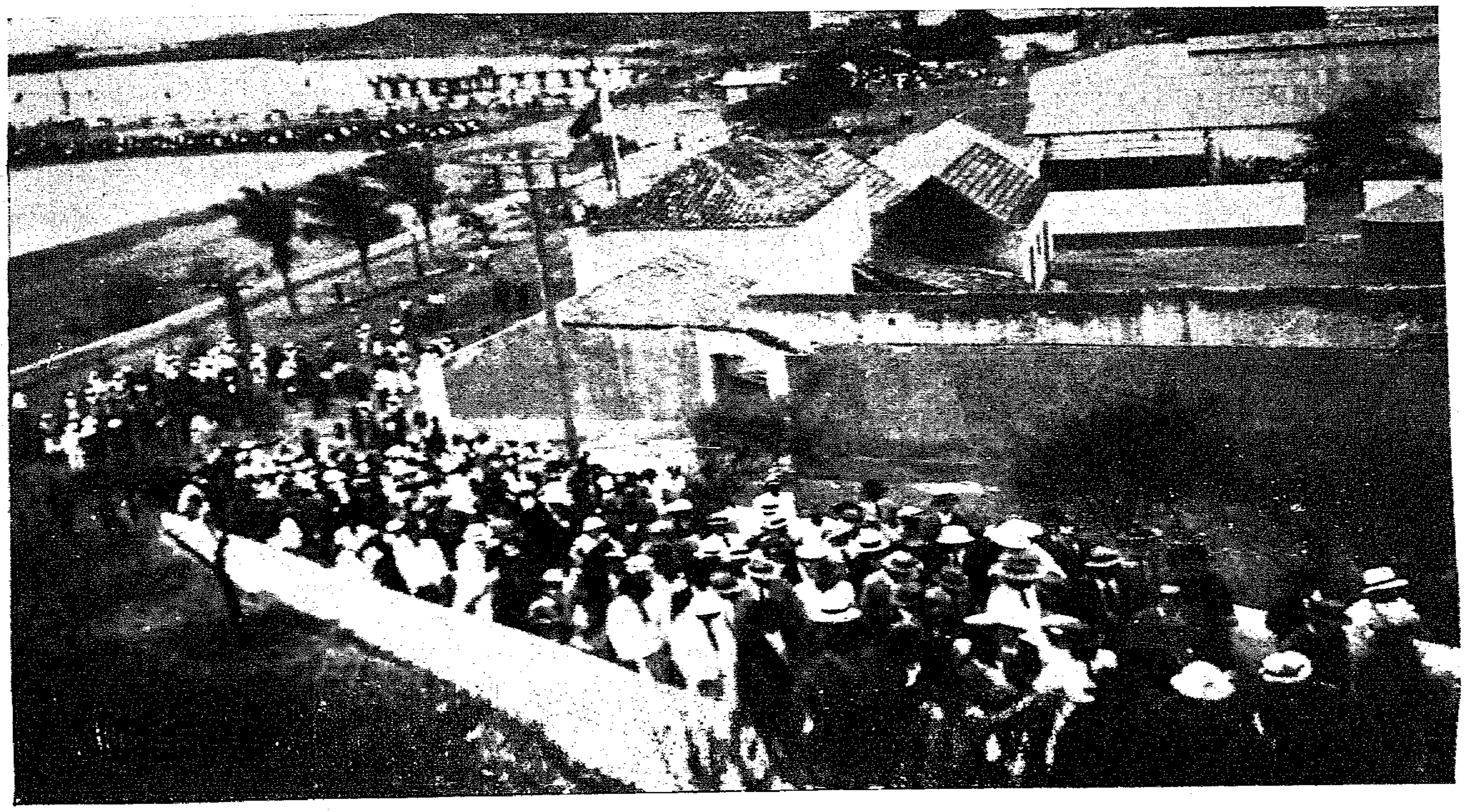
Antes de terminar esta maçadora palestra, quero dizer a V. Ex.as que resolvi não lançar mão de qualquer livro para me auxiliar, mas sim recorrer aos meus magros recursos e aos do meu modesto diário. Depois, não sei se deva dizer a V. Ex.as que não sou geólogo, nem poeta, nem botânico, nem geógrafo. Sendo assim, não pude orientar esta palestra num único sentido, mas sim misturar alguma coisa do que vi e ouvi. Fiz esta palestra por duas razões: 1.º, por obediência ao Ex.mo Director Cultural do Cruzeiro; 2.º, por entender que devemos sempre tentar fazer e aperfeiçoar tudo que nos custa a realizar.

J O R G E   B R O T A S   C A R D O S O



Uma das lições a bordo do «Moçambique» antes da chegada às colónias

(Foto San Payo)

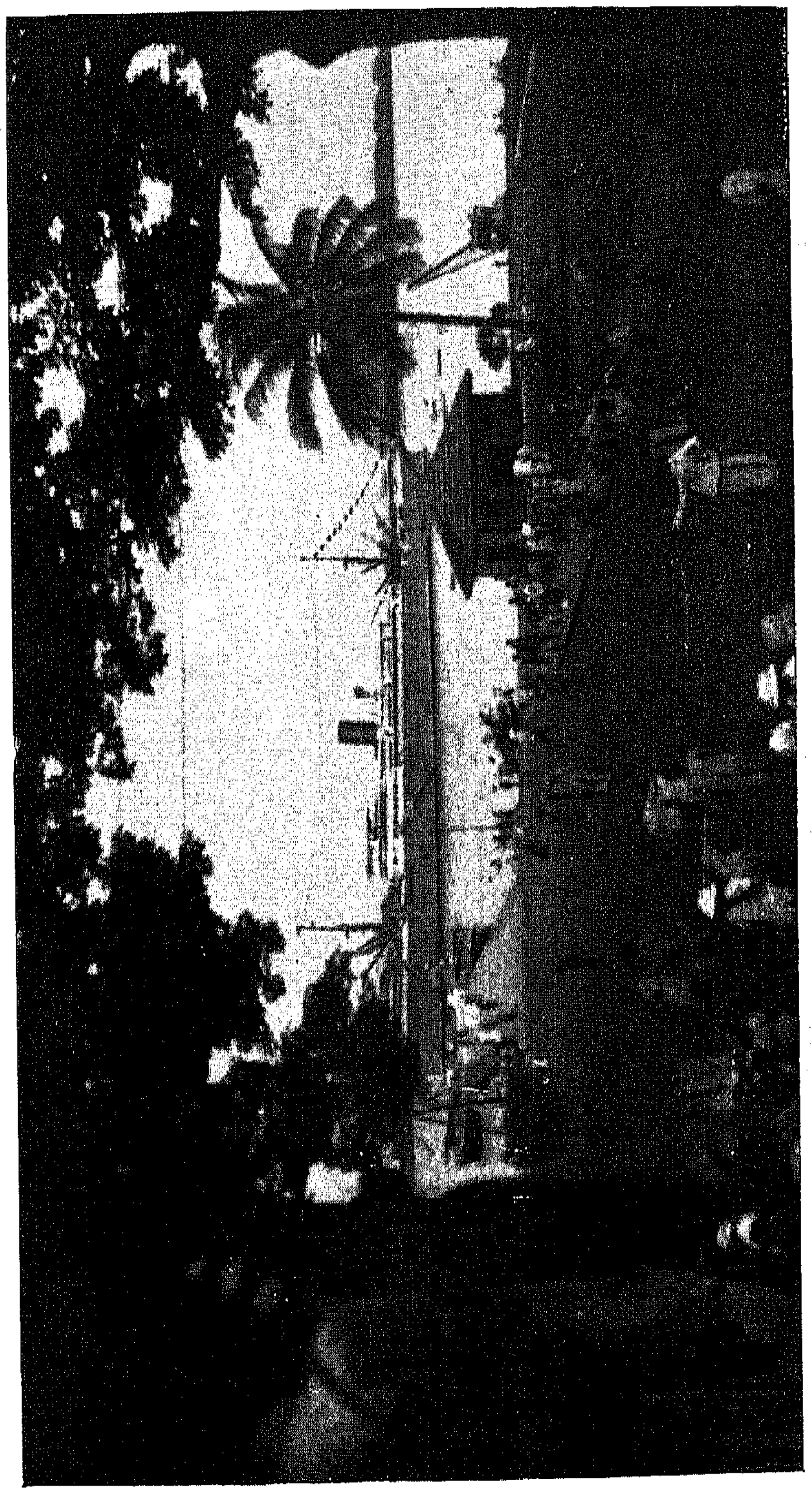


Cabo Verde — O desembarque do Cruzeiro na cidade da Praia
(Foto Manuel Emídio da Silva)

Cabo Verde — A multidão aguardando o Cruzeiro na cidade da Praia
(Foto Manuel Emídio da Silva)

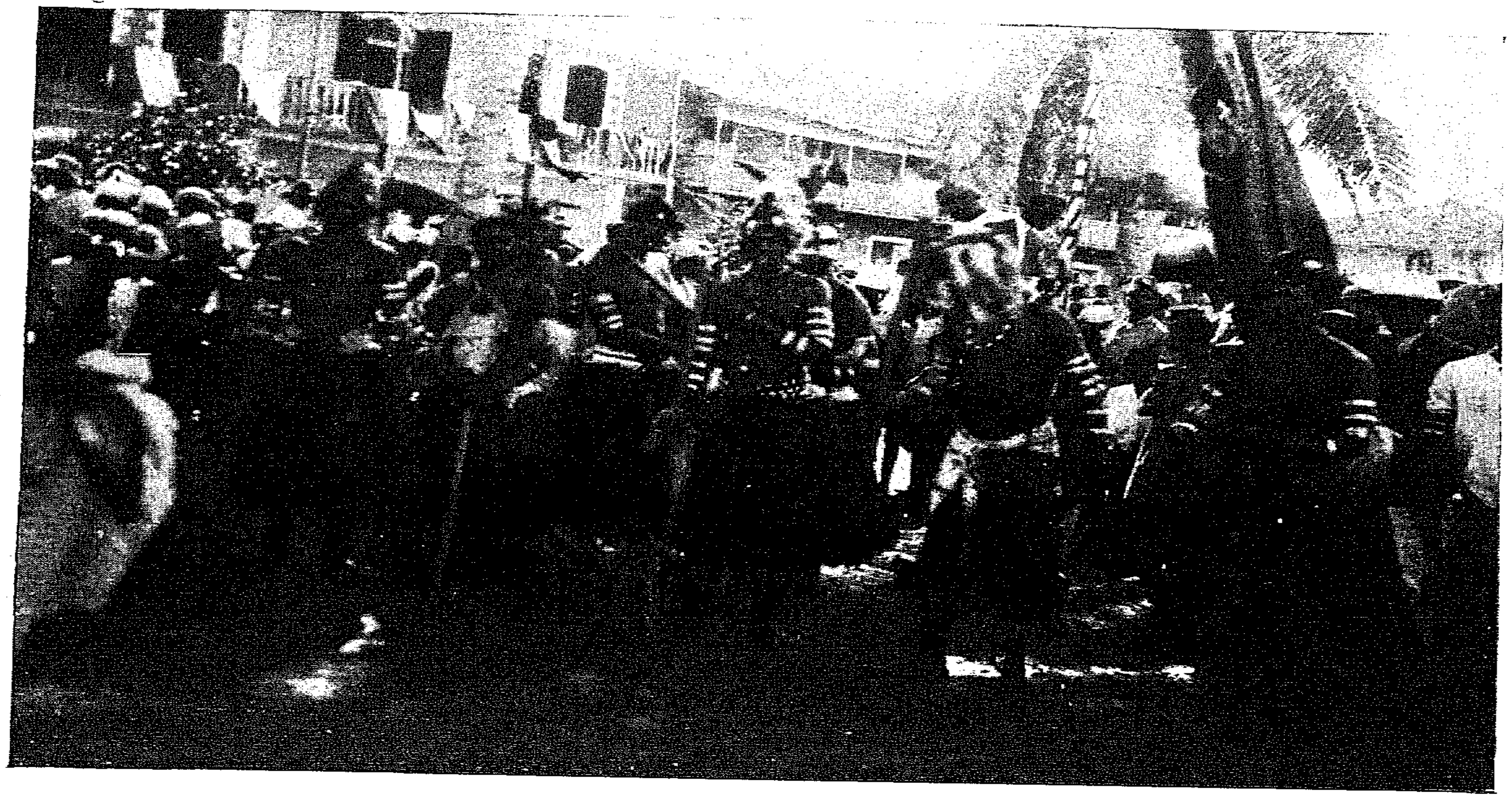
Em Bissau — Romagem do Cruzeiro ao túmulo de Honório Barreto

(Foto Manuel Emídio da Silva)



Desembarque em Bolama

(Foto Manuel Emídio da Silva)

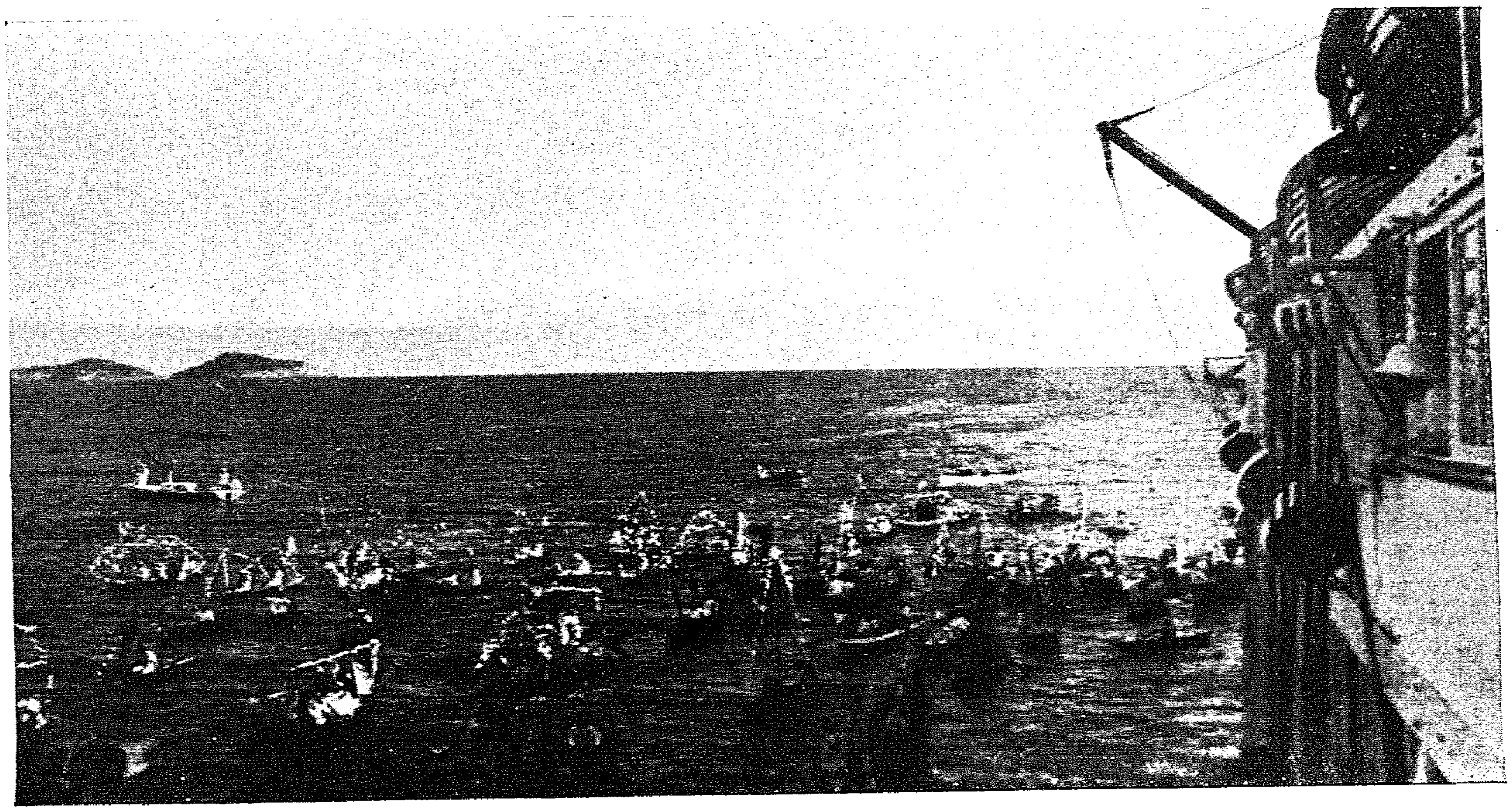


Bolama — Um dos numerosos batuques no cais, à chegada do Cruzeiro

(Foto Manuel Emídio da Silva)

Bolama — Guarda do Palácio do Governador

(Foto Manuel Emídio da Silva)

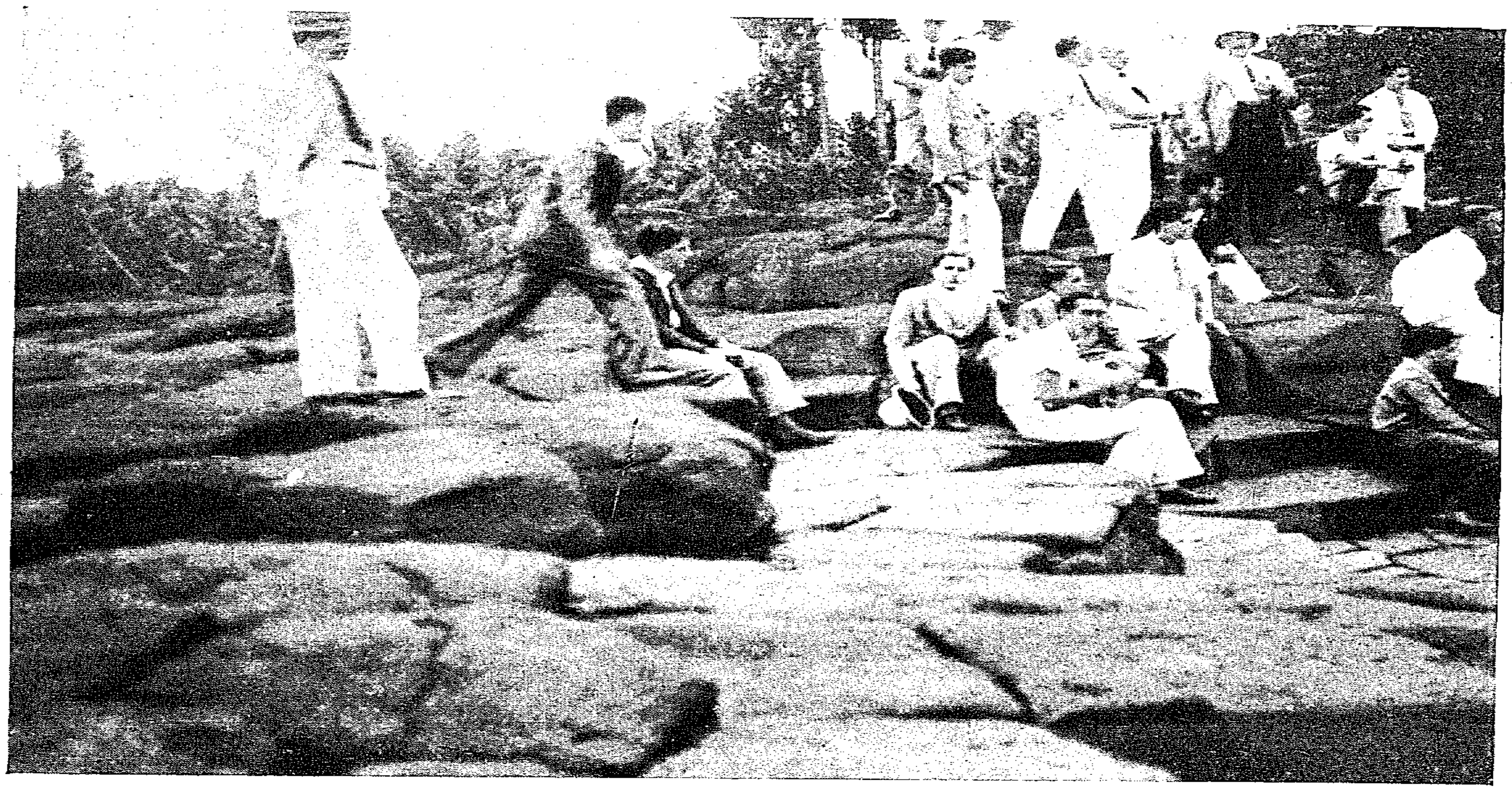


S. Tomé — Um aspecto da manifestação indígena à chegada do Cruzeiro

(Foto San Payo)

S. Tomé — Aspecto da recepção ao Cruzeiro de Férias por parte da população indígena

(Foto Manuel Emídio da Silva)



S. Tomé — Visita à Bôca do Inferno da Roça Água-Izé

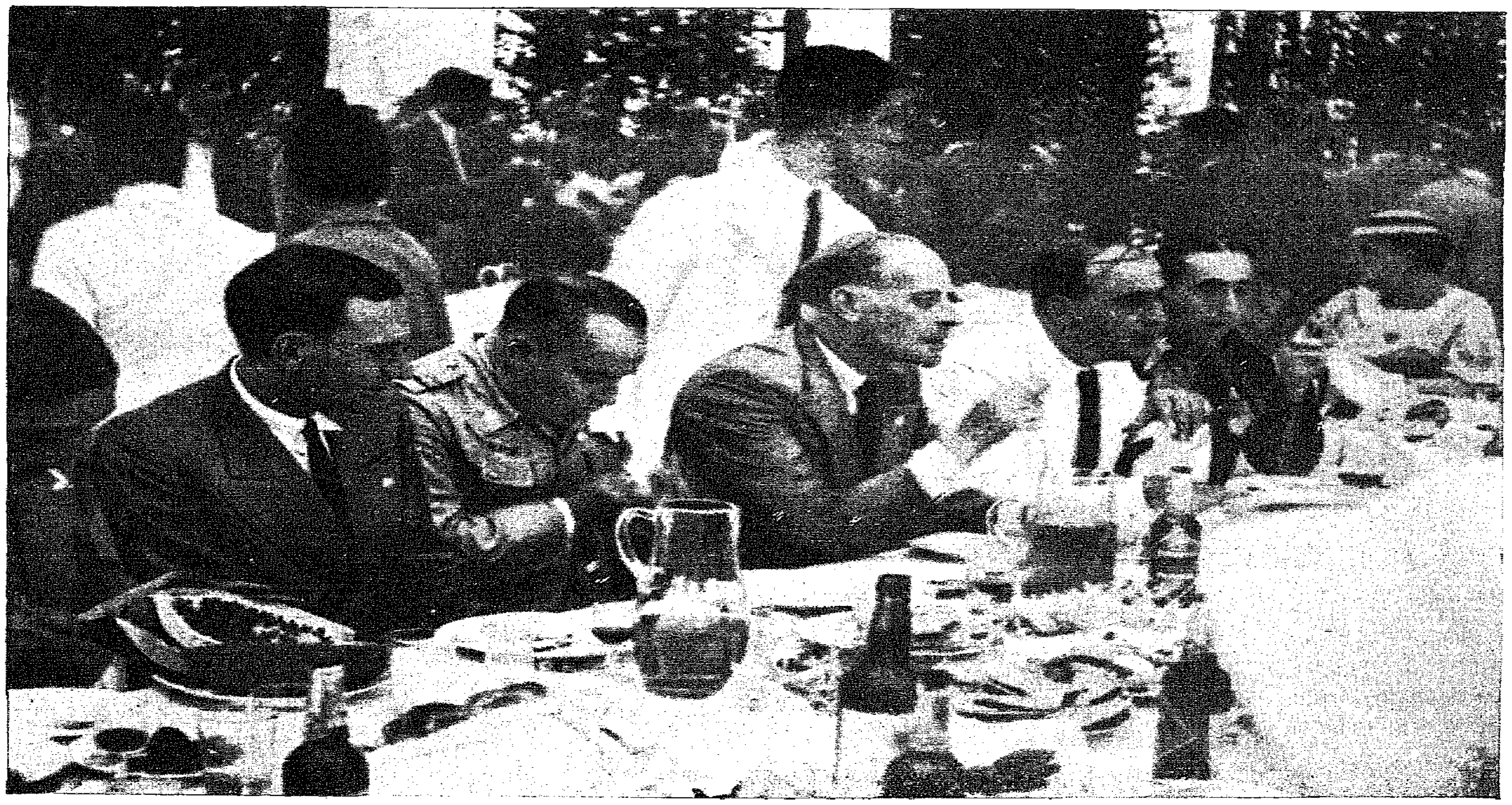
(Foto Manuel Emídio da Silva)

Em Cabinda — O director do Cruzeiro dr. Augusto Cunha e o professor Marcelo Caetano com outros excursionistas em direcção da Companhia de Cabinda

(Foto Manuel Emídio da Silva)

Angola — Visita à Fazenda «Tentativa»

(Foto San Payo)



Angola — Um almôço na Roça «Tentativa»

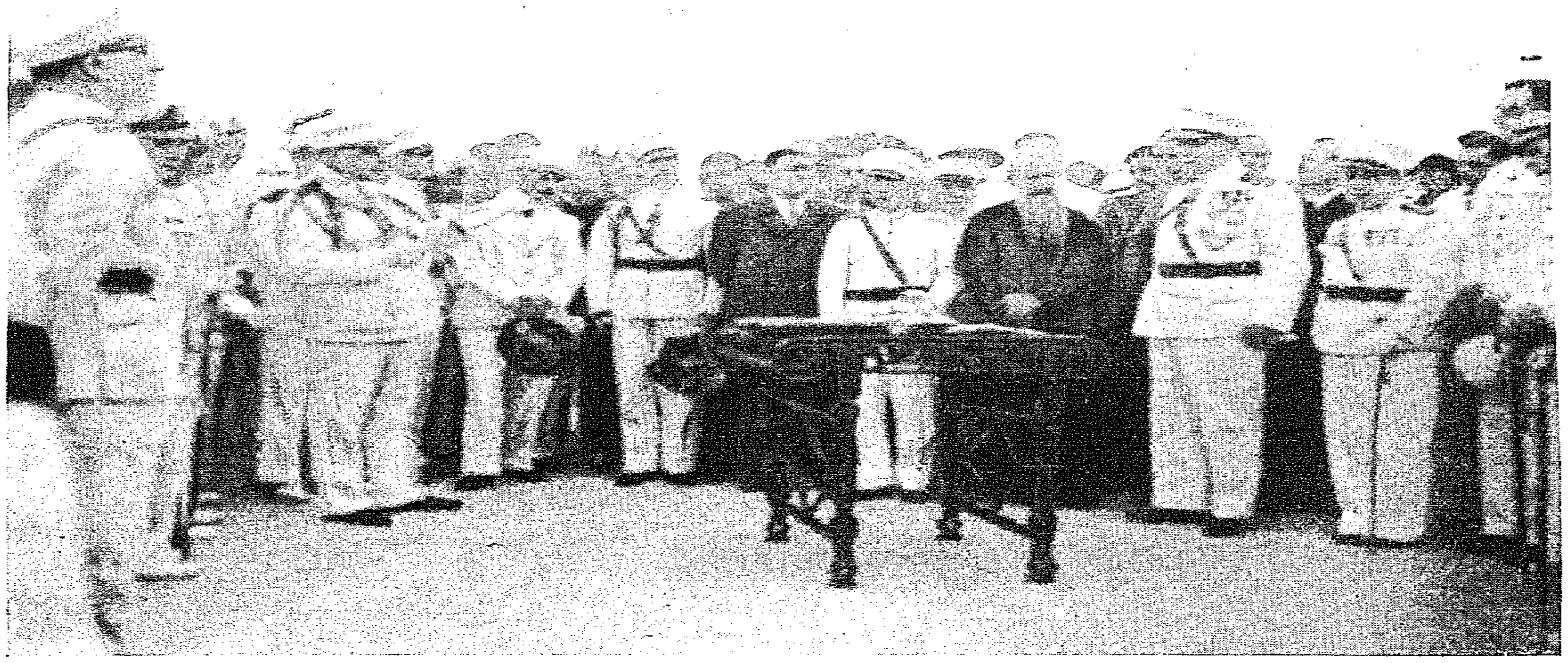
(Foto San Payo)

Angola — Chegada a Nova Lisboa

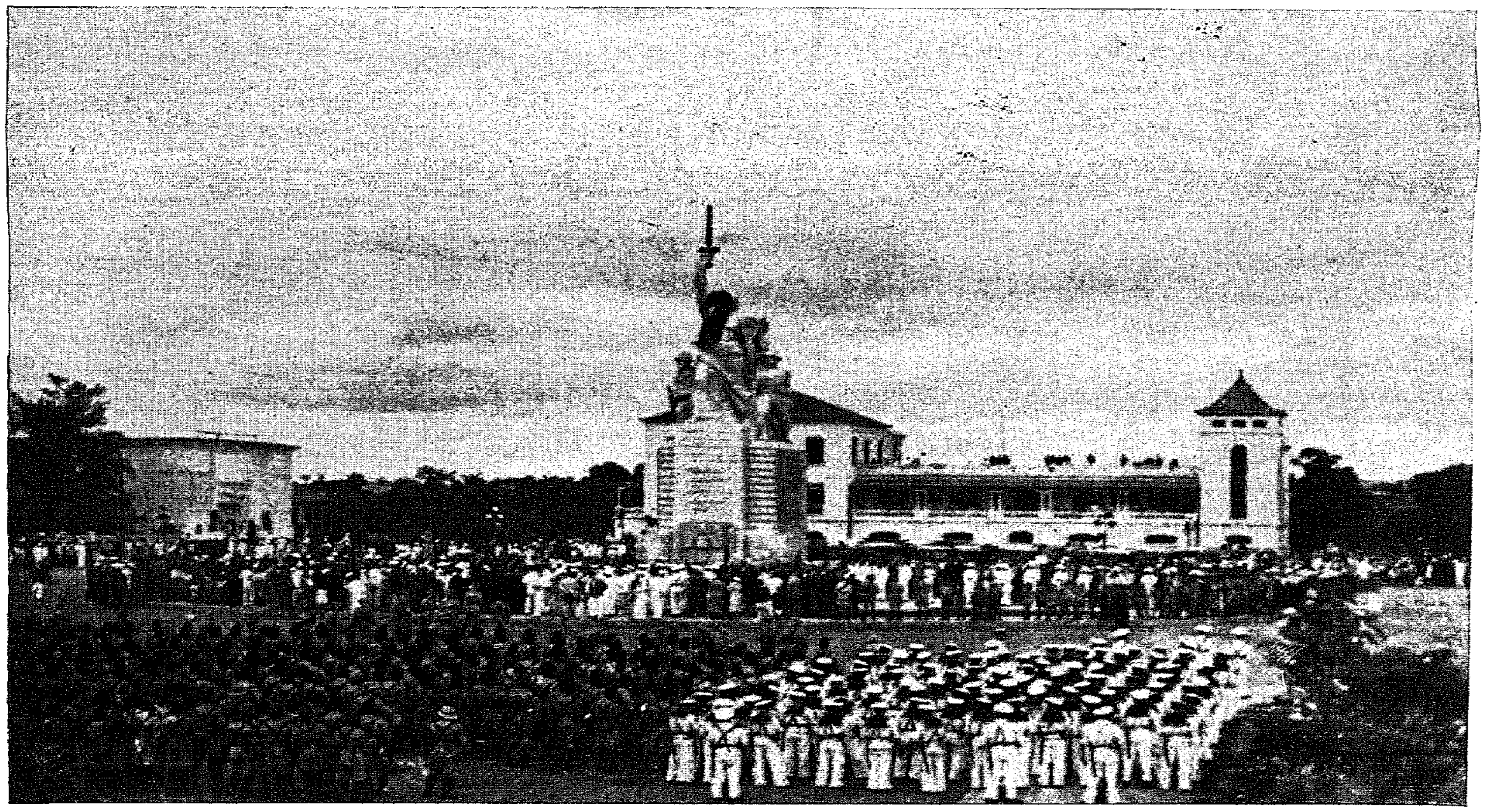
(Foto Manuel Emídio da Silva)

Angola — Visita à Central Eléctrica do Rio Cuando

(Foto Manuel Emídio da Silva)



Luanda — Cerimónia da inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra
(Foto Manuel Emídio da Silva)



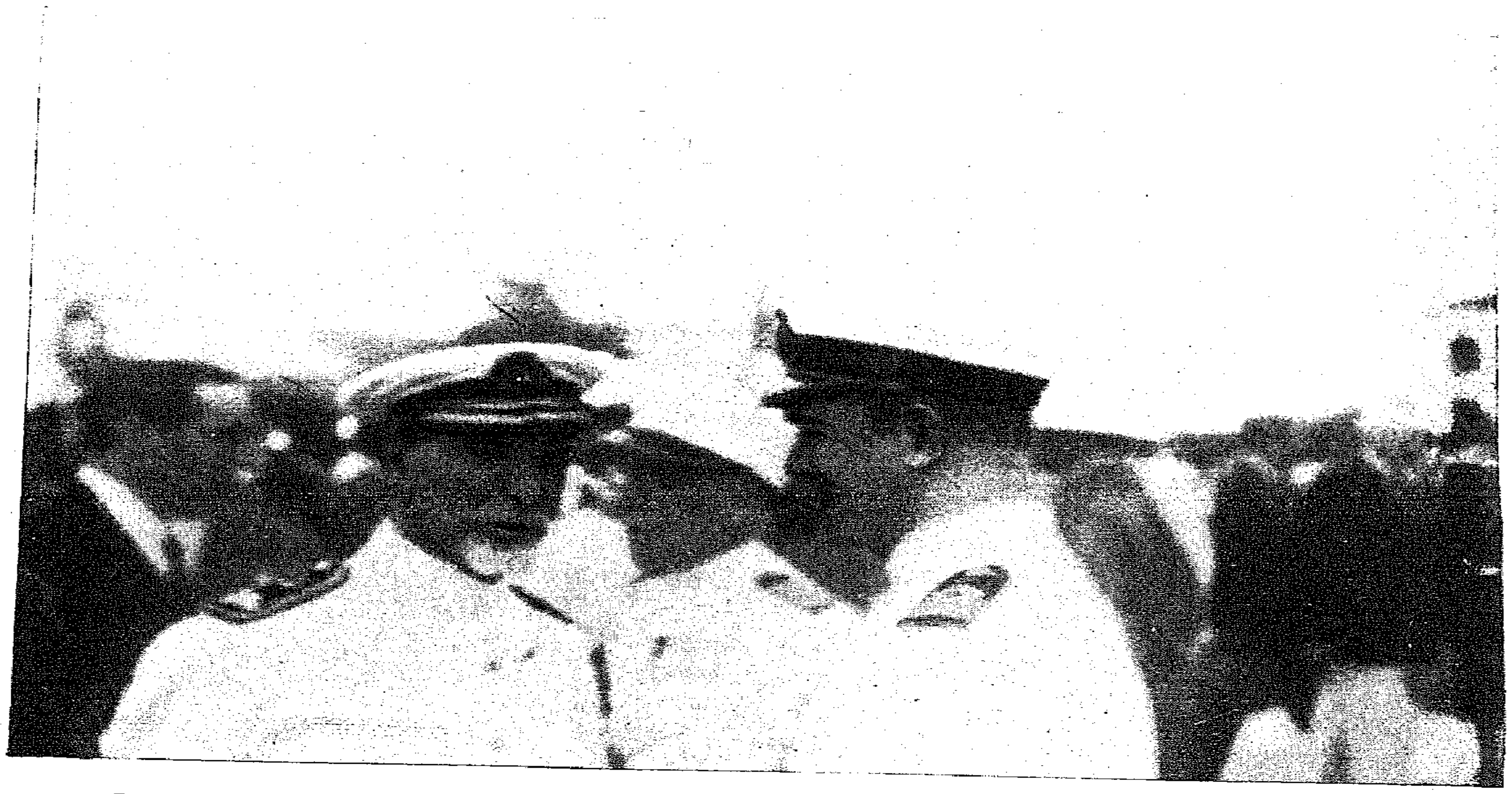
Luanda — Um aspecto da inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra
(Foto San Payo)

Em Luanda — O sr. Governador Geral de Angola na cerimónia da inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra

(Foto Manuel Emídio da Silva)

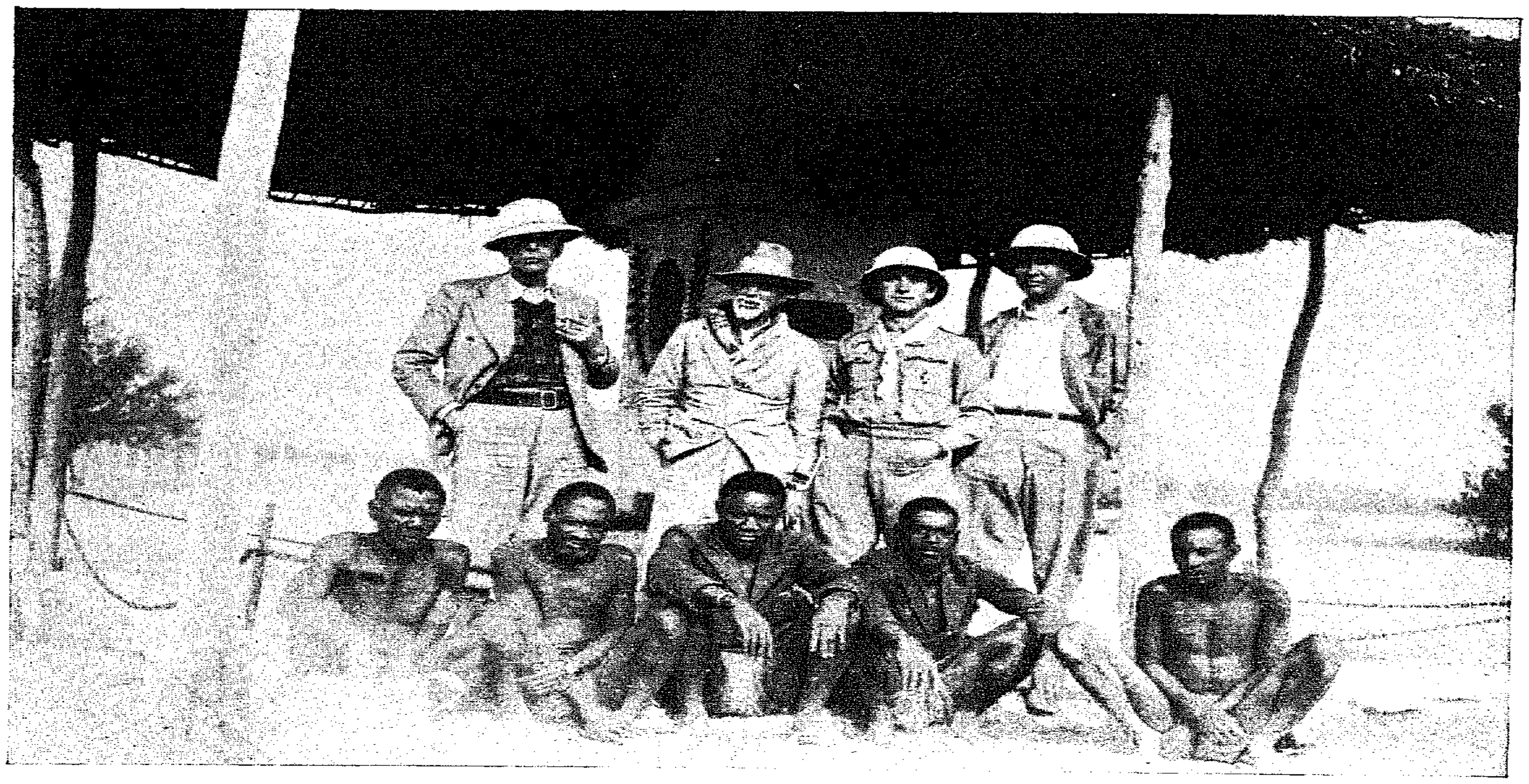
Em Luanda — A bandeira do 1.º esquadrão de dragões na inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra

(Foto Manuel Emídio da Silva)



O almirante Afonso Cerqueira e o cap.-tenente Ferreira de Castro na inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, em Luanda

(Foto Manuel Emídio da Silva)

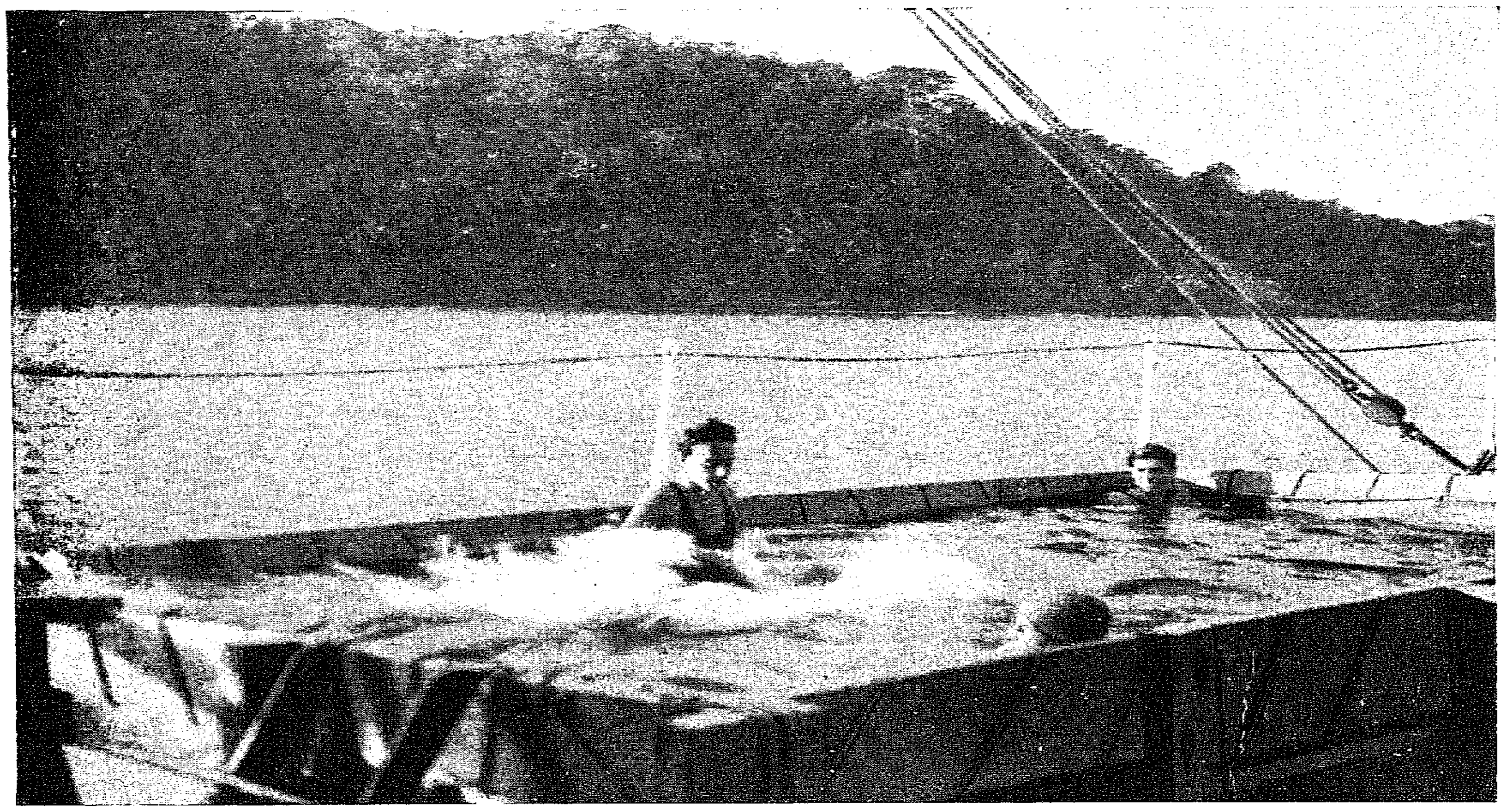


O almirante Afonso Cerqueira e o coronel Namorado de Aguiar junto do monumento da Môngua

(Foto do tenente Oscar Ruas)

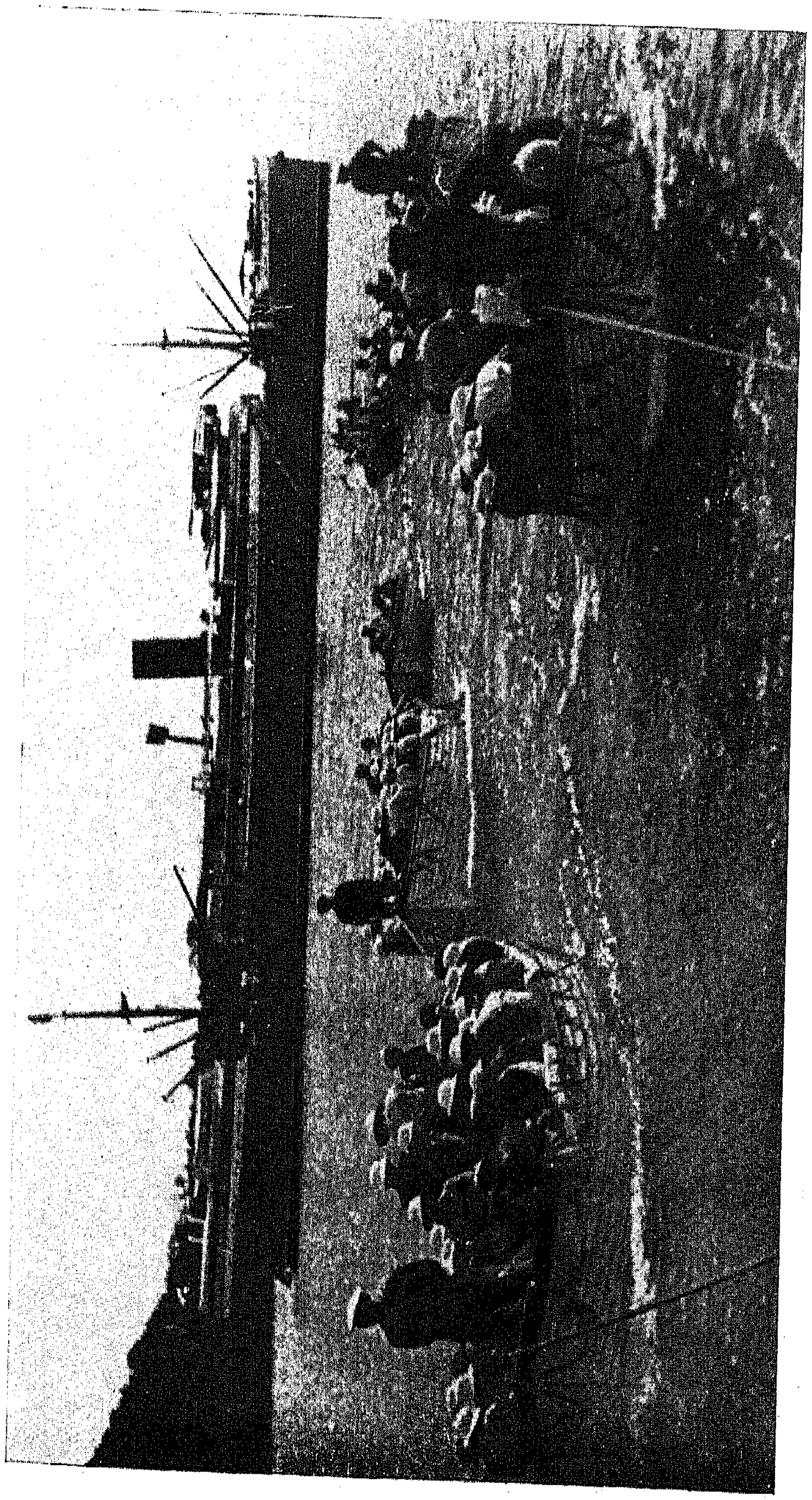
Durante uma caçada no deserto de Mossâmedes

(Foto San Payo)



Na Ilha do Príncipe — Aspecto da piscina do «Moçambique»

(Foto Manuel Emídio da Silva)



Desembarque na Ilha do Príncipe. Comboio de baleiras

(Foto San Payo)

2 DESASTRES/MAFUNDA E INHACHIRONDO

Como ficou dito em artigo anterior, publicado no «Mundo Português», a expedição punitiva ao Mataca, que se denominaria «Júlio de Vilhena», (o ministro que a mandara constituir, e nesse sentido dera instruções ao Governador Geral de Moçambique, Joaquim Machado, confiando-se-me a sua honrosa chefia), não se organizou no ano de 1890 a-fim-de cumprir a sua missão pelos motivos indicados.

Com tempo diante de mim deveria preparar a sua constituïção, para que marchasse ao seu destino na época propícia do ano de 1891. Seguira no entretanto com autorização ministerial para Lisboa, a-fim-de repousar uns dois ou três meses, das fadigas e trabalhos das expedições e operações no Chire e no Ruo até ao Lomué pela região de Milange, etc.

Fui, durante a minha viagem de regresso, surpreendido pelas inesperadas e generosas manifestações de simpatia que, pelos portos de escala e sobretudo na cidade do Funchal me quiseram dispensar alguns entusiastas, desembarcando em Lisboa justamente no dia 11 de Janeiro de 1891, primeiro aniversário do «Ultimatum» e recebendo carinhosas demonstrações de agrado, chegando a população exaltada ao ponto de desatrelar os cavalos da carruagem em que eu seguia para casa: manifestações essas que se repetiram durante alguns dias.

El-Rei D. Carlos e o govêrno quiseram acompanhar essas provas de aprêço, distinguindo-me Sua Magestade dignando-se oferecer-me as insígnias de oficial de Tôrre Espada com que fôra agraciado, e uma passadeira especial para a fita respectiva, com os dizeres: «Benemérito da Pátria por resolução das Côrtes».

Não devo ocultar que as repetidas *explosões* de entusiasmo e favor de que fui alvo na rua e lugares públicos, me atordoavam um tanto, mas estou convencido que a elas assisti sem extraordinária e desmesuradamente me envaidecer, o que aliás seria até certo ponto desculpável em quem à data da sua chegada a Lisboa não completara ainda os 26 anos, e se via solicitado por uns, lisongeado por outros, festejado por particulares, colectividades e povoações, por nacionais do reino, e portugueses do Brasil... No entanto enchia-me de orgulho, não há dúvida, o que os meus chefes e superiores de mim quiseram dizer e informar sôbre as campanhas que vinha de

dirigir e que haviam provocado todo êsse alvorôço, dado o sacrifício e o esfôrço que da nossa gente haviam exigido, e visto o significado que se lhe atribuia — de desafronta dos brios nacionais menosprezados.

Assim pouco depois de chegar a Lisboa me foram dados a conhecer os «relatórios e documentos àcêrca do conflito do Chire», apresentados às Côrtes em 1890 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e entre êsses documentos alguns que se referiam à minha actuação; especialmente para estes se chamou a minha atenção, pelas referências, seja dita a verdade, excessivamente elogiosas que o ilustre Serpa Pinto me quis fazer, no relatório que apresentou ao ministro.

Embora possa ser julgada imodesta a transcripção que aqui deixo de alguns dos seus trechos quando se refere aos serviços que me foi dado prestar, não duvido fazer essa transcripção. Até certo ponto justifica-se ela para mim, hoje velho e afastado de tôda a actividade, para a qual (vá lá a confissão) me sinto por vezes ainda propenso, pelo menos em espírito: pois encontro assim, reavivando êsse passado, uma compensação e recompensa bem estimada, por significar o aprêço que quis demonstrar-me, como com outros sucedeu, um homem ilustre a cujas ordens tive a honra de servir em momentos críticos da história colonial nacional e no decurso da minha antiga carreira militar.

A recordação dêsses elogios e louvores, nos fins de uma vida que tem por vezes sido agitada e tormentosa, mas que sempre diligenciei fôsse honrada, e adentro das minhas reduzidas possibilidades, útil ao meu país, constitui hoje incontestàvelmente um galardão e lenitivo para aqueles dissabores e contratempos, trabalhos e inclemências e perigos por vezes experimentados.

Além do que, poderão assim os novos verificar que os velhos procuraram trabalhar, e alguma coisa fizeram, na reconstrução do que hoje, e com propriedade, se chama o nosso «Império Colonial», procurando servir a nação o melhor que puderam, e que se orgulham do aprêço em que foram tidos os seus embora débeis esforços e canseiras, pelos Reis, e por vezes ao menos, pelos Governos e pela Pátria.

Eu considero-me um dos que foram generosamente recompensados pelos serviços que pude prestar. Possa o que se deu comigo servir de incentivo aqueles que hoje labutam pelo desenvolvimento e progredimento do Império e da sua nacionalização.

Dizia pois Serpa Pinto no citado documento em 1890. «Enquanto isto se passou eu descia com a máxima rapidez o Chire, Zambeze e Quaqua e encontrando em Quelimane a canhoneira «Liberal» parti imediatamente para Moçambique... insistindo pelo meu regresso ao Chire, tanto mais que sabia por uma participação oficial feita pelo capitão-tenente António Maria Cardoso que o Massingire estava pronto a revoltar-se, o que traria a revolta dos povos circunvizinhos.

«Precisava para isso de duas coisas: dos pequenos vapores que tinham vindo de

Lisboa para o Chire, e a êsse tempo estavam em Quelimane ainda, e precisava de *um homem*, e tão feliz fui que encontrei o *homem* e pude fazer passar os vapores para o Zambeze, sendo êsse mesmo homem que os passou. Êsse *homem* foi o tenente da armada João Coutinho, oficial de um mérito superior, de uma lealdade inquebrantável e de uma coragem incompreensível, juntando a tudo isto uma saúde de ferro, todos os talentos e todas as qualidades para viver com os povos bárbaros de África, sendo rigoríssimo no castigo e fazendo-se amar de tal modo dos pretos que qualquer arrisca a sua vida por êle. Eu atrevo-me a chamar a atenção de V. Ex.ª para êste heróico oficial que tem apenas 24 anos de idade.»

Assim reza o relatório de Serpa Pinto e também em termos que me encheram de satisfação e alegria, falaram Neves Ferreira e Joaquim Machado. Dei o devido desconto, como não podia deixar de ser, a palavras ditadas certamente por um sentimento de benévola justiça, mas muito influenciadas pela amizade com que aqueles notabilíssimos coloniais me quiseram distinguir. É evidente porém que andava satisfeitíssimo...

Mal supunha na minha *candura* e boa fé dos 25 anos, que se tais manifestações de aprêço e estima significavam excessiva benevolência e generosidade daqueles que atribuíam merecimentos realmente inexistentes ao modo feliz como os meus companheiros e eu desempenharamos alguns serviços espinhosos, êsses louvores despertariam por igual no espírito de algumas pessoas, felizmente poucas, que também por África andavam, e talvez reputavam os seus serviços indevidamente considerados, alguns condenáveis sentimentos de despeito e de inexplicável mas bem verificada má vontade, cujas manifestações tangíveis concorreram sem dúvida para o insucesso trágico da missão que eu ia desempenhar.

António Enes, cujo elogio seria pretencioso querer fazer, nomeou-me pouco depois da minha chegada a Lisboa, vogal das comissões que deveriam estudar a criação do Instituto Ultramarino, benemérita instituïção destinada a acolher e albergar as viuvas e filhos de funcionários do Ultramar pobres e desvalidos, e da comissão que estudaria o processo e disposições directivas da concessão da medalha da Rainha D. Amélia, que fôra criada então, aos militares das fôrças de mar e terra que prestassem serviços nas campanhas empreendidas no Ultramar.

Presidia a essas comissões o glorioso almirante José Baptista de Andrade o herói do Ambriz que a marinha de guerra e o país tanto admiravam e respeitavam: hercúleo e bondosíssimo, tive a honra de ser seu ajudante de ordens.

Se não estou em êrro constituíam as comissões os dois então capitães de fragata Guilherme e Hermenegildo Capelo, êste o eminente explorador africano, honra da armada portuguesa, e que foi o último chefe da Casa Militar durante o reinado de El-Rei D. Manuel II: o capitão de fragata Ferreira do Amaral, antigo Governador

Geral de Angola, depois Ministro da Marinha: os capitães-tenentes Roberto Ivens e António Maria Cardoso, ambos ilustres coloniais, aquele que atravessara África com H. Capelo, e êste que realizara memoráveis explorações em Moçambique; ambos êles conhecidos pelos bons ditos e graça (entre os camaradas era Cardoso conhecido pelo «Pilhérias»). Serpa Pinto e Paiva de Andrada, o incansável pioneiro da exploração dos sertões de Moçambique, que então por lá andava, sendo como se sabe aprisionado pelos ingleses no «Mutassa» com Manuel António de Sousa, o célebre capitão-mór de Manica e Quiteve.

Depois António Ennes chamou-me e disse-me que confirmava a minha nomeação para o comando da expedição «Júlio de Vilhena» para que fôra designado como já vimos, em Agosto do ano anterior (1890) por Joaquim Machado e Mariano de Carvalho, por ordem de Júlio de Vilhena, tendo eu como é de supor gostosamente aceitado o encargo.

Determinou-me que me aprontasse para seguir para Moçambique, e por decreto de 10 de Abril de 1891 publicado pela 4.ª repartição do Ministério da Marinha e Ultramar recebia realmente a minha nova nomeação para... «infligir o devido e justo castigo ao régulo Mataca, em cujo território tiveram lugar os morticínios da expedição comandada pelo tenente Eduardo A. Prieto Valadim, devendo procurar simultâneamente firmar o domínio de Portugal nos territórios que atravessar, para o que poderá utilizar os serviços dos cipais das terras da corôa».

Em 20 de Abril manda Ennes por despacho lançado nas instruções que eu recebera de Joaquim machado em 31 de Agosto de 1890 «Cumprir essas instruções.» (1)

Larguei de Lisboa no «Malange» belo barco da «Mala Real Portuguesa» de que era comandante o distinto marinheiro caboverdeano Nunes da Silva. Acompanhou-me nessa viagem o 1.º marinheiro José de Carvalho que tinha servido no Chire e que era a minha sombra, aparecendo em todas as festas que em Lisboa ou fóra me eram oferecidas, e em que participava com a maior naturalidade e satisfação, dizendo-me sempre, por exemplo — «oh meu comandante, aqui trataram-nos bem!» ou «esta gente percebeu bem o valor dos nossos serviços»... etc. Um bom ratão a cujas freqüentes inconveniências eu fazia vista grossa atendendo a que tinha uns dezoito anos de praça, mais uns doze de idade do que eu... e me tinha grande amizade...

Ao chegarmos a Aden, com um calor abrazador pediu-me o José de Carvalho licença para ir a terra à «paisana». Concedida a licença apareceu-me para desembarcar numa figura fantástica! De botas altas novas, que êle mandara fazer em Lisboa *para o mato*, calção de bombazina (a imitar os de *corderoy* dos boers), grande chapeirão

(1) Vêm transcritas no número de Março 1935 do «Mundo Português».

de aba larga, jaleca de astrakan (imitação) com alamares de prata, uma farta cinta encarnada e um *autêntico* cache-nez de lã (!!) ao pescoço!... empunhava um *valente guarda-sol* por causa dos raios ardentes dêste, em compensação!

Ri-me e disse-lhe que ia ter um sucesso entre os arabes e decerto *entre os camelos*, em terra, com aquele magnífico indumento. Êle ficou levemente embaraçado mas gostou do termo e diz-me, «é para que êles vejam o que é um *ijumento* à portuguesa»!

Não houve remédio senão deixá-lo ir mas proíbi-o de levar o *cachenez*, que êle com pezar deixou a bordo. Três horas depois ao voltar a bordo o bom do José de Carvalho não parecia o mesmo.

As *elegâncias* e o *ijumento* não resistiram aquele horrível calor de Aden, porta aberta sôbre a medonha fornalha que é a Arábia.

Apareceu o bom do marujo sem jaleca nem cinta, tendo tirado as botas novas que o torturavam, e com tudo entrouxado debaixo dos braços, bastante mal humorado por haver sido roubado, descaradamente nas cafúas por onde andara esgueirando-se para ir fardar-se e apresentar-se quando eu, que vira atracar o bote em que êle viera, lhe perguntei se gostara do passeio, se tivera *fresco* e se tinham gabado o *ijumento? Embezerrou*, e disse-me: «desculpe-me o meu comandante mas aquilo é uma *corja de brutos*, não sabem apreciar o que é gente bem vestida! se até os ingleses (referia-se aos highlanders da guarnição) andam de pernas à véla!

Cheguei a Moçambique com os meus companheiros, alferes João Pinto Feijó Teixeira, filho do velho comissário de polícia Teixeira, que tôda a gente em Lisboa conhecia, o qual desempenharia o cargo de ajudante da expedição, dando-me sempre pela vida fóra inequívocas provas de amizade e dedicação, e que estava governando o distrito da Zambézia quando os alemães durante a grande guerra invadiram o distrito e ameaçaram Quelimane. Ali encontrei: o engenheiro-maquinista da Armada Manuel Joaquim Fernandes, a quem já fiz referência que nunca poderá ser suficientemente elogiosa, e que ainda hoje encontro com o maior prazer e amizade, e o guarda-marinha Manuel Barba de Menezes, que tinha empenhado todos os esforços para me acompanhar, rapaz a quem decerto estava reservado um brilhante futuro, e que foi um dos meus grandes amigos. Filho do par do Reino e grande proprietário beirão, político e homem de sociedade, Manuel Vaz Preto Geraldes, era Barba de Menezes muito inteligente, ilustrado com grande bossa para a literatura e oratória, desembaraçadíssimo, dando-se muito aos sports atléticos, um tanto irrascível mas com um fundo de grande bondade, e de uma lealdade incomparável. Baixo, com a barba que usava à guise, muito negra, não virava a cara a ninguém, nem ao maior perigo, e fêz-se respeitadíssimo dos negros que o temiam.

Era um elemento de primeira ordem pela sua inteligência e iniciativa e pelo seu valor.

Seguiria ainda comigo o alferes António Rodrigues em quem falei já, e que, antigo sargento da Armada, de *letras gordas* como se dizia, era um bom homem, e dedicado. Tinha mais de 40 anos e era divertido vê-lo conversar e discutir com o José de Carvalho, com quem ainda tinha sido praça da Armada ou oficial inferior. Chamavam-lhe o *sarcófago* porque falando dos negros, e querendo chamar-lhes *antropófagos*, dizia sempre *sarcófagos! Poucas letras*, mas seguro e dedicado. Acompanhava-me também, é claro, o inevitável José de Carvalho, 1.° marinheiro fusileiro, e os pretos Paulino, Luiz e João Chipintura; êste, maculolo, filho de régulo e que eu trouxera para Lisboa, onde foram baptisados.

O João mandei-o para o Chire por demonstrar pouco bons instintos; aí revoltou-se contra os ingleses, mais tarde, e foi por estes condenado à fôrca.

Chegámos a Moçambique em fins de Maio. O governador geral Machado estava na Beira.

Ali havia que concentrar-se tôda a atenção e cuidado do governador da província, pois lá se desenrolavam os dramáticos acontecimentos de Mecequece com o bravo Caldas Xavier e os seus voluntários de Lourenço Marques, batendo-se com os polícias do British South Africa Company. Aí se dava o incidente do «Norseman» e Sir John Willoughy pretendia seguir com a sua gente armada Pungue acima, destino a Manica...

Liquidado êsse incidente, devido muito à acção enérgica de Machado, só em fins de Junho regressava êle a Moçambique, onde eu o esperava impaciente, e desconhecedor como todos na velha cidade capital da Província, dos riscos e atentados que a nossa soberania houvera sofrido, e da solução que o caso obtivera.

As comunicações então eram precárias. Os navios de guerra que muitas vezes as asseguravam estavam concentrados no pôrto da Beira: os paquetes eram raros, apenas mensais e então ainda não demandavam regularmente a foz do Pungue...

Não era possível ao governador Machado, que de resto pedira para ser rendido no posto delicado em que prestara tão notáveis serviços, distrair as suas atenções dos negócios capitais que lhe exigiam integral e assíduo cuidado, nem eu me permitiria importuná-lo.

Chamou-me êle, e disse-me que ia ser rendido muito breve pelo capitão-tenente da Armada, Rafael Jácome Lopes de Andrade, oficial inteligente e decidido, muito estimado pelos camaradas, e que tinha na Armada o *sobriquet* de *Patusquinho* devido ao seu génio folgasão, e à vida de boémia elegante que nos seus tempos de moço tenente e guarda-marinha, levara.

Lopes de Andrade se entenderia comigo.

Chegou o novo governador em meados de Julho. Pouco dias depois falava comigo e eu dizia-lhe que os mêses perdidos em Moçambique dificultavam, se não impediam mais uma vez a realização naquele ano, da expedição punitiva ao Mataca.

Com efeito, para organizar devidamente, com todos os cuidados e em todos os seus detalhes uma expedição daquela natureza e importância, que deveria demorar-se internada pelas margens do Niassa e do Lugenda, a muitas centenas de quilómetros dos nossos então mais próximos centros de fôrças e de civilização, tendo portanto que subsistir e contar exclusivamente com os recursos próprios, era preciso tempo basto, de que se não dispunha já antes das chuvas. O recrutamento de cipais era importantíssimo, mas seria o que menos trabalho me daria, pensava eu, porquanto tinha já pessoalmente um certo prestígio entre os negros da Zambézia que de bôamente me acompanhariam, mas a organização de uma grande manga de landins de Inhambane ou de Lourenço Marques, o recrutamento de inúmeros carregadores necessários para os transportes em uma expedição de milhares de homens sertão adentro: a aquisição e arrumação do material de guerra, mantimentos, fazendas etc. e mil pequenas coisas, todas de importância, levariam muito tempo, porquanto dependiam da intervenção e obra de muitas pessoas, que nem todas decerto curavam da rapidez necessária.

Vi-me assim forçado, no cumprimento do que, bem penalizado, considerava o meu dever de lealdade e precaução, a propôr ao governador Andrade, dadas as protelações havidas, que os preparativos da expedição ao Mataca se fizessem mais intensamente depois das chuvas.

Entretanto chegava Enes a Moçambique. Pela primeira vez ia desempenhar o alto cargo de Comissário Régio da Província que tanto lhe ficou devendo e à qual ligou o seu nome ilustre por forma honradíssima.

Dadas as condições em que se encontrava Moçambique e perante a eminência da conclusão do tratado anglo-luso, dados os acordos locais derivados do «Modus Vivendi», que se iam manifestando, como se sabe, bem precários, como se verificara no Mutassa e Macequece, o govêrno entendeu, e bem, necessário mandar ali individualidade com a categoria e autoridade de que Enes dispunha.

Da Zambézia chegavam notícias graves. A rebelião era quási geral e a ela se vinha acrescer a do Barue. Depois da prisão do capitão-mór Manuel António pelos polícias de South Africa Company, no curral da Mutassa, julgaram os Baruistas que a condução do capitão-mór sob prisão, pelos ingleses, representava a sua morte.

Livres do pêso daquela mão de ferro que os dominara depois de porfiada luta, declararam-se independentes, saqueando todo o armamento, munições, fazendas e mantimento que «Gouveia» tinha pelas suas inúmeras aringas.

Surpreendidos pelo seu regresso e tendo os capitães rebeldes distribuído entre si os despojos roubados e as próprias *uhanhas* (negras concubinas de Manuel António, todas filhas de grandes da região, que êle tinha distribuídas pelas aringas como elementos de informação e de polícia) viram-se os rebeldes reduzidos ou a entregar-se, o que lhes acarretaria duríssimo castigo, ou a resistirem com as armas na

mão, aos ataques que Manuel António com os seus cipais fiéis logo que se armasse decerto lhes faria.

Enes tomou com presteza conhecimento da situação, e em conferência havida com o Governador Geral e comigo lembrou-se que a poucas marchas de Tete, dos confins do Barue e dos prazos Bongas, sempre objecto de desconfiança justificada, a-pesar da campanha de Castilho em 1888, ficava a Macanga.

Julgou-se indispensável dar um golpe, e restabelecer o princípio da nossa autoridade então tão abalado na Alta Zambézia, e escolheu-se a Macanga para êsse fim. De facto a Macanga estava rebelde desde 1888.

Nesse ano os macangueiros aproveitando a ausência de uma grande parte das fôrças irregulares do distrito, no cêrco do Massangano, sob o comando do capitão-mór João Martins, e de Dúlio Ribeiro, sublevaram-se, trucidaram os dois desprevenidos oficiais do destacamento, alferes Lopes Pereira e Macieira, e todos os soldados, mais de 50, com a excepção de dois que fugindo para Tete ali deram a notícia do massacre.

Fui convidado pois pelo Governador Geral, emquanto não organizava a grande expedição ao Mataca, para ir bater a Macanga, devendo servir os cipais de que lançasse mão para esta emprêsa secundária, como núcleo das fôrças mais importantes que depois haveria de levantar.

O castigo era bem merecido como se vê, e a sua imposição impreterìvelmente necessária, dado o estado de franca revolta em que tôda a Zambézia, pouco a montante de Sena, e no interior, se encontrava.

Trocados telegramas com o ministro êste assentiu, e determinou que marchasse ao meu destino. Para isso destinou uma pequena verba, exígua decerto, mas com Rafael Andrade e o Comissário régio ficou assente que as despezas das duas expedições se acomulassem, considerando a ida à Macanga como preparatório da ida ao Mataca e os cipais que recrutasse para a primeira campanha como mobilizados já para a segunda.

(Continua)

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO

O DESTINO HISTÓRICO DE PORTUGAL

Os cinco séculos que decorrem desde a queda do Império Romano do Oriente, até os dias tormentosos do presente e os dias incertos do porvir próximo, devem, possìvelmente ser, o legado histórico da Europa ao ciclo futuro da Civilização.

A lição retrospectiva leva-nos inconcussamente à conclusão, de que, os homens numa dada altura da sua órbita evolutiva se tornam incapazes de suportar e dar continuidade à herança legada pelos seus antepassados, trazendo como corolário, até hoje sempre verificado na história, a sua decadência e dissolução.

Isto ter-se-ia dado nas civilizações milenárias dos autóctones americanos, tão celebrados no culto hodierno dos nativistas, a ponto do fumo dos próprios incensórios lhes obnubilar as obrigações criadas para com os próximos tutores.

Foi o que se deu, certamente, com as civilizações do Extremo Oriente que, após terem atingido uma excelsa posição espiritual se desleixaram em absoluto das contingências materiais para voltarem as costas, desdenhosamente, aos bárbaros atraídos pelo rumor argentino dos metais preciosos.

Foi ainda e finalmente, o que teria acontecido nesse sugestivo levante, pátria de tão estranhos acontecimentos, terra previlegiada, ubérrima de seiva civilizadora, recolhida há séculos para deixar passar o clangor ruidoso, e não muitas vezes ruïnoso, das armas dos Césares de Roma e Albion.

Pátrias sumidas no obscuro das idades pretéritas, Nações exaustas, Impérios desfeitos, uma rajada que passa incenssível como uma fôrça cósmica, forte como um destino que arrasta, cegamente, todos os elementos de destruïção.

A Europa de hoje apresenta todos os sinais de velhice. É como a Roma da decadência. Os Catilinos surgem a cada hora, em cada canto do velho continente. Como a Itália dos últimos tempos, exausta, infecunda, estéril, a Europa

de hoje incapaz de se bastar a si própria, vive de artificilismos, de monopólios, de situações criadas à sombra da sua antiga fôrça. Como o ocidente romano dos últimos tempos dessorado e senil, devastado por lutas, corrompido, encontramos as modernas metrópoles com regimens necessários de fôrça, pois que já passaram da idade do equilíbrio e necessitam dum poder forte que as governe.

Aproxima-se naturalmente a hora do ocaso, e, do crepúsculo precursor de repouso merecido, em que a Europa vai entrar após tanto esfôrço e tamanhas vitórias, um povo sobresai iluminado pelo explendor augustal do poente e impelido pelo destino para novos cometimentos.

Colocada na extrema faixa da Ásia, aberta completamente para a Europa, a Fenícia foi a intermediária entre os dois continentes, quando o rumo da Civilização, percorrido o caminho do Oriente, aportava ao Ocidente, então bárbaro, ou com uma organização ainda fruste. A metrópole púnica sem ter pergaminhos de rivalidade com outras civilizações orientais, exerceu comtudo um papel importantíssimo ao comunicar e divulgar pela Europa as primícias e o escol que a Antiguidade Oriental legava à Antiguidade Clássica.

O esfôrço multi-secular da Ásia-Máter não se perdeu no crepúsculo das idades antigas, enraizou-se na Grécia primeiro e depois em Roma aproado pelas náus sidónicas e tirienses, impelidas pelo destino, numa missão alta, que nós, os homens, demasiado pequenos, somos incapazes de apreender.

A-pesar-da glória das nossas descobertas, do orgulho das nossas invenções, da convicção cega do nosso poder, é inegável que continuamos a demandar trilhos que fados ignotos nos impõem.

Como outrora a Fenícia no Ocaso do Oriente, àmanhã Portugal no Ocaso do Ocidente, colocado na extrema faixa da Europa aberta para a África, como o foi para a América no dealbar dos quinhentos. — Tem uma missão alta a cumprir — ser o portador do escol da civilização Europeia a essa imensa Terra, fértil, magnânima e generosa que é a África.

¿Que nos resta pois?

Resta, tomar o sentido da nossa história, ganhar a consciência da nossa missão, consubstanciar-nos com ela, fazer por ela o voto da nossa vida e Partir:

Como heróis de lenda, pequeninos, obscuros, desconhecidos de si próprios, obreiros anónimos impelidos pelo espírito da Civilização para a perpectuar em novos mundos.

¿O sacrifício da nossa vida, o sacrifício da vida dos nossos filhos? Que importa tudo isto, perante o nosso destino grandioso, perante o destino duma Pátria rejuvenescida, imortal dentro dum mundo imorredoiro.

L U I Z T E R R Y

UM EPISÓDIO NO CABO

ERA no tempo da guerra e estávamos na cidade do Cabo, a bordo do cruzador *S. Gabriel.*

O navio tinha largado de Lisboa a 26 de Abril de 1918, e depois de um encontro com um submarino inimigo, a 100 milhas ao NW. da Madeira, pelas 14 horas do dia em que a nossa artilharia, ao mesmo tempo que nos livrou do insidioso ataque do corsário, produziu avarias a bordo, mas sem prejuízo da navegação, como loiças, portas, embarcações, vidros partidos, etc., nada mais de notável se deu durante a fastidiosa viagem do «mar das patas», a não ser o curioso tornado pelas alturas da Serra da Leõa.

Piores do que as avarias motivadas pelo mau encontro eram, porém, as que iam aparecendo nas caldeiras, já cansadas, e nos condensadores cujos tubos precisavam consêrto, por isso, à nossa chegada ao Cabo, a 24 de Junho, iniciaram-se a bordo largas reparações, desde a casa das máquinas à câmara do Comandante onde foi preciso refazer o teto e os paineis das anteparas.

Aqueles dias do Cabo eram duma extraordinária suavidade, já pela amenidade do clima e meio ambiente onde a felicidade parecia brotar de todos os rostos numa verdadeira alegria de viver, já pelo contraste que oferecia com a atmosfera taciturna da Europa, onde até a fome adejava nas horas incertas da guerra.

— Eu passava aqui bem o resto da minha vida! — exclamava por vezes um camarada, seduzido e prêso por aquele cenário encantador.

Assim era: — passear à tarde pela *Adderley Street*, equivalia a tomar um banho espiritual de paz e alegria, tanta era a felicidade que irradiava quer dos homens quer das *girls* gentís, que às horas de fechar o comércio inundavam a artéria principal da cidade.

E fora da cidade, pela montanha, desenrolavam-se paisagens das mais extraordinárias, duma tonalidade *sui-generis*, ora leves e feitas de poeira de luz, ora soturnas e pesadas como plumbeas tempestades, mas sempre com uma nota nostálgica, grandiosa e inconfundível, cujas côres se fixam e não se esquecem mais.

Foi neste ambiente raro e feliz, como era o do Cabo naquela época, que se desenrolou um dos mais interessantes episódios da história da nossa Marinha nas últimas décadas.

*

* *

Estava, pois, o navio procedendo a consêrtos, pacificamente atracado na *Victoria Dock*, quando uma tarde, ao caír da noite de 28, surge a bordo o major Sinclair, do Estado Maior Naval, que, em nome das autoridades da Colónia, vinha solicitar o nosso auxílio.

Parece que estou a vê-lo, glabro, cheio de delicadeza, de olhos azues a exprimirem a infantilidade de uma criança, mas muito preocupado e pedindo para não darmos licenças.

Que é que de grave se havia passado que tão sùbitamente perturbava aquela idílica vida do Cabo?

Era simplesmente isto: constava que havia começado um levantamento contra os ingleses na região de Johannesburgo, e que havia entendimentos com a capital onde se projectava um ataque às docas.

As circunstâncias do meio e da época, quando os elementos hostis aos aliados não cessavam de desenvolver um trabalho de sapa na África do Sul, como era voz corrente, justificavam que começasse a faltar a confiança na maior parte das fôrças do Cabo, que eram poucas.

Como os boatos se tornassem alarmantes, indicando que estava eminente o ataque às docas, as autoridades inglesas recorriam ao *S. Gabriel*,

porque não havia outro navio de guerra no pôrto, e dentro daquele recinto, o único considerado defensável, não dispunham de mais de 7 homens de confiança.

Imediatamente se entrou no regimen de prevenção rigorosa e se armou, ficando pronta a desembarcar, uma fôrça de 112 praças e duas metralhadoras, sob o comando de um 1.º tenente e 3 guardas-marinhas como subalternos, fôrça que se conservou em armas, dormindo vestida e sem autorização sequer para desapertar os equipamentos; tendo-se estabelecido um serviço de vigilância com patrulhas em terra.

Além disso, puseram-se prontas as peças, e tendo-se objectado que estas, razando quási a muralha, poderiam causar graves avarias nas docas, foi-nos respondido que não havia nisso inconveniente e que fizéssemos fôgo à vontade, caso fôsse preciso.

Pelas três horas da madrugada chegou o cruzador japonês *Tsushima*, de Simon's Bay, pôrto próximo, e na manhã seguinte o inglês *Bacchante*, de Freetown, assumindo o Comandante, o capitão de mar e guerra Lewis, a direcção da defêsa das docas. O primeiro daqueles navios dispunha de uma fôrça de 60 homens e uma metralhadora, e o segundo, de 200 homens e de 2 metralhadoras, prontas a desembarcar. Além destas fôrças, contavam os ingleses com um núcleo de 40 polícias.

Na manhã de 29 reüniu-se um conselho de oficiais a bordo do *Bacchante*, a que assisti, porque o imediato se encontrava doente e o Comandante ausente em Simon's Bay onde tinha ido cumprimentar o novo Almirante.

Neste conselho em que, além de oficiais ingleses, também tomou parte o Comandante do *Tsushima*, distribuïu-se a defêsa das docas por três zonas que ficaram cabendo a cada um dos navios, e como eu observasse a conveniência de haver um sinal que nos permitisse fazer fôgo sem risco para as fôrças de defêsa desembarcadas, porque a topografia local podia dar lugar a um desastre desta natureza, assentou-se em que aquele sinal seria um farol vermelho mostrado na tôrre do relógio.

Mais tarde, foram enviadas instruções mais precisas para a defêsa, e como se tivesse assentado, ainda, na ida para bordo de um oficial de

ligação, à noite apresentou-se o tenente Arnold, um belo companheiro, mais latino do que britânico, e que oferecia um contraste perfeito com o major Sinclair sôbre o qual pesavam outras responsabilidades.

O tenente Arnold muito nos amenizou as longas horas nocturnas daqueles 4 dias, que tanto durou a prevenção.

Passados êles, dissiparam-se as graves apreensões que tanto preocupavam as autoridades daquela Colónia, e verificou-se que a origem dos boatos não tinha passado de um incidente entre mineiros, sem importância de maior, mas que talvez tivesse sido hàbilmente explorado pelos inimigos dos aliados.

Entretanto, o que é facto é que, durante quási tôda a noite de 28 para 29 de Junho de 1918, a guarda e defêsa das docas de Cap-Town — único ponto considerado defensável na cidade e, por ventura, na Colónia — esteve pràticamente entregue ao *S. Gabriel* que, depois da saída do *Tsushima*, no dia seguinte, foi o único navio que ficou cooperando na defêsa com o *Bacchante.*

Passados poucos dias, a 4 de Agôsto, o Almirante inglês foi a bordo do *S. Gabriel* retribuír pessoalmente os cumprimentos e agradecer a cooperação prestada pelo nosso navio.

Constou-nos na ocasião que o Comandante daquele cruzador inglês dirigiu uma carta ao nosso Comandante, onde dizia:

...Will you please accept my warmest thanks for the help you have given us. I will tell my Admiral at Simon's Town how your 100 men and guns would have been of the greatest value we had been attacked... (1).

*

* *

Assim voltámos, antes de retomarmos o caminho de Moçambique, ainda nos rescaldos da guerra, ao contacto da deliciosa vida do Cabo

(1)... Peço-lhe que aceite os meus mais fervorosos agradecimentos pelo auxílio que nos prestou. Informarei o meu Almirante em Simon's Town, qual teria sido o valor dos vossos 100 homens e metralhadoras se tivessemos sido atacados...

que dir-se-ia ser a doutro planeta, aparentemente de todo alheia à formidável chacina que enlutou a Humanidade.

A cidade, indiferente a boatos, continuava pacífica e feliz, reconfortante e acarinhadora nos seus deliciosos *tea-romms,* tais como a Kenilworth, onde nos atendia um bando vaporoso de raparigas vestidas de lilaz.

Demos depois um passeio, uma excursão de oficiais, em que escalámos, com um guia, a famosa montanha da Mesa, cujos aspectos bravios, cujos horizontes, e ciclópicos montes convulsionados, constituem espectáculo imponente e de imorredoira duração.

Por tudo isso, eu ainda conservo saüdades do Cabo!

O COLONO RODRIGUES DE MACEQUECE

EM 1929 estava declarada a crise no território da Companhia de Moçambique, principalmente na agricultura, base da economia dessa parcela do nosso ultramar.

O preço do milho tinha caído, a produção, em virtude da falta de chuva na época própria, havia descido bastante, e ainda por cima de tão grandes contratempos havia dificuldade na colocação dos produtos.

Era uma situação péssima, diriam todos, sem discrepância de ninguém, uma situação que exigia grandes medidas de auxílio, de salvação mesmo, da parte do govêrno dêsse território, isto é, da referida Companhia.

Mas esta, em vez de auxílio apertava mais a situação, tanto por si própria, como por intermédio do extinto Banco da Beira, devido aos agricultores nunca terem pago nada, nem capital nem juros, de grandes e sucessivos empréstimos contraídos no bom tempo.

Resultado? Protestavam os agricultores, incomodava-se a Companhia, o Banco ia a terra, e a crise continuava, cada vez pior.

Mas havia no meio de tal barafunda e de tais dificuldades, um agricultor feliz e indiferente ao clamor que o rodeava. Era o colono Rodrigues, de Macequece.

Porquê essa excepção?

Fiz esta pregunta a mim mesmo, primeiro, e depois a vários africanistas, porque o caso era verdadeiramente notável. Mas resposta satisfatória não a obtinha.

Pois havia uma classe inteira em crise, aflita, e um dos seus membros não sentia essa crise, pelo menos em proporções graves, e vivia tranqüilamente?

Coisa espantosa!

Diz um velho ditado que quem procura sempre alcança, e eu tanto indaguei, tanto procurei, que obtive uma resposta clara, precisa e convincente à minha própria interrogação.

*
* *

O colono Rodrigues era modesto, trabalhador, honesto e económico.

Como era modesto, não se tinha aproveitado das facilidades que em certa época o Banco da Beira concedeu aos agricultores, ou aproveitara-se apenas no estrictamente necessário.

Como era trabalhador, cuidava com diligência e atenção da sua *farm*, nada se lhe importando pegar na rabiça do arado, lançar as sementes à terra, ensinar e orientar os trabalhadores e os serviços.

Como era honesto, tirava dos lucros aquilo que devia e satisfazia os seus compromissos, mantendo sempre equilibrada e limpa a sua *farm* e a sua vida.

E como era económico guardava aquilo que ganhava, em vez de fazer o que os seus colegas faziam: construir magníficos palácios, comprar mobílias caras, adquirir automóvel, e meter-se em negócios aventurosos.

Enquanto os outros colonos passeavam de gravata ou gastavam os seus cabedais na Beira ou em Lisboa, o colono Rodrigues procedia desta forma. Estava na sua propriedade, trabalhava como um colono, vivia como um verdadeiro agricultor africano.

E era assim que no meio da grave crise, em que os outros sucumbiam, êsse honrado e trabalhador colono vivia sereno e como que alheiado da tormenta que o rodeava.

Apontaram-mo um dia, em África.

— É aquele, disseram-me.

Olhei-o com atenção e com carinho. Andava êle na faina do campo, guiando uma charrua, que abria sulcos fundos na terra rija e forte do planalto.

O seu trabalho não tinha aquela alegria e aquela poesia das lavouras metropolitanas, feitas a cantar, porque o clima de África é rude e a nostalgia da Pátria é acabrunhante, mas decorria serena e confiadamente, com uma certeza e uma esperança: a certeza de bem cumprir e a esperança de mais de um ano de equilíbrio e de sossêgo na sua *farm.*

Olhei êsse homem, êsse colono, e tive vontade de o abraçar, porque êle talvez sem o saber, estava dando à Colónia um grande exemplo de trabalho, e à nacionalidade uma grande lição de colonização.

Êsse colono tisnado pelo sol, firme e obstinado na sua labuta, modesto e tranqüilo, valia mais do que um tratado, porque era a prova irrefutável das grandes possibilidades da nossa gente e da nossa África — mesmo na crise.

*
* *

Observando depois melhor a África e a vida dos colonos, verifiquei que a modéstia do colono Rodrigues poderia ser a riqueza e a felicidade doutros colonos, noutras regiões mais pobres. Mas isso em nada deminuiu aos meus olhos o esfôrço, a modéstia e o equilíbrio dêsse verdadeiro obreiro do Império.

O colono Rodrigues!

O que será feito dêle? Será vivo ainda? Terá conseguido manter através tôda a crise aquela mesma serenidade com que o vi pegar no arado, e aquele mesmo equilíbrio que o acreditava em todas as partes?

Oxalá que sim, e oxalá que o seu exemplo frutifique, porque só dêsse modo poderemos conseguir alguma coisa de estável em África.

A N T Ó N I O L O P E S

LÍNGUA CONCANI SUA CULTURA E SISTEMATIZAÇÃO

Uma das felizes iniciativas do govêrno do sr. general Craveiro Lopes na Índia, é a instituïção do Fundo dos Emigrantes. O relatório anual referido ao de 1934 que tenho presente, devido à amabilidade da Comissão Administrativa do mesmo Fundo, prova eloqüentemente quão salutar e profícua tem sido a idea de assistência aos emigrantes por meio dum fundo permanente que, diga-se a verdade, não foi nenhum favor.

Nenhum estudioso dos assuntos indianos ignora que são os emigrantes que mantêm a balança económica de Gôa, não só com remessas de dinheiro para a manutenção das famílias, mas ainda pagando um imposto à saída da sua terra. Era pois de tôda a justiça que o Govêrno se interessasse pela sua sorte proporcionando-lhes consolação e confôrto nas horas amargas da adversidade.

O relatório demonstra claramente o auxílio e os benefícios proporcionados por meio de várias iniciativas qual delas mais oportuna e eficaz, e a Comissão Administrativa é credora de gratidão pela maneira alevantada e desinteressada como tem cumprido a missão humanitária que à boa hora lhe foi confiada.

Dentre as iniciativas, uma afigura-se-me de maior alcance social e de mais larga repercussão nos seus efeitos: é a iniciativa da sistematização do concani.

O concani é o idioma materno dos goeses. Chamam-no um dialecto e mercê da multisecular sujeição de Gôa a diversos poderes estranhos, sofreu sempre tratos de polé. Mas a-pesar disso êle não desapareceu. É tal a sua vitalidade que triunfa de todas as perseguições e, do desprêzo dos seus próprios filhos: os cristãos preferem o português ou o inglês, e os indús o marata.

Todavia êle perdura e perdurará *per seculo seculorum*, segundo é lícito inferir da sua longa história.

Por longo tempo se discutiu, se a língua concani originara do marata ou directamente do sânscrito, mas presentemente, creio, já ninguém contesta que ela é filha legítima do sânscrito e por conseguinte irmã do marata.

A história de Gôa perde-se na noite dos tempos e, as primeiras memórias que se vão descobrindo, revelam-nos que numa sua província actualmente Salsete, em Chandor (Chandrapur antiga), floresceu uma antiqüíssima monarquia cuja história remonta ao 3.º ou 4.º século D. C., oriunda do Sul, cuja língua oficial era *canari*. Esta monarquia reinou em Gôa até o seculo XIII a XIV, mas nunca durante os 10 ou 11 séculos conseguiu extinguir a língua concani. Pelo contrário consoante Mgr. Dalgado, escrevia-se o concani com caracteres *canaris* como agora com os românicos.

A dominação maometana, dada a sua

curta duração, não chegou a imprimir o seu cunho na população, de modo que não deixou saüdades nem recordações duradouras da sua passagem.

Logo após a conquista portuguesa os missionários procuraram estudar o vernáculo de Gôa com tanto empenho que o P.e Tomaz Estêvão chegou a organizar uma gramática e estudar um processo seu de transliteração, cabendo-lhe a glória de ter sido o primeiro europeu que estudou as línguas indianas com profundeza e transliterou-as para caracteres românicos.

Os diversos sistemas de transliteração actualmente conhecidos: Jonsiano, Mariânico, etc., apareceram muito posteriormente.

A primeira língua indiana transliterada para uma língua europeia, foi a concani para a portuguesa no século XVI.

Quão doloroso não é por isso constatar que essa iniciativa portuguesa tivesse perecido para dar lugar a tantos sistemas estranhos de transliteração e, que a primeira língua transliterada (a concani) para a europeia fôsse condenada à morte pela mesma nação a quem coubera a primazia de transliteração!!

Qual seria a razão de tanto ódio por uma língua que tão inofensiva é? A sua longa vitalidade, a sua existência multisecular, a sua resistência a todos os combates contra ela dirigidos desde o século XVI, por vice-reis, prelados e governadores, a despeito de alguns defensores de categoria também (vice-reis e arcebispos) que se honravam de a estudar e falar, não teria provado suficientemente a inanidade dos esforços para a sua exterminação?

O último paladino metropolitano do seu desenvolvimento e estudo foi Cunha Rivara que trabalhou exaustivamente pelo renascimento, reeditando a gramática do Pe Tomaz Estevão e alguns outros trabalhos do século XVI e XVII.

Os seus maiores inimigos fôram, e ainda hoje há muitos que o são, os seus próprios filhos.

Os indús adquirem conhecimentos primários por meio da língua marata e os cristãos pela portuguesa ou inglesa. Todos os missionários, evangelizadores e professores são unânimes em reconhecer que a língua materna é o mais eficaz instrumento para a difusão de conhecimentos e ideas. A Inglaterra convencida desta verdade impulsionou o cultivo de línguas vernáculas e algumas que jaziam em estado de dialecto tranformaram-se em línguas literárias sob o seu patrocínio. Reconheceu-as oficialmente e permitiu a difusão do ensino primário por meio delas.

Professores e estudiosos ingleses estudam as línguas vernáculas com tanto amor e afinco que são vários os sistemas de transliteração por êles inventados.

Os missionários portugueses na África andam empenhados em dar forma e expressão aos dialectos africanos a-pesar-de não terem uma mãe tão rica e nobre como a concani. E só o govêrno português da Índia é que se mantém sistemàticamente surdo a todas as sugestões da adopção do concani nas escolas primárias, feitas pela imprensa, pelos Congressos Provinciais e pelos Congressos Pedagógicos. Não se compreende qual o motivo, porque o seu cultivo jámais podia concorrer para a desnacionalização. Pelo contrário o impulso à sua cultura e à sua sistematização, dando-lhe unidade e forma definida seria uma obra imorredoira que grandemente denotaria o amor do Govêrno pelo progresso, o seu culto pela acção inteligente, e gravaria em letras de oiro o seu domínio na Índia.

Quão grato não foi ao patriotismo português, ler outro dia num jornal de Macau que o P.e F. M. Savina, francês, organizou um dicionário das línguas monossilábicas, transliterando-as segundo os moldes dos antigos missionários portugueses!...

Felizmente na metrópole o concani é reconhecido oficialmente. Há mais de 15 anos que a Escola Superior Colonial se honra de ter a cadeira do concani entre as disciplinas do seu curso. Essa criação concorreu muito para o seu desenvolvimento pois o primeiro professor Mgr. Dalgado deixou-nos um trabalho imperdurável: o dicionário do concani-português e vice-versa, e o segundo, o que ainda continua a ser o sr. cónego Santa Rita e Sousa publicou uma gramática mais completa.

Em Gôa, o sr. Patriarca das Índias Orientais D. Teotónio Vieira de Castro permitiu também o seu ensino nas escolas paroquiais e assim não só demonstrou o seu respeito e consideração pela opinião pública, mas também revelou a sua orientação larga, de integração nas correntes modernas. E para melhor assinalar a largueza das suas vistas resta agora que torne obrigatório o ensino do concani no seminário de Rachol.

Não obstante tôda a hostilidade ao seu florescimento êle continua pois impávido, afirma a sua vitalidade cada vez mais pujantemente. Estes últimos anos assinalam um notável e surpreendente desenvolvimento impulsionado pela imprensa e fomentado por alguns espíritos desempoeirados que se dedicam, exaustivamente, à exaltação do idioma concani.

Já não são poucos os jornais e revistas que se publicam em Gôa, Bombaim, Karachi e Poona. Já existem dicionário e gramática os dois principais esteios duma língua, algumas novelas e contos, livros de devoções, e bem assim dramas e comédias. Que mais será preciso para que deixando de ser um simples dialecto seja considerado uma língua? Não possui um tesouro literário. Mas como o teria se os intelectuais a desprezaram e o govêrno para a exterminar até chegou a proïbir casamento a quem não soubesse exprimir em português e várias outras disposições drácticas?...

Salvo os autores do dicionário e gramática e alguns escritores públicos, todos os mais que teimam em não desprezar o concani e cultivá-lo, são pessoas humildes que não podem ostentar pergaminhos intelectuais ou nobiliárquicos.

O grande óbice porém para o seu pleno desenvolvimento é a anarquia que reina na sua forma escrita, principalmente entre os cristãos.

O concani é uma língua pracrítica como o marata e expressa-se adequadamente em caracteres devanagáricos como a sua irmã o marata. A língua marata é representada por 56 caracteres e o concani precisa igualmente do mesmo número de caracteres para representar todas as modalidades dos seus sons que as línguas europeias, particularmente as neoromânicas, não têm similares.

Conglobar em 25 românicos (w é inútil) os sons dos 56 caracteres devanagáricos, eis a enorme dificuldade que retarda grandemente o trabalho e donde resulta a anarquia, porque cada escritor translitera os sons como bem lhe parece, após ter aprendido os caracteres românicos no estudo do português ou inglês.

Houvesse um ensino e as regras fôssem sistematizadas, já não haveria motivo para tanta confusão, como existe presentemente. Não há dois prosadores nem dois jornalistas que representem os sons dum mesmo modo.

Uns agarram-se aos sons sanscríticos e adoptam qualquer dos sistemas ingleses, mas como nem todos os sons ingleses têm correspondentes em português, acontece que o vulgo não percebe o concani escrito. Outros tomam de cada sistema uma idea e representam conforme lhes apetece. E esta falta de unidade na representação escrita é um dos grandes argumentos que os seus detractores alegam para a sua condenação.

Se falta unidade é precisamente porque a sua cultura está abandonada e a culpa disso cabe ao govêrno porque a história de todas as línguas nos ensina que elas fôram primeiro faladas pelo povo e só depois sistematizadas em regras que ficaram condensadas em gramáticas. A sua expansão e florescimento foram porém sempre condicionados pelas vicissitudes políticas.

A Comissão Administrativa do Fundo dos Emigrantes criou uma escola de concani para a colónia goesa de Bombaim e logo surgiu o problema: em que caracteres se devia fazer o seu ensino; em românicos ou devanagáricos?

Sem dúvida os devanagáricos são os mais próprios, mas os cristãos não se sentem inclinados a estudá-los visto que as suas ambições e aspirações sendo iguais às dos ocidentais, e dedicando-se ao estudo das línguas europeias não se conformam em aprender aqueles caracteres cujo conhecimento consideram supérfluo. Os indús como estudam o marata não se importam com os caracteres.

A população de Gôa orça em metade cristã e metade indú e daqui é fácil calcular o embaraço na escolha dos caracteres.

Em minha fraca opinião eram preferíveis os devanagáricos, mas dada a tendência moderna de romanização, sinto-me perplexa.

Muito louvàvelmente andou pois a Comissão Administrativa do Fundo dos Emigrantes, nomeando uma comissão magna para a solução do problema. Vê-se do relatório por esta apresentado, o trabalho realizado para a sua sistematização, consultando, é claro, autoridades inglesas, francesas e indianas. Portuguesas? Salvo o sr. cónego Santa Rita e Sousa, nenhuma, porque a obra do P.^e^ Tomaz Estêvão, de outros missionários e Cunha Rivara não teve continuadores.

Não será doloroso para o patriotismo português constatar que em vez de avançar retrocede, pois que as suas iniciativas são aproveitadas por outros povos?

Criasse o govêrno escolas de concani, adoptasse a transliteração do P.^e^ Tomaz Estêvão, corrigindo as deficiências não só concorria para a fixação dum método, mas conquistava a glória de ter contribuido para a estabilização duma língua, dando-lhe unidade, forma e expressão, demonstrando assim o seu amor à ciência e ao progresso.

A suposiõão porém de que exterminarão o concani, não lhe reconhecendo foros de língua, é uma utopia e um puro engano que os factos evidenciam todos os dias.

MARIA ERMELINDA DOS STUARTS GOMES

OS PORTUGUESES E A ARTE NEGRA

NUM artigo muito interessante, publicado na revista ingles *Basar*, e intitulado «Negro Art Makes Headway», encontro uma afirmação àcêrca da arte negra que me parece necessário esclarecer.

Consoante o asseguram os mais autorizados críticos não há dúvida que existe uma arte negra aborígene. Pierre Mille, George Hardy entre outros sugerem todavia «que os modêlos vindos de Portugal devem ter influenciado a arte Dahomeana» e que: «a influência europeia especialmente portuguesa é muito sensível.»

«...a costa (na região visinha da baía do Benin) é mais acolhedora e foi freqüentada desde a primeira hora pelos navegadores portugueses; a influência europeia penetrou até ao interior e a arte local beneficiou largamente.»

Servem estas transcrições para impugnar a afirmação que no comêço do seu artigo faz o director de *Basar:*

«The Bronses (de Benin) date from the 16^{th} or the first half of 17^{th} century.

«A few of them show portuguese of this period, but the thory that Benin learnt the craft from the portuguese is no longuer held.» (1)

---

(1) Os bronzes de Benin datam do século XVI ou da primeira metade do século XVII. Alguns representam portugueses dêsse período, mas a teoria de que os portugueses ensinaram a arte aos povos de Benin não pode ser sustentada.

*

Nas breves palavras que vão ler-se propomo-nos demonstrar que sendo o carácter essencial da arte negra principalmente *anímico* a arte de Benin, sem dúvida superior, a única que se impôs, decisivamente ao nosso espírito ocidental não pode deixar de ter sido influenciada, estimulada até por um povo europeu. É bem sabido que só os portugueses fôram capazes de semelhante acção de presença.

Na opinião dos mais abalisados estudiosos da geneologia complexa da inspiração gèral da arte negra aquela é essencialmente religiosa. Podemos estar certos e convictos que se pensarmos encará-la sob outro aspecto chegamos com certeza às conclusões mais confusas.

Afirma-se vulgarmente que os negros habitantes da África inter-tropical são feiticistas. Esta palavra não corresponde à verdade, significa literalmente que os pretos adoram imagens e nada concebem mais do que a representação real dessas mesmas imagens. Por outras palavras: que são exclusivamente idólatras. Entretanto, a verdade, é que o «feitiço» tem apenas um valor simbólico. Com efeito o culto é exclusivamente dirigido aos espíritos e é por êste motivo que se designa vulgarmente por *animismo*.

A arte negra, desde os mais remotos tempos tem vivido ensimesmada. Há quem afirme que existem nela certas afinidades com as artes oceânicas (da Oceania). Semelhante facto não é na verdade estranhável, pois é bem sabido que os negros não são oriundos de África e todas as suas tradições os levam a acreditar-se como tendo vindo do Oriente, por mar.

Por outro lado não são de aceitar as pretensas influências egipcíacas. É inegável que o hieratismo da estatuária negra não tem o mais leve ponto de contacto com as concepções estéticas dos egípcios.

As artes plásticas que melhor representam as concepções artísticas do negro são a escultura e a pintura. Esta última aparece entretanto episòdicamente e é rudimentar em relação à escultura.

A escultura negra tem entre outras virtudes a de ser especialmente esquemática. Sob êste aspecto simplificadora ao máximo, apresenta uma audácia sem limites e uma visão exactíssima.

*

Por todas as razões evocadas devemos dar um lugar àparte à arte de Benin que enriquecida na sua técnica, especialmente sob o ponto de vista da fundição, pelo contacto com os portugueses se dirige também num sentido profano tratando de objectos sem carácter religioso, o que lhe dá maior variedade e um sentido de perfeição mais de acôrdo com a nossa sensibilidade ocidental.

Os seus bustos e as máscaras, que se podem vêr por exemplo no Museu da Sociedade de Geografia, nada têm de bárbaro. Denotam pelo contrário uma precisão de vistas admirável e uma firmeza de concepções que as colocam muito acima da arte negra vulgar.

É sempre a arte negra, com a sua admirável sobriedade, a sua intuïção dos volumes, as suas surpreendentes esquematizações, mas é uma arte negra singularmente ocidentalizada que ausculta o estuar tumultuoso da vida, e que não se importa de quando em vez de viver no século.

Estas são as razões, porque supomos, porque temos a certeza que a arte de Benin foi decisivamente influenciada pelos portugueses.

A L V E S D E A Z E V E D O

VICE-REIS DA ÍNDIA

(LEGENDAS DESCRITIVAS)

CONTINUAÇÃO

34.º— *O vice-rei Aires de Saldanda sucedeu ao vice-rei D. Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, em 25 de Dezembro de 1600 e governou até o ano de 1604.*

35.º— *O vice-rei Martin Afonso de Castro sucedeu ao vice-rei Aires de Saldanha no ano de 1604, e governou dois anos e seis meses.*

36.º— *O governador de D. Frei Aleixo de Menezes da ordem de St.º Agostinho, Arcebispo Primaz, governou em ausência do vice-rei Martim Afonso de Castro; por seu falecimento sucedeu-lhe em 1.ª via de sucessão e governou até 27 de Maio de 1609.*

37.º— *O governador André Furtado de Mendonça sucedeu ao governador D. Frei Aleixo de Menezes no ano de 1609 por via de sucessão e governou quatro meses e três dias.*

38.º— *O Vice-rei Rui Lourenço de Távora, sucedeu ao governador André Furtado de Mendonça, no ano de 1609 e governou até 15 de Dezembro de 1612.*

39.º— *O Vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, sucedeu ao Vice-rei Rui Lourenço de Távora, em 15 de Dezembro de 1612 e governou até 18 de Novembro de 1617.*

40.º— *O vice-rei D. João Coutinho, Conde de Redondo, sucedeu ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo em 18 de Novembro de 1617, e governou até 10 de Novembro de 1619, em que faleceu em Gôa.*

41.º— *O governador Fernão de Albuquerque sucedeu ao vice-rei D. João Coutinho, Conde de Redondo, em 10 de Novembro de 1619, e governou até os princípios de Setembro de 1622.*

43.º— *O governador D. Frei Luiz de Brito, da Ordem de St.º Agostinho, Bispo de Meliapor eleito para Cochim, sucedeu em 2.ª via de sucessão ao vice-rei D. Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, no ano de 1628, governou até Julho de 1629 e faleceu em Gôa.*

44.º — O governador Nuno Álvares Botelho que veio na série com seu companheiro D. Lourenço da Cunha que sucedeu em 2.ª via de sucessão com o dito companheiro, pelo falecimento do Bispo de Cochim, governou só até o ano de 1629.

44.º — O governador D. Lourenço da Cunha, capitão que era da cidade, sucedeu com seu companheiro Nuno Álvares Botelho em 2.ª via de sucessão ao governador D. Fr. Luiz de Brito.

45.º — O vice-rei D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, sucedeu ao governador Nuno Alvares Botelho no ano de 1629 e governou até 8 de Dezembro de 1635.

46.º — O vice-rei D. Pedro da Silva sucedeu ao vice-rei D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, em 8 de Dezembro de 1635 e governou até 24 de Junho de 1639 em que faleceu em Gôa.

47.º — O governador António Teles de Menezes sucedeu ao vice-rei D. Pedro da Silva em 24 de Junho de 1639, e governou até 24 de Setembro de 1640.

48.º — O vice-rei João da Silva Telo de Menezes, Conde de Aveiras, sucedeu ao governador António Teles de Menezes em 24 de Setembro de 1640, e governou até 30 de Dezembro de 1645.

49.º — O vice-rei D. Filipe Mascarenhas sucedeu ao vice-rei João da Silva Telo de Menezes, Conde de Aveiras, em 30 de Dezembro de 1645, e governou até 10 de Junho de 1651.

50.º — O governador Fr. Francisco dos Mártires, Arcebispo Primaz, que governou com seus companheiros António de Sousa Coutinho e Francisco de Melo e Castro como no título dêles se declara.

51.º — O vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, sucedeu aos governadores António de Sousa Coutinho, D. Francisco dos Mártires, Arcebispo Primaz e Francisco de Melo de Castro em 11 de Setembro de 1652, e governou até 22 de Outubro de 1653.

53.º — O vice-rei D. Rodrigo da Silveira, Conde de Sarzedas, sucedeu ao vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, em 24 de Agôsto de 1655 e faleceu em 13 de Janeiro de 1656. O tempo que vai da era de 1653 à de 1655 foi o em que governou o intruso governador D. Braz de Castro.

54.º — O governador Manoel de Mascarenhas Homem sucedeu ao vice-rei D. Rodrigo da Silveira, Conde de Sarzedas, em 22 de Maio de 1656 com seus companheiros Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho, que governaram até 15 de Junho de 1657.

55.º — Os governadores António de Sousa Coutinho, D. Fr. Francisco dos Mártires, Arcebispo Primaz, e Francisco de Melo de Castro, sucederam ao vice-rei D. Filipe de Mascarenhas em 10 de Junho de 1651, e governaram até 11 de Setembro de 1652. O terceiro governador António de Sousa Coutinho sucedeu no govêrno dêste Estado pela 2.ª vez com seus companheiros Manoel Mascarenhas Homem e Francisco de Melo de Castro ao vice-rei D. Rodrigo da Silveira, Conde de Sarzedas, em 22 de Maio de 1655 e governaram até 15 de Junho de 1661.

56.º — O governador Francisco de Melo e Castro, que vem na sucessão com seus companheiros António de Sousa Coutinho e D. Fr. Francisco dos Mártires, Arcebispo Primaz, sucedeu outra vez no govêrno dêste Estado com seus companheiros Manoel Mascarenhas Homem e António de Sousa, em 1656.

57.º — O governador D. Pedro de Alemcastre sucedeu ao governador Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque no ano de 1662. Governou até 13 de Dezembro do mesmo ano.

58.º — O vice-rei António de Melo e Castro sucedeu ao governador D. Pedro de Alemcastre em 13 de Dezembro de 1662. Governou até 17 de Outubro de 1666.

59.º — O vice-rei João Nunes da Cunha, Conde de S. Vicente, sucedeu ao vice-rei António de Melo e Castro em 16 de Outubro de 1666. Governou até 7 de Novembro de 1668 e faleceu em Gôa, onde está sepultado na capela de S. Francisco Xavier, casa professa do Bom Jesus.

60.º — Os governadores António de Melo e Castro, Luiz de Miranda Henriques e Manoel Côrte-Real de Sampaio sucederam ao Governador do Estado, pelo óbito do vice-rei João Nunes da Cunha, Conde de S. Vicente, em 27 de Novembro de 1668. Governaram até 20 de Maio de 1671.

60.º — O governador Luiz de Miranda Henriques em companhia de António de Melo e Castro e Manoel de Côrte-Real de Sampaio.

60.º — O governador Manoel Côrte-Real de Sampaio, que vem na série da sucessão no govêrno dêste Estado com seus companheiros António de Melo de Castro e Luiz de Miranda Henriques.

61.º — O governador Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque sucedeu aos governadores Manoel Mascarenhas Homem, Francisco de Melo de Castro e António de Sousa Coutinho em 15 de Junho de 1661. Governou até ao ano de 1662, voltou outra vez a êste Estado como Vice-Rei com o título de conde de Lavradio. Sucedeu aos governadores António de Melo de Castro, Luiz de Miranda Henriques e Manoel Côrte-Real de Sampaio em 20 de Maio de 1671. Governou até 30 de Outubro de 1677.

62.º — O vice-rei D. Pedro de Almeida, primeiro Conde de Assumar, sucedeu ao vice-rei Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque em 3 de Outubro de 1677. Faleceu na viágem que fêz na Conquista de Pale.

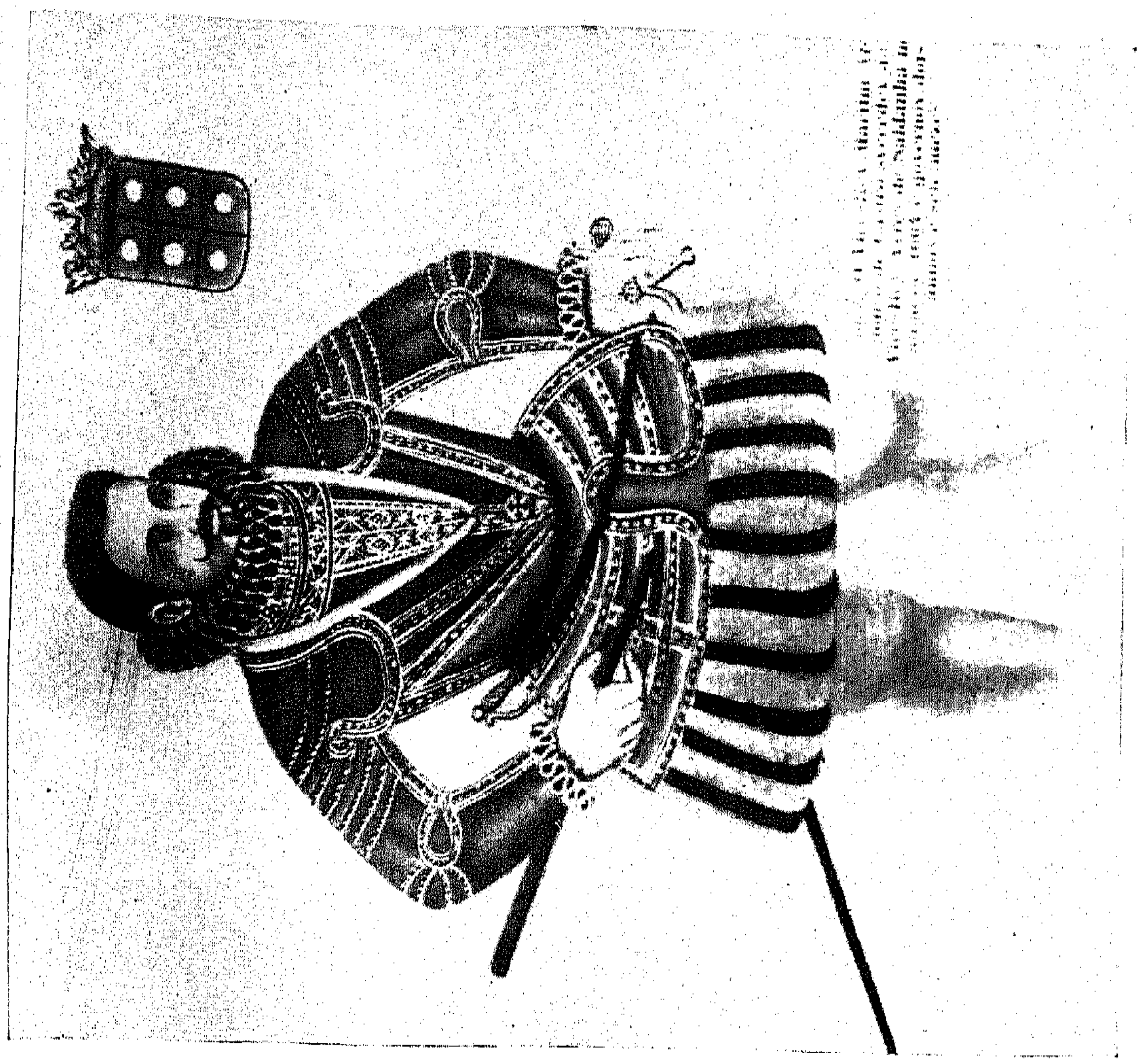
63.º — O governador D. Fr. António Brandão, religioso da Ordem de S. Bernardo, Arcebispo Primaz, sucedeu com o seu companheiro António Pais de Sande

ao vice-rei D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, como no título se declara.

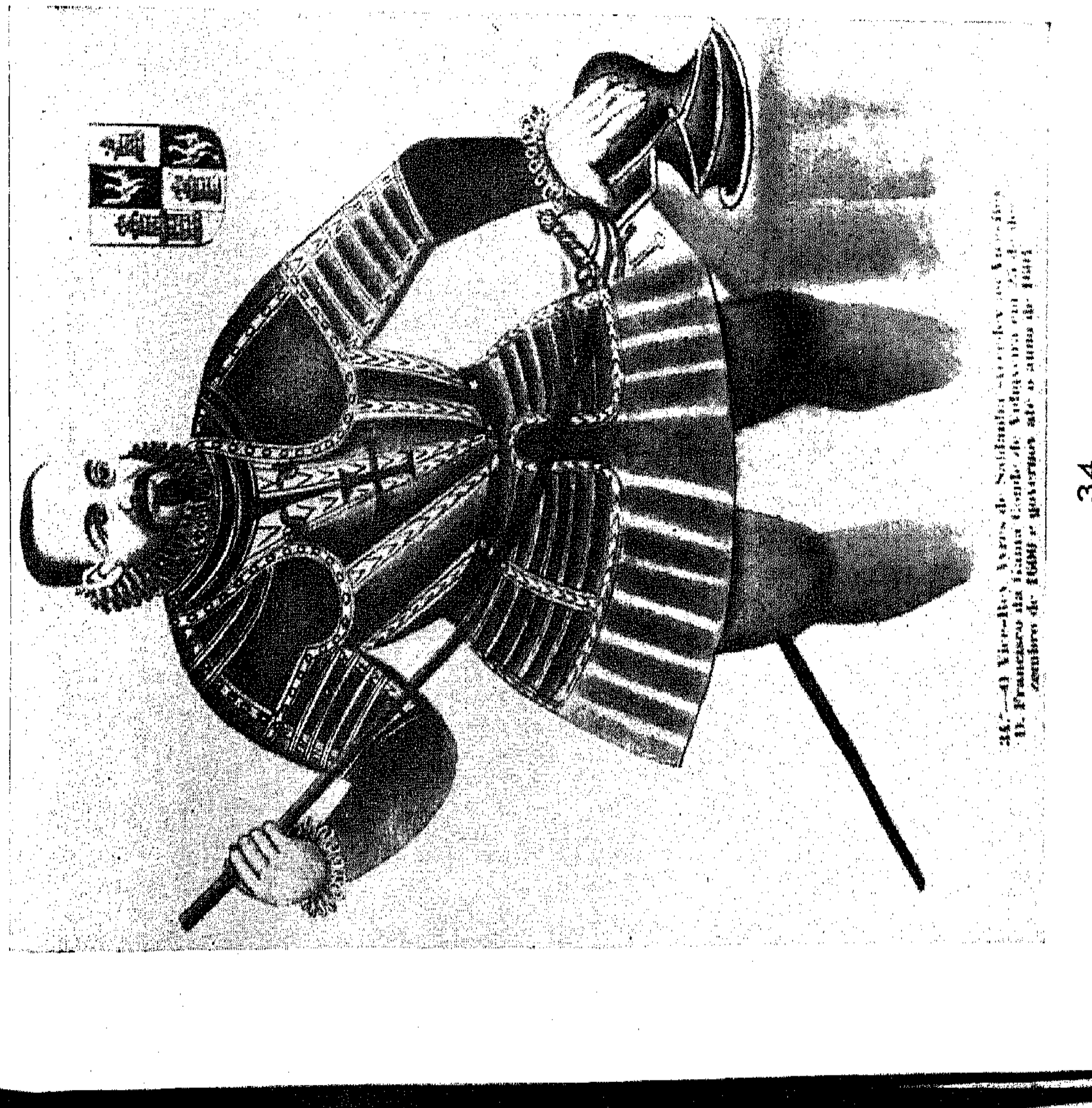
63.º— *O governador António Pais de Sande, que vem na série do govêrno dêste Estado com seu companheiro D. Fr. António Brandão, Arcebispo Primaz, pelo óbito do vice-rei D. Pedro de Almeida, 1.º Conde de Assumar, em 24 de Janeiro de 1678. Governou até 6 de Julho do dito ano em que falecendo o dito arcebispo, seu companheiro e governou, por sua vez, até 12 de Setembro de 1681.*

64.º— *O vice-rei Francisco de Távora, Conde de Alvor, sucedeu ao governador António Pais de Sande em 12 de Setembro de 1681 até 13 de Dezembro de 1686.*

65.º— *O governador D. Rodrigo da Costa sucedeu ao vice-rei Francisco de Távora, Conde de Alvor, em 13 de Dezembro de 1686. Governou até 23 de Junho de 1690 e faleceu em Gôa, onde foi sepultado fóra da capela de S. Francisco Xavier, na igreja do Bom Jesus.*



35



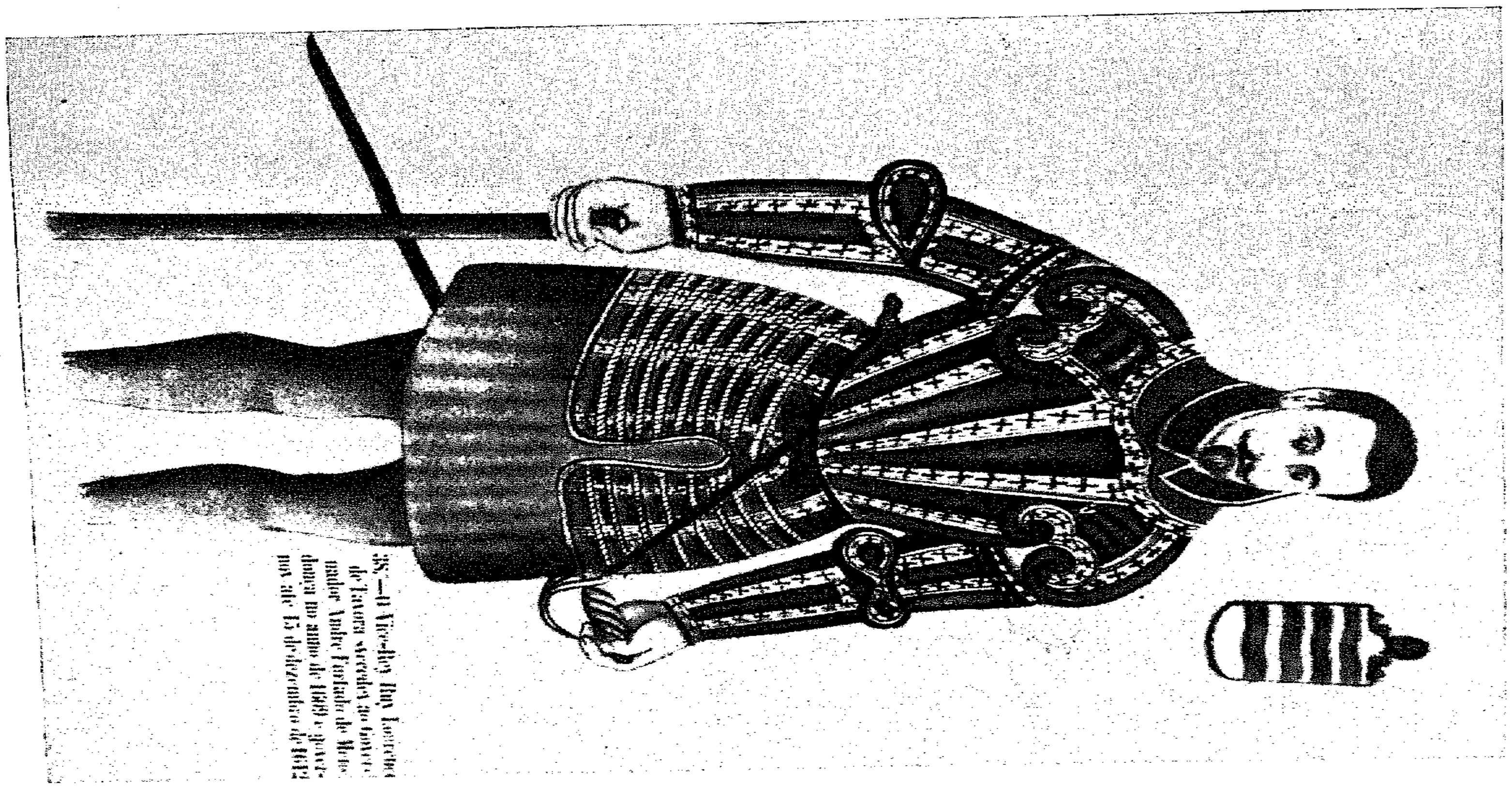
34

36.—O Governador D. Frei Aleixo de Menezes da ordem de St.º Agostinho Arcebispo Primaz governov em ausencia do Vice-Rey Martim Affonso de Castro por seu falecimento svcedev-lhe em 1.ª via de svcessão e governov até...

36

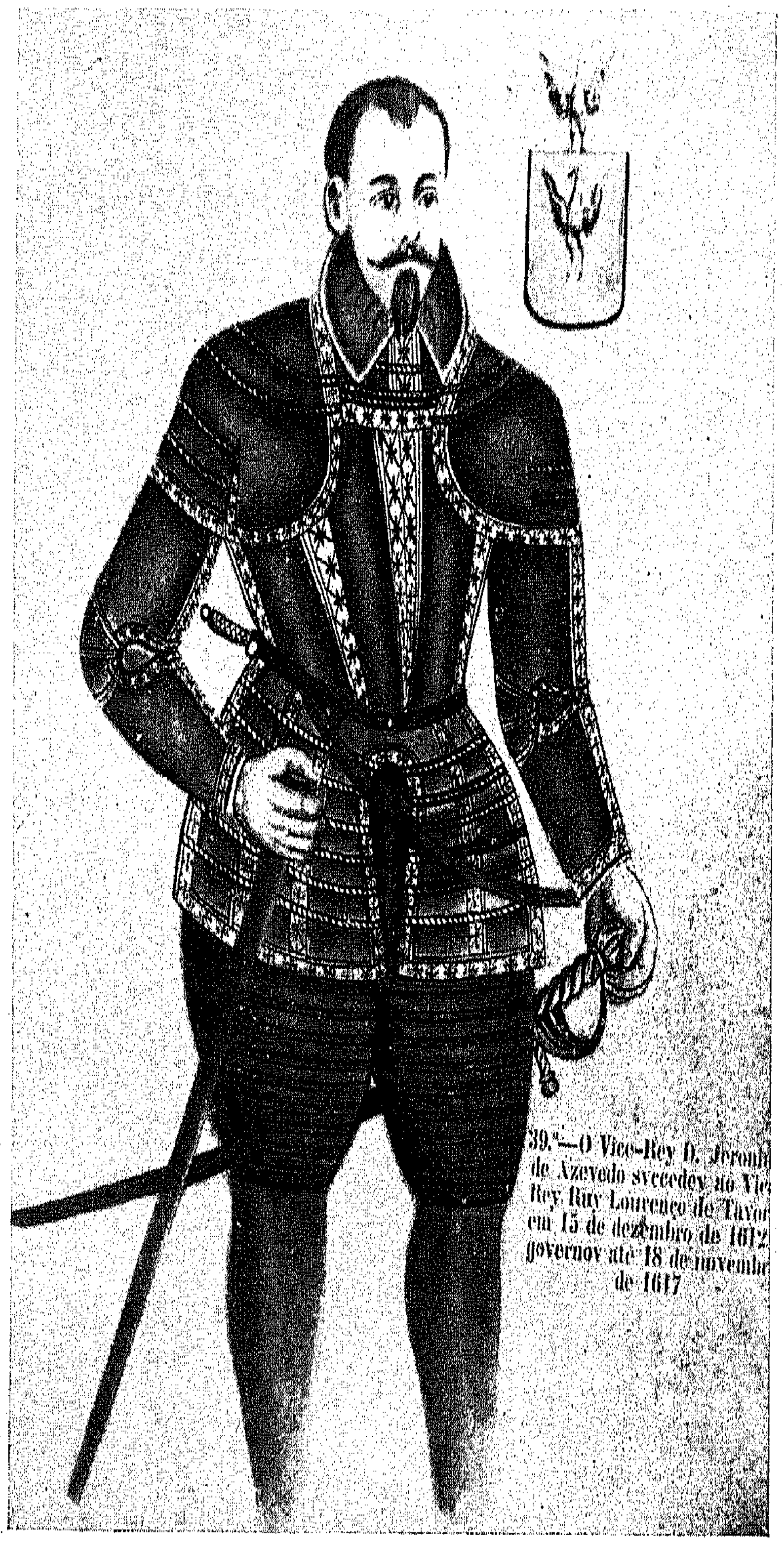
37.—O Governador Andre Furtado de Mendonça svcedev ao Governador D. Frei Aleixo de Menezes no anno de 1609 por via de svcessão governov quatro mezes e tres dias.

37

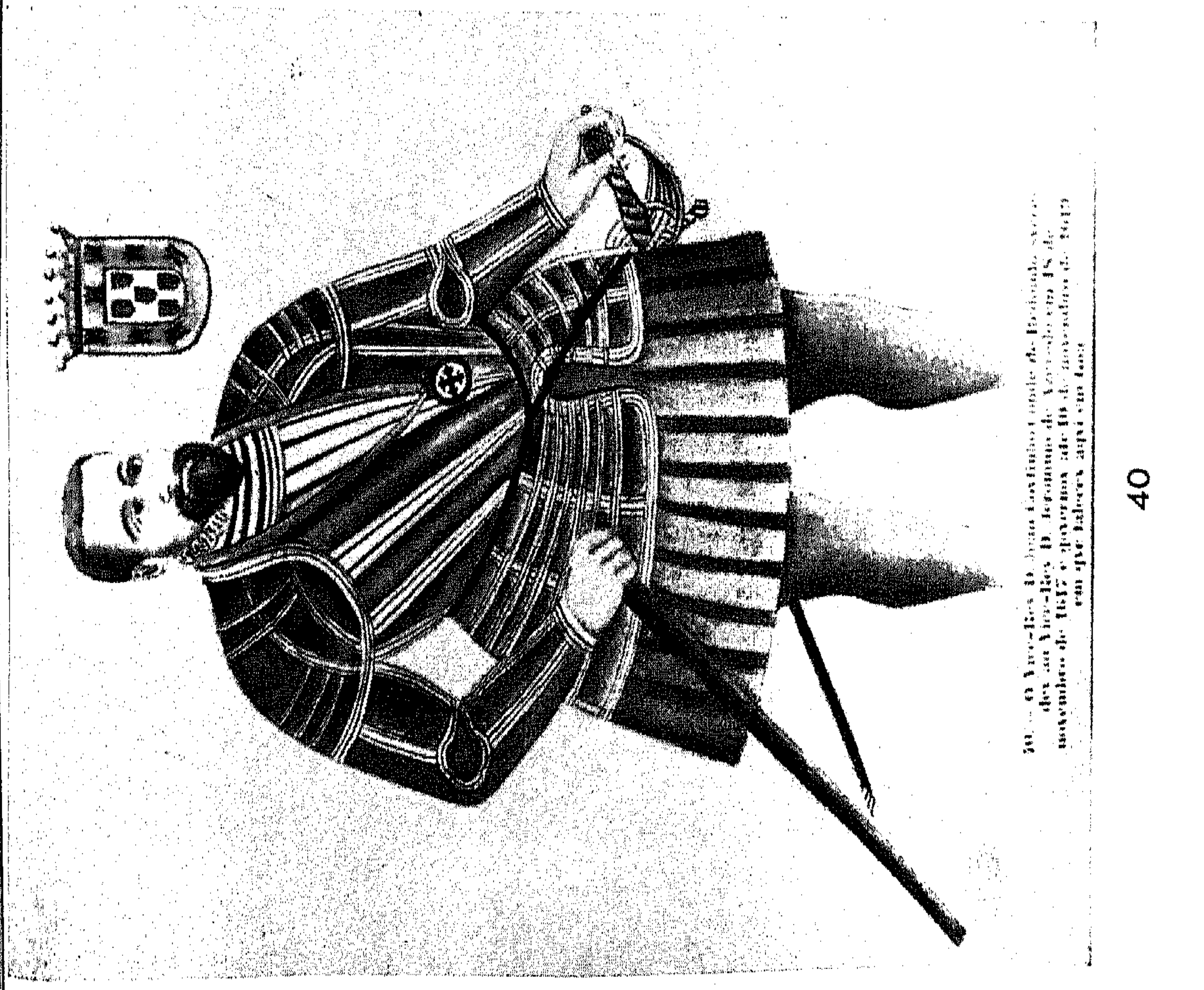


38.—O Vice-Rey Ruy Lourenço de Tavora svcedev ao Governador Andre Furtado de Mendonça no anno de 1609 e governov ate 15 de dezembro de 1612

38



39.º—O Vice-Rey D. Jeronimo de Azevedo svcedev ao Vice-Rey Ruy Lourenço de Tavora em 15 de dezembro de 1612 governov até 18 de novembro de 1617



43.° — O Governador D. Fr. Luis de Brito da ordem de St.º Agostinho Bispo de Meliapor eleito para Cochim svecedev segvnda via de svcessão ao Vice-Rey D. Francisco da Gama Conde de Vidigveira no anno de 1628 governov ate jvlho de 1629 e falecev em Goa.

44.° — O Governador Nvno Alva res Botelho qve veio na serie com sev companheiro D. Lovrenço da Cvnha qve svcedev em 2.ª via de svcessão com o dito companheiro por falecimento do Bispo de Cochim sendo o 1.º falecido governov so ate o anno de 1629.

44.° — O Governador D. Lovrenço da Cunha capitão que era da cidade svcedev com sev companheiro Nvno Alvares Botelho en 2.ª via de svcessão ao Governador D. Fr. Luis de Brito e qva [illegible] [illegible] sev titulo.

45.° — O Vice-Rey D. Miguel de Noronha Conde de Linhares svcedev ao Governador Nvno Alvares Botelho em o anno de 1629 e governov ate 8 de dezembro de 1635

46.°—O Vice-Rey D. Pedro da Silva svccedev ao Vice-Rey D. Migvel de Noronha Conde de Linhares em 8 de dezembro de 1635 e governov até 24 de junho de 1639 em qve falecev em Goa.

46

47.°—O Governador Antonio Telles de Menezes svccedev ao Vice-Rey Pedro da Silva em 24 de jvnho de 1639 e governov até 24 de setembro de 1640.

47

48.°—O Vice-Rey João da Silva Tello de Menezes Conde de Aveiras svccedev ao Governador Antonio Telles de Menezes em 24 de setembro de 1640 e governov até 30 de dezembro de 1645

48

49.°—O Vice-Rey D. Filippe Mascarenhas svccedev ao Vice-Rey João da Silva Tello de Menezes Conde de Aveiras em 30 de dezembro de 1645 e governov até 10 de jvnho de 1651.

49

50.—O Governador Fr. Francisco dos Martires arcebispo primaz qve governov com sevs companheiros Antonio de Sovza Covtinho e Francisco de Mello de Castro como no titvlo d'elles se declara.

50

51.—O Vice-Rey D. Vasco Mascarenhas Conde de Obidos svccedev aos Governadores Antonio de Sovza Covtinho D. Fr. Francisco dos Martires arcebispo primaz e Francisco de Mello de Castro em 11 de setembro de 1652 e governov até 22 de oitvbro de 1653

51

53.—O Vice-Rey D. Rodrigo da Silveira Conde de Sarzedas svccedev ao Vice-Rey D. Vasco Mascarenhas Conde de Obidos em 24 de agosto de 1655 e falecev em 13 de janeiro de 1656. O tempo qve vai da era de 1653 a de 1655 foi o em qve governov o intrvso Governador D. Braz de Castro.

53

54.—O Governador Manoel Mascarenhas Homem svccedev ao Vice-Rey D. Rodrigo da Silveira Conde de Sarzedas em 22 de maio de 1656 com sevs companheiros Francisco de Mello de Castro e Antonio de Sovza Covtinho qve governaram até 15 de jvnho de 1657.

54

55—Os Governadores Anton
de Sovza Covtinho D. Fr. Fran
cisco dos Martyres arcebispo
primaz e Francisco de Mello de
Castro svccederam ao Vice-Rey
D. Philippe Mascarenhas em 10
de jvnho de 1651 governaram
até 11 de setembro de 1652 o
terceiro governador Antonio de
Sovza Covtinho svccedev no
governo d'este Estado 2.ª vez
com sevs companheiros Manvel
Mascarenhas Homem e Fran-
cisco de Mello de Castro ao
Vice-Rey D. Rodrigo da Silvei-
ra Conde de Sarzedas em 22 de
maio de 1655 governaram até
15 de jvnho de 1661

55

56.º—O Governador Francisco
de Mello de Castro qve vem na
svccessão com sevs companhei-
ros Antonio de Sovza Covtinho
e D. Fr. Francisco dos Martyres
arcebispo primaz svccedev outra
vez no governo d'este Estado
com sevs companheiros Manvel
Masrarenhas Homem e Antonio
de Sovza 1656

56

57.º—O Governador D. Pedro
de Alemcastre svccedev ao G.
Lvíz de Mendonça Fvrtado e
Albvqverqve em o anno de 1662
Governov até 13 de dezembro
do mesmo anno.

57

58.º—O Vice-Rey Antonio de
Mello de Castro svccedev ao G.
D. Pedro de Alemcastre em 13
de dezembro de 1662. Governov
até 17 de ovtvbro de 1666.

58

59.°—O Vice-Rey João Nvnes da Cvnha Conde de S. Vicente svccedev ao Vice-Rey Antonio de Mello de Castro em 16 de ovtvbro de 1666. Governov até 7 de novembro de 1668 falecev em Goa está sepvltado na capella de S. Francisco Xavier casa professa do Bom Jesvs.

59

60.°—Os Governadores Antonio de Mello de Castro, Lviz de Miranda Henriqves e Manvel Corte-Real de Sampayo svccederam no governo do Estado pelo obito do Vice-Rey João Nvnes da Cvnha Conde de S. Vicente em 27 de novembro de 1668. Governaram até 20 de maio de 1671.

60

N.° 60 O Governador Luiz de Miranda Henriques companhia de Antonio de Mello e Castro e Manoel de Corte-Real

60

60.°—O Governador Manvel Corte-Real de Sampayo qve vem na serie da svccessão no governo d'este Estado com sevs companheiros Antonio de Mello de Castro e Lviz de Miranda Henriqves.

60

61.º—O Governador Lvis de Mendoça Fvrtado e Albvqverqve svcedev aos governadores Manvel Mascarenhas Homem, Francisco de Mello de Castro e Antonio de Sz.ª Covtinho em 15 de junho de 1661. Governov ate o anno de 1662 voltov ovtra vez a este Estado por V. Rey com o tit. de Conde de Lavradio, svcedev aos governadores Ant. de Mello de Castro, Lviz de Miranda Henriqves e Manvel Corte-Real de Sampayo em 21 de maio de 1671. Governov ate 30 de ovtvbro de 1677.

61

62.º—O Vice-Rey D. Pedro de Almeida primeira Conde de Assumar svcedev ao V. Rey Lviz de Mendoça Fvrtado e Albvqverqve em 3 de ovtvbro de 1677 falecev na viagem qve fez a Conqvista de Páta.

62

63.—O Governador D. Fr. Antonio Brandão religioso da ordem de S. Bernardo arcebispo primaz svcedev e sev companheiro Ant. Paes Sande ao V. Rey D. Pedro de Almeida Conde de Assumar como no titulo se declara.

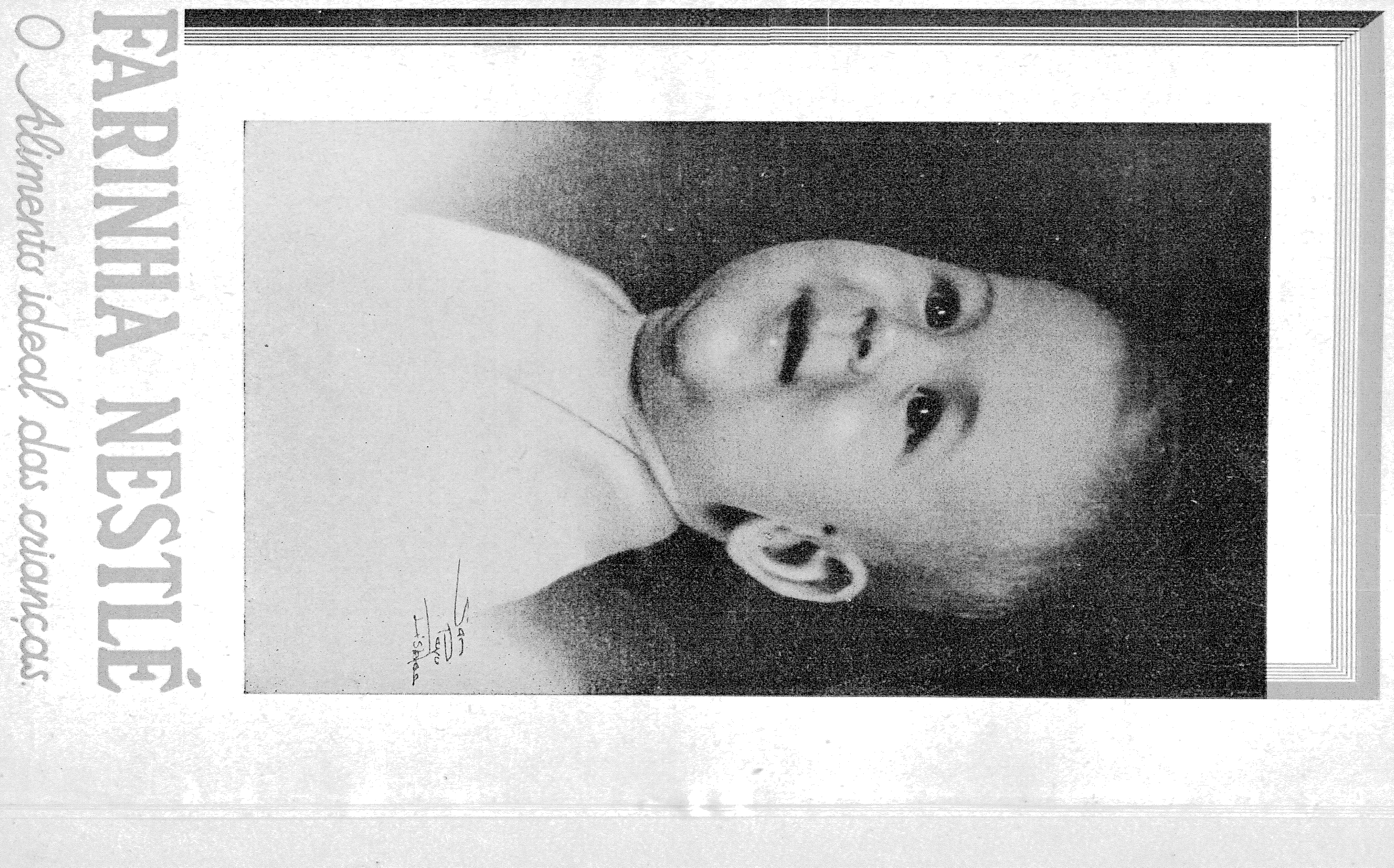
63

63.—O G.ºr Ant. Paes de Sande qve vem na serie do governo d'este Estado com sev companheiro D. Fr. Antonio Brandão arcebispo primaz pelo obito do V. Rey D. Pedro de Almeida 1.º Conde de Assumar em 24 de janeiro de 1678 e governov até 6 de julho do dito anno qve falecendo o dito arcebispo sev companheiro ficov governando até 12 de setembro de 1681.

63

64.º—O Vice-Rey Francisco de Tavora Conde de Alvor, svccedev ao G.or Antonio Paes de Sande em 12 de setembro de 1681 até 13 de dezembro de 1686.

65.—O G. D. Rodrigo da Costa svcedev ao V. Rey Fra.co de Tavora Conde de Alvor em 13 de dezembro de 1686. Governov até 23 de junho de 1690 faleceo em Goa foi sepultado fora da capella de S. Francisco Xavier na igreja do Bom Jesvs.



CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

LOBITO

Ligações da Katanga com a Europa

A mais curta estrada para a Africa Central

Distância via Lobito comparada com via Beira:

Distância a favor da via Lobito: 578 milhas por terra e 2.955 por mar. Total: 3.553 milhas

Distância via Lobito comparada com via Cape Town:

Distância a favor da via Lobito: 1.269 milhas por terra e 1.450 por mar. Total 2.719 milhas

Séde em Lisboa: Largo do Quintela, 3

INFORMADOR

COMERCIAL E INDUSTRIAL

Com as suas páginas de informação permanente, inicia «O Mundo Português» uma nova modalidade na sua publicidade, em que proporciona aos seus leitores, numa rápida consulta o conhecimento das casas que lhes interessam para as transacções da vida cotidiana.

Aos anunciantes em geral, numa época em que a publicidade é o nervo dos negócios, escusado é encarecer a vantagem desta página, sempre lida e consultada com interêsse pelos milhares de leitores que «O Mundo Português» já hoje conta como revista de propaganda de grande E X P A N S Ã O

Banco de Angola — R. da Prata, N.º 10-22. Banco Emissor de Angola. Todas as transacções bancárias	**Papéis** Os melhores do mercado são os da Companhia do Papel do Prado!... Fábricas no Prado, Louzan, Albergaria-a-Velha. Escritórios: Rua dos Fanqueiros, 270-278 / Lisboa
Companhia Colonial de Navegação - Carreiras rápidas para as Colónias Portuguesas. Rua Instituto Virgilio Machado, 14 / Lisboa	**Companhia Nacional de Navegação** - Carreiras rápidas para as colónias da África Oriental e Ocidental Portuguesa. R. do Comércio, 85 / Telef. 25021 / Lisboa.
Chapéus de feltro merino e lã grossa. — Fabrico especial de «A Social» de Francisco Leite Soares de Rezende / Arrifana. Vale do Vouga / Telefone 55	**Chapéus** e feltros para senhoras e homens. Nunes da Cunha & C.ª, Limitada. Rua Oliveira Júnior / S. João da Madeira. Endereço Telegr.: «Condestável» / Telefone: 42
Comércio Geral — A. Henriques & C.ª, Limitada. Rua Oliveira Júnior / S. João da Madeira. Endereço Telegráfico: «Fabtriunfo» / Telefone 25	**Côlchas** e atoalhados da Fábr. de Tecidos de S. Miguel, são os que mais garantias oferecem. Pedidos a Aristeu, Lopes & Oliveira, Lda. / Guimarães / Telefone 23
Ourivesaria Aliança / Celestino da Motta Mesquita. Oficina de Ourivesaria, Joalharia, Pratarias cinzeladas, etc. / R. das Flores, 191 a 211 / Tel. 1541 / Teleg. «Joias» / Pôrto	**Telha e Tijolos** de todas as qualidades. Vendem: Companhia Cerâmica das Devezas / Telefone 252 VILA NOVA DE GAIA

INFORMADOR COMERCIAL E INDUSTRIAL

Lusalite. Fibro-cimento nacional. Chapas Onduladas e Lisas. Tubos para todos os serviços. Corporação Mercantil Portuguesa, Lda. — Rua do Alecrim, 10 — Lisboa.	**A Sedaria** de M. Alves Ribeiro em Cta. Fábrica de tecidos de seda. Rua Anibal Patricio, 410 Porto Telefone 1533
Artigos Fotográficos. Tudo para fotografia e cinematografia. Trabalhos para amadores. Películas e chapas Perutz. Enviam-se catálogos. ROIZ, LDA. R. Nova do Almada, 84—Telef. 24670 — Lisboa.	**Fada Rádio** Instalações sonoras Bela Vox Representantes exclusivos para Portugal e Colónias, Mantua, Limitada 29, Calçada de S. Francisco, 37 - Lojas, 1.º e 2.º Lisboa // Telefone 25033
Fábrica das Antas Rua da Vigorosa, 654-Porto Telefone 972 As maiores instalações do país para o fabrico de arame farpado e rede de arame. Malhas de ferro para cimento armado e estuques. Pregaria, etc.	**Sociedade** Comercial A. Freitas & Gameiro, Lda. — Engenharia Armamento e Munições // Material aeronáutico. Séde social — Rua do Arsenal, 148, 2.º Telefone 26245 — Lisboa — Teleg. Torpedo
A Alumínia, Lda. Rua da Pastelei-ra, 219 — Porto Telefone 21 - Foz. Fundada em 1902. Louça de alumínio. A mais económica. A mais higiénica. Marca «TREVO»	**Fosforeira** Portuguesa. Séde / Lisboa Rua Garrett, 62 Fósforos para consumo nacional e coloniais. (fósforos de exportação) // Fábrica em Espinho Delegação / Porto / Avenida dos Aliados, 9, 1.º

LOTARIA DA

Misericórdia de Lisboa

EXTRACÇÕES SEMANAIS

1.º PRÉMIO 400.000$00
2.º PRÉMIO 30.000$00
3.º PRÉMIO 10.000$00

2% do capital emitido são destinados aos Serviços Juridicionais de Menores, 67¾ % do capital são distribuidos em prémios.

Os lucros líquidos são distribuidos pelo Tesouro Público, Misericórdia de Lisboa, Hospitais Civis de Lisboa, Casa Pia de Lisboa e Direcção Geral de Assistência. A prescrição dos prémios de lotarias, reverte a favor da MISERICÓRDIA DE LISBOA

Companhia Fiação Portuense

FUNDADA EM 1863

AV. FERNÃO DE MAGALHÃES

1

PORTO

FIAÇÃO / TECELAGEM
E ACABAMENTOS DE ARTIGOS EM ALGODÃO E ALGODÃO E SEDA

ESPECIALISAÇÃO EM ARTIGOS COLONIAIS

ARTIGOS SANITÁRIOS
GAZE E ALGODÃO HIDRÓFILO

SE V. EX.ª TEM A PELE NORMAL USE OS PRODUTOS

RAINHA DA HUNGRIA

SE ELA É OLEOSA USE

OLY

SE TEM OS POROS DILATADOS USE

ROSIPOR

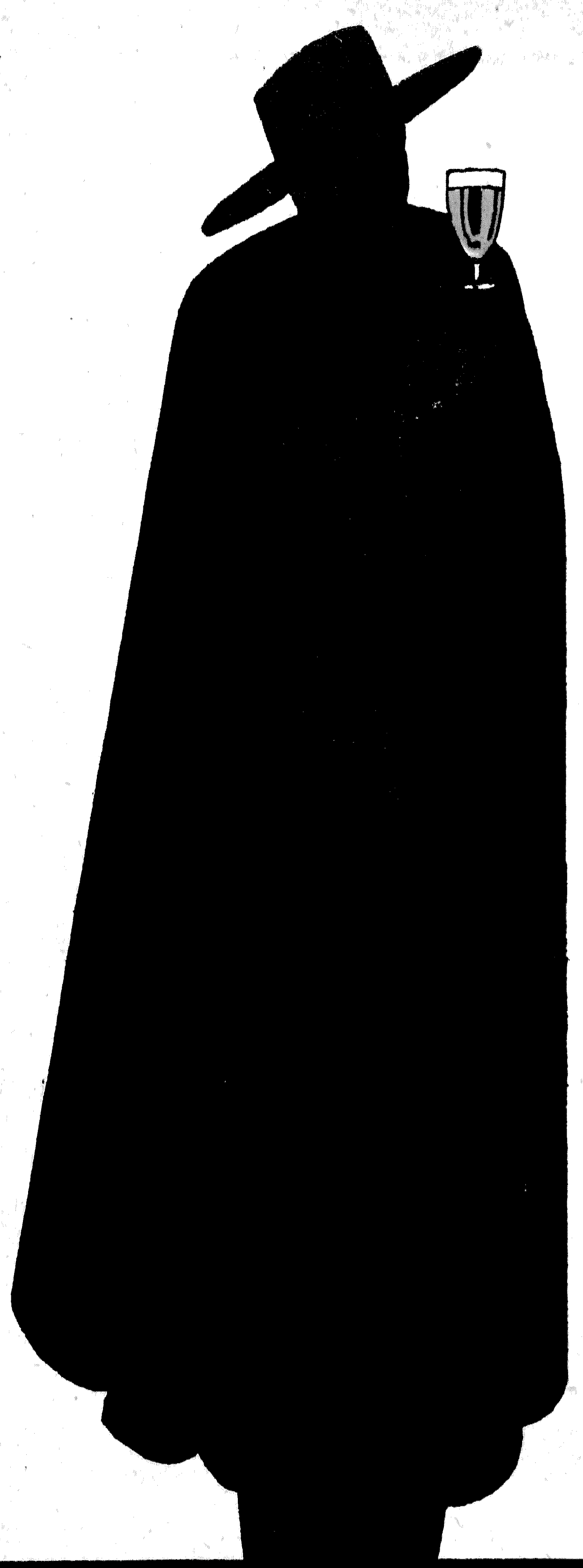
E FICARÁ MARAVILHOSAMENTE

BELA

ACADEMIA CIENTÍFICA DE BELEZA

Mᵐᵉ CAMPOS

AVENIDA DA LIBERDADE, 35



PORTO SANDEMAN

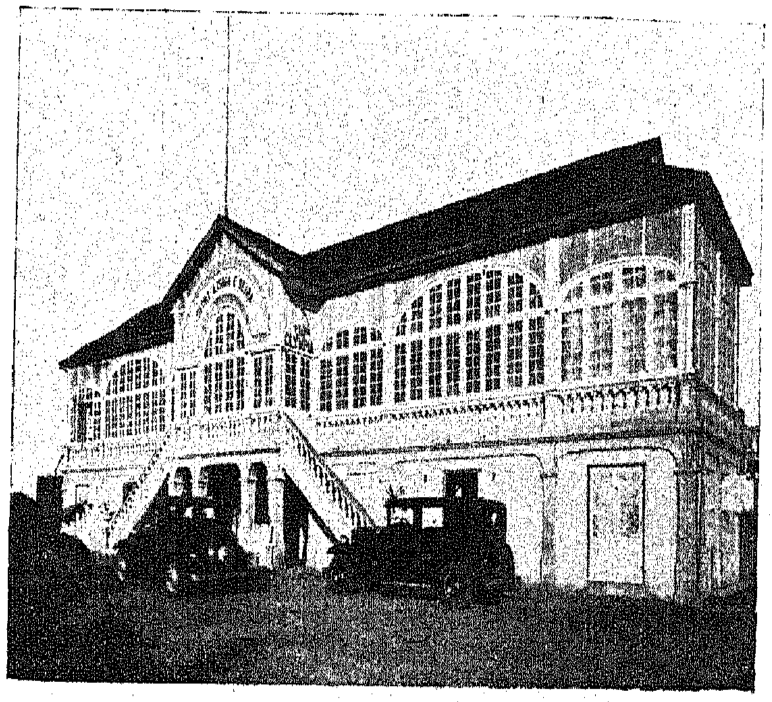
ENDER. TELEGRÁFICO: SANTALINE-LISBOA // TELEFONE 26086

Representante para as Colónias Alvaro de Lacerda Rua do Alecrim, 21 // Lisboa

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA / CAPITAL: BEIRA



Beira — Edifício do Sport Lisboa e Beira

PARA INFORMAÇÕES:

EM LISBOA

Largo da Biblioteca Pública, 11
(Sede da Companhia)

NA BEIRA

Secretaria Geral do Govêrno
do Território